

A Lei Contra os Estrangeiros
Ditadura agora quer sequestrar "dentro da lei"

Oposição lança
ofensiva contra
o terrorismo fascista

**Nem a ditadura
nem o terror
conseguem
calar a
imprensa
alternativa**

*Solidariedade
aos jornaleiros:*

Campanha financeira repõe parte dos prejuízos da banca incendiada em S. Paulo. Atos públicos de repúdio ao terrorismo. Lançado bônus de solidariedade às vítimas do fascismo. Mutirões de venda direta estimulam jornaleiros a não cederem às ameaças. Novas pistas para a descoberta dos criminosos. Pág. 2

*O PT e a
Constituinte*

Págs. 4 e 5

Bolívia

Resistência impede
consolidação do golpe fascista

Pág. 19



LULA:

**"A NICARÁGUA
É UM EXEMPLO
PARA O BRASIL"**

E mais: Os discursos de Tomás Borge, Daniel Ortega e Fidel Castro na festa do 1º aniversário da Revolução Sandinista. Págs. 12 a 18

Pela devolução de Lilian e Universindo

Entrevista com o advogado Omar Ferri, que atuou no caso do sequestro dos uruguaios. Para ele, a condenação recente de dois dos policiais envolvidos é ainda muito tímida diante da gravidade do atentado.

Por Worlim Felix

Na semana passada, o juiz Danilo Rodriguez deu a sentença sobre o rumoroso caso do seqüestro dos uruguaios, na qual condena apenas dois, dos quatro policiais denunciados. O delegado do DOPS, Pedro Seelig e o inspetor Janito Kepler foram absolvidos, mas Orandir Portassi Lucas (Didi Pedalada) e João Augusto da Rosa (Irno), foram condenados a seis meses de reclusão, não podendo exercer suas atividades por dois anos, aqui em Porto Alegre.

No entanto, o caso não está encerrado. Tanto o advogado de defesa Osvaldo de Lia Pires, como o promotor Dirceu Pinto da 3ª Vara Criminal, recorreram ao Tribunal da Alçada. Daqui a alguns meses, os juizes do Tribunal, decidirão finalmente quem são mesmos os culpados pelos seqüestros de Lilian Celiberti e Universindo Diaz, ocorrido no dia 17 de novembro de 1978 e testemunhado pelos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco.

Apesar de o advogado Omar Ferri achar difícil que os seqüestrados retornem a Porto Alegre, o Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) esta desenvolvendo uma campanha "pela devolução de Lilian e Universindo". Nesta entrevista Omar Ferri, que atuou na acusação dos policiais, cobra não só do governador Amaral de Souza uma posição a respeito do resultado da sentença. Ferri faz severas críticas ao governo federal que ainda não esclareceu o povo brasileiro sobre a entrada de policiais uruguaios no país para prender refugiados políticos.

- Qual a sua opinião a respeito da absolvição do inspetor Janito Kepler e principalmente do delegado Pedro Seelig, acusado de ser o comandante do seqüestro dos uruguaios?

-Com relação a Seelig e Janito, o processo colheu provas, através do depoimento de Camilo à

Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que esteve no Uruguai investigando o caso do seqüestro. E também através de outras informações que foram chegando em caráter fragmentado, como telefonemas anônimos, declarações do ex-agente do exercito uruguio, Hugo Valter Garcia Rivas, e informações seguras de policiais, a mim e a vários jornalistas da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal). Então, o juiz poderia condená-los, levando em consideração estes indícios que apontam, embora por tabela, a participação deles.

- De que forma a acusação pretende agir, na tentativa de condenação de Pedro Seelig e Janito Kepler?

- O Ministério Público já recorreu através do promotor, Dirceu Pinto, ao Tribunal da Alçada do Estado, pedindo a condenação destes dois policiais. O recurso, que se baseou nos autos do processo, tem provas para condenar os denunciados, de acordo com as provas que citei anteriormente. Acho por isso que estas provas são suficientes, até porque os dois policiais condenados, Didi Pedalada e João Augusto da Rosa, sabe-se que não agiram por conta própria, em caráter isolado, e sim sob os ordens do delegado Seelig. Isto é claríssimo nos autos. O juiz, Danilo Rodriguez, só não os condenou, porque usou o critério da prova irrefutável, concreta. Na visão global do processo, o Seelig sempre apareceu. Um mês após o seqüestro esteve aqui o jurista francês que também denunciou o envolvimento deste delegado do DOPS, baseado em informações chegadas de Montevidéu, embora sem identificar a fonte.

- A sentença poderá ser modificada pelo Tribunal de Alçada?

- A sentença está muito bem lançada e é uma peça jurídica que duvido que o Tribunal de Alçada modifique, quando apreciar o recurso de apelação. Embora a nossa intenção seja conseguir a extensão da condenação aos dois absolvidos.

- Como se dá a tramitação da apelação ao Tribunal?

- O procurador apresenta parecer, logo após um juiz fará o relatório, a seguir o processo entrará em pauta para ser julgado por uma Câmara Criminal, composta por três juizes que, em última instância, decidirão. Mas, para que isto se realize ainda levarão 5 ou 6 meses, o que é rápido, a nível nacional.

- Na sindicância realizada pela polícia nada ficou provado, quanto à participação de policiais gaúchos no episódio do seqüestro. Agora, o juiz Rodrigues condenou dois deles. Qual a sua opinião a respeito?

- A sindicância foi vergonhosa, porque vergonhosa foi a atitude da Secretaria de Segurança Pública do nosso Estado, que procurou de todas as formas, inclusive fraudulentamente, abafar os fatos reputadamente graves e inocentando os policiais realmente culpados e comprometidos. O ex-governador, Sival Guazelli, por duas vezes não aceitou as sindicâncias que concluíram pelo não envolvimento dos policiais. O escândalo foi tão grande, que Guazelli, percebendo que estava sendo defraudado, alterou a composição do Conselho Superior de Polícia, através de um decreto. Foi então designado um procurador e um consultor para comporem o Conselho. Mesmo assim, nada foi conseguido.

- Durante a sindicância, houve um afastamento de um delegado ...

- O fato mais grave foi a insubmissão do delegado Jair de Souza Pinto, diretor do Departamento de

Polícia Metropolitana, desobedecendo ordens do próprio governo do Estado. Este delegado negou a apresentação dos policiais denunciados para que os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e J.B. Scalco, os identificassem. Na época, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Carlos Giacomazi, em substituição ao governador Guazelli que estava viajando, demitiu o delegado Pinto de suas funções. Entendo que agora o governo do Estado tem o dever de dar amplas explicações ao povo gaúcho, porque a nível administrativo os fatos se tornam num despropósito e vexames ao Estado. Mas o governador Amaral de Souza não toma nenhuma atitude...

- A campanha pela devolução dos uruguaios seqüestrados já se iniciou. Mas qual a possibilidade deles retornarem até mesmo para responder o processo por falsificação de passaportes?

- Não acredito muito nesta hipótese, porque o Uruguai não vai correr este risco. Lilian e Universindo uma vez aqui em Porto Alegre poderiam depor livremente na justiça, denunciando as torturas sofridas.

- A sentença do juiz provou que houve seqüestro?

- A sentença embora tenha condenado Didi e Irno por abuso de autoridade, em caráter de subjeção, admite e aceita a existência do crime de seqüestro. E deixa claro a ação conjunta de militares uruguaios e policiais brasileiros, comprovando a invasão de nosso território. O Ministério da Justiça deve dar esclarecimentos. E o governo deve acionar o Itamaraty, exigindo explicações do governo uruguio e caso as respostas não sejam convincentes, a saída é o rompimento das relações diplomáticas, porque aí já é um caso de dignidade nacional.

Oposição luta contra o terror fascista

Os primeiros passos da campanha contra o braço Terrorista da Ditadura

As oposições preparam em todo o país uma ofensiva contra o terror. Os atentados continuam impunes e, por isso mesmo se multiplicam, sob a ação estimulada do governo. Declarações como a do ministro Abid Ackel, da Justiça, de que a apuração das responsabilidades no caso Dalmo Dallari era uma "questão de honra" para o governo já ficaram na retórica, se é que em algum momento chegaram a convencer alguém.

Frente a este quadro, a oposição articula uma ofensiva com a intenção de barrar a escalada terrorista e não deixar que tais atentados se tornem "normais" no cotidiano do país.

Em várias cidades estão sendo criadas comissões anti-terror e programados atos de protesto e iniciativas políticas capazes de derrotar o terrorismo fascista. Em São Paulo, um grande ATO DE REPUDIO AOS ATENTADOS TERRORISTAS está sendo convocado por várias entidades democráticas e populares para o próximo dia 11. Ao mesmo tempo está começando a ser vendido na cidade um BONUS DE APOIO AOS ATINGIDOS PELOS ATENTADOS TERRORISTAS, também sob o patrocínio das mesmas entidades. No que diz respeito aos atentados contra a imprensa alternativa e os jornalistas, toda uma série de medidas estão sendo tomadas para impedir que o terrorismo liquide com a imprensa popular. Uma campanha financeira de emergência já conseguiu levantar cerca de 100 mil cruzeiros que serão entregues nesta

quinta feira à proprietária da banca de jornais incendiada em São Paulo como forma de ajudá-la a recompor suas condições de trabalho, levantando imediatamente parte dos prejuízos sofridos. Para a sexta feira desta semana, às 17 horas, em frente ao Teatro Municipal, de modo semelhante ao que já vem sendo feito em várias capitais, também em São Paulo haverá um grande mutirão de venda direta dos jornais alternativos no centro da cidade como forma de demonstrarmos que não cederemos diante das ameaças fascistas e ao mesmo tempo estimularmos os jornalistas a não se deixarem intimidar.

Nesta mesma linha, uma carta será dirigida a todos os jornalistas colocando nossa disposição de solidariedade e de juntos, empenharmos todos os esforços para por fim ao terrorismo que nos atinge diretamente.

Ao mesmo tempo, o conjunto dos jornais ameaçados lança um apelo aos leitores para que eles se tornem também parte ativa nesta luta contra o terror (ver ao lado).

Enquanto isso, os atentados continuam a ocorrer. Bancas já foram incendiadas ou ameaçadas em várias cidades do país, e o governo não tomou ainda nenhuma medida concreta. Os próprios jornalistas é que se empenham para descobrir os culpados, com o caso agora em São Paulo, na última terça feira, quando uma jornalista, ameaçada descaradamente por um indivíduo no centro da cidade, anotou a placa do veículo e posteriormente deu

queixa à polícia. Mas apesar de todas as suspeitas e pistas, a polícia não fez nada até o momento.

Do mesmo modo como até agora ainda não se apresentou ao jurista Dalmo Dallari as fotos com os agentes do DOI-CODI apontados pela opinião pública como o caminho para se chegar aos autores do atentado ao jurista.

Do mesmo modo, e com o mesmo cinismo, com o qual as autoridades se recusaram a investigar o recente início de incêndio na casa do líder sindical João Paulo Vasconcellos, dos metalúrgicos de Monlevade em Minas Gerais.

Do mesmo modo, enfim, como o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, hoje deputado federal Coronel Erasmo Dias - famoso por suas atitudes fascistas quando à frente do referido órgão - teve o disprate de declarar que se sentiu "afrontado" quando D. Paulo convidou Dalmo Dallari e José Carlos Dias para participarem da missa recentemente celebrada pelo papa em São Paulo. Vestindo a carapuça da motivação e autoria do atentado.

Por tudo isso é que a população não pode esperar nada do governo no que toca à apuração destes atentados e responsabilização dos criminosos. É somente a partir da própria força que venham a acumular, que os setores democráticos e populares da nação conseguirão por fim ao braço terrorista da ditadura militar, levando adiante a luta pelo desmantelamento do aparelho repressivo. Que é, sem dúvida alguma, parte essencial e fundamental da própria luta pela derrubada da ditadura,

DEFENDA A IMPRENSA POPULAR

Leia, divulgue, venda e assine

Companheiro

Convergência Socialista

Coojornal

Correio Sindical

Em Tempo

Hora do Povo

Movimento

O Trabalho

Pasquim

Repórter

Tribuna da Luta Operária

Voz da Unidade

Compre nas bancas. Ajude a vender. Estimule os jornalistas a resistir aos terroristas. Faça a sua assinatura.

A Lei Contra os Estrangeiros

Querem legalizar sequestros como o dos uruguaianos

O repúdio nacional a uma lei, tramada entre Videla e Figueiredo, e claramente voltada para a repressão sobre a América Latina.

Por Eder Sader

Os deputados do PDS se preparam para outra humilhação. Eles já fizeram ver o governo como seria difícil enfrentar suas bases depois de aprovada a maldita Lei contra os Estrangeiros. Mas governo militar é assim: Não admite ser contrariado. Dia 5 de agosto, os deputados do PDS, se não quiserem apoiar o mostrengo, deverão ausentar-se da Câmara para que, assim, ele seja aprovado por "decurso de prazo".

Muita gente se pergunta de onde vem tanta teimosia da parte do governo, disposto a enfrentar de novo não só a Igreja, os conselhos do Papa, mas até uma nova rebelião em seu próprio partido e um sentimento geral de oposição. Um governo tão servil às empresas estrangeiras se torna tomado de tanto "furor nacionalista" contra estrangeiros "indesejáveis". É verdade que ele encontrou alguma compreensão no senador Tancredo Neves para quem o Brasil "deve precaver-se contra a imigração do rebotalho humano que anda solto pelo mundo". Mas é que o senador anda é louco por mostrar-se compreensivo com os militares que andam soltos pelo Brasil.

Os motivos da lei

"Imagine se os metalúrgicos alemães com elevada capacitação profissional, comecem a desempregar os trabalhadores do ABC paulista", sugeriu "um informante" do governo a um jornalista da *Folha de S. Paulo* (27.7.80). Os trabalhadores do ABC paulista ficam comovidos com essa súbita preocupação do Planalto pelos seus empregos mas terão razão de desconfiar dos verdadeiros motivos desse projeto. Afinal, já o funcionário da Secretaria de Comunicação Social do governo, Alexandre Garcia, havia anunciado que um "país asiático" tinha intenção de enviar "dez milhões" de emigrantes para cá. Seria o famoso "perigo amarelo". Agora, mas sem as manchetes da notícia original, explicam-nos que houve um pequeno erro: são dez mil e não dez milhões.

Entre os motivos arguidos no projeto de lei está a "defesa do trabalhador nacional". Uma condição para a obtenção do visto de entrada será que na especialidade profissional do estrangeiro não haja um similar nacional desempregado. A verdade é que, então, uma aplicação estrita da lei impediria a entrada de qualquer estrangeiro no país, pois desempregado é o que não nos falta. Mas não é preciso nenhuma dose de má vontade para considerar falsos esses motivos. Teria sido a primeira medida, depois de 16 anos, de defesa do trabalhador. E, o que é mais surpreendente, uma medida que não foi solicitada.

O que é estranho é que, se os



motivos centrais são de "defesa do mercado de trabalho", porque o doutor ministro Murillo Macedo não se fez ouvir uma única vez sobre o assunto que lhe competiria? Ou ele já foi demitido? Porque é que foi o Conselho de Segurança Nacional que vetou as sugestões de *Abi-Ackel* para alterar o projeto através de destaques feitos na Câmara? É que os motivos são outros.

A repressão no Cone Sul

Os motivos principais - aqueles que fazem tremer nossos generais - estão ligados à mal chamada "segurança nacional".

Em novembro de 1974, em Montevideu, reuniram-se oficiais responsáveis pelos organismos de segurança do Uruguai, Brasil (lá esteve o general Fritz Manso), Argentina (o próprio Videla), Bolívia e Chile, para coordenarem as "ações anti-subversivas" no Cone Sul. De lá para cá, já 300 uruguaianos foram sequestrados pela polícia política uruguaia fora

de seu país (entre eles Lilian Celiberti e Universindo Diaz). Brasileiros foram capturados na Argentina, o ex-presidente Juan José Torres da Bolívia foi assassinado também na Argentina. Mas este país tem hoje cerca de 750 mil exilados. Quer controlá-los ou capturá-los.

Se por volta de 1973, era a polícia brasileira que ia buscar apoio nos serviços de segurança dos outros países para alcançar seus inimigos em países onde teriam algum respiro, hoje é ao Brasil que vem muitos perseguidos pelas ditaduras vizinhas.

Segurança Nacional e Democracia Relativa

É certo que as razões profundas que inspiram o projeto vão além da repressão aos refugiados latino-americanos. Eles tem sua origem na própria ideologia da "Segurança Nacional" em sua concepção mais ampla. Sem dúvida esta, o país está em guerra perma-

nente e tem seus interesses, objetivos e estratégias definidos pelos responsáveis por sua ordem interna. Daí a compulsão enfermiga por controlar toda a população, vigiar, policiar, abafar todo questionamento.

A ideologia da "segurança nacional" é evidentemente antagônica a qualquer concepção democrática, já que desconfia de todo movimento social, de toda disputa política. A nação deve permanecer unida e condição para isso, é o sufocamento das "lutas de classe", através daqueles que são devotados aos "interesses nacionais". Mas quem são os anjos protetores capazes de definir tais "interesses nacionais"? Quem? Questão de difícil reposta só para os que desconhecem o intrínseco patriotismo dos nossos oficiais.

O problema é que essa ideologia, que serviu e serve ainda de justificativa ideológica de toda ditadura militar na América Latina dos últimos 15 anos, continua formando nossas Forças Armadas. Daí o paradoxo de defrontarmos, em pleno período em que o general Figueiredo promete restaurar a democracia, com um projeto no qual estão presentes todos os elementos da doutrina totalitária.

Derrotar a xenofobia

Num país como o nosso - repleto de estrangeiros e filhos de estrangeiros - esse projeto só poderia causar o pânico que causou e a indignação. Independente de suas cláusulas e independente de abrandamentos eventuais. Mas é que sua motivação, sua filosofia, sua linguagem traem um espírito odioso de discriminação. O governo instiga os nacionais contra os estrangeiros que vem "roubar-lhes oportunidades de emprego". Incompetente para estimular fontes de emprego, quer jogar uns contra os outros. Daqui para a frente, se esse espírito se difunde, os estrangeiros serão, na melhor das hipóteses, tolerados. Todo brasileiro deverá denunciar a presença de um estrangeiro por onde esse passe, para verificar se o sujeito está quites com a lei. Todo o estrangeiro que se torne nocivo aos "interesses nacionais" poderá ser expulso. Mas quem define os "interesses nacionais"? Delfim Neto? Mario Andreazza? O general Milton Tavares? Golbery? a Dow Chemical?

Felizmente o projeto encontrou uma profunda resistência na opinião pública do país. Independente do resultado da Câmara dia 5, já está na ordem do dia a luta contra a "Lei Contra os Estrangeiros". Derrotá-la é também derrotar o espírito totalitário que permanece atrás da democracia relativa do Palácio do Planalto.



Dedure o estrangeiro que está ao seu lado

Alguns parágrafos da Lei Contra os Estrangeiros

- Segundo o artigo 3º, a concessão do visto 2, sua prorrogação ou transformação, "ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais".

- Segundo o artigo 26, o visto pode ser posteriormente obstado a critério do Ministério da Justiça e "o impedimento de qualquer dos integrantes da família poderá estender-se a todo grupo familiar".

- Segundo o artigo 46, "o estabelecimento hoteleiro, a empresa imobiliária, o proprietário, locador, sublocador ou locatário de imóvel e síndico de edifício remeterão ao Ministério da Justiça os dados de identificação do estrangeiro admitido na condição de hóspede, locatário sublocatário ou morador".

- Segundo o artigo 64, "é passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais".

- Segundo o art. 109, o ministro da Justiça poderá, "sempre que considerar conveniente aos interesses nacionais", impedir a realização por estrangeiros, de conferências, congressos, exposições artísticas e folclóricas.

Lançamento do Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina

Dia 4 de agosto em São Paulo será lançado o Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina (e especialmente do Cone Sul), anunciou Paulo Schilling em Ato Público de repúdio à Lei Contra os Estrangeiros promovido pelo Núcleo Ampliado dos Professores do PL de São Paulo. O Comitê já se inicia com três campanhas

- Pela volta ao Brasil de Lilian Celiberti e Universindo Dias

- Pelo restabelecimento do direito de asilo

- De repúdio ao projeto de Lei contra os Estrangeiros



Aurélio Perez:

O povo sabe fazer uma Constituinte

"O grande equívoco do PT é pensar que a Constituinte não mobiliza os trabalhadores ou então que eles não sabem o que é necessário para que ela seja efetivamente livre, soberana e democrática".
É o que declara ao EM TEMPO, Aurélio Perez, operário e deputado federal da Tendência Popular do PMDB paulista.

Há quinze dias atrás, num sábado, tivemos uma experiência interessante num bairro operário, da periferia de São Paulo. Queríamos começar a campanha pela Constituinte debaixo para cima, para que não acontecesse com ela o que aconteceu com a campanha da anistia.

Chegamos lá às 9 da manhã, com uns convites mimeografados e um alto-falante em cima do carro. Saímos falando e distribuindo os convites com a ajuda de um bando de meninos que havia se juntado a nós.

O convite era para debater a Constituinte, não uma campanha salarial ou algo parecido. E o debate seria às três da tarde. Trabalhamos desta forma até o meio-dia. E qual não foi nossa surpresa quando, à hora marcada, compareceram mais de oitenta pessoas! E isso, num bairro pequeno, isolado. Eram pessoas simples, que não tinham nenhum costume de participar de reuniões, com exceção de alguns poucos. É bom lembrar que no bairro já tem alguma coisa organizada: tem um clube de mães, uma sociedade de amigos de bairro e um grupo de jovens muito atuante. Mas a maioria do pessoal que compareceu não tinha mesmo nenhuma participação.

A coisa começou meio na base do bate-papo: perguntas daqui, respostas de lá, em cima de questões bem próximas da vida do pessoal. Os problemas do bairro, se o salário dá ou não dá, etc., e logo ficou muito participativo mesmo. Eles levantaram de cara a questão da greve, em

seguida a da polícia e logo a do governo. Eles próprios iam avançando e estabelecendo as ligações.

Eles sabem as respostas

Por exemplo, a gente perguntava: quanto vocês ganhavam em 1970? A eles diziam: tanto. E o que vocês compravam com o salário de 70? Eles iam listando. E o que vocês compram agora? Eles: muito menos. E quanto tempo vocês trabalham? Eles diziam: tantas horas. E hoje então, vocês trabalham menos? E eles: não. A gente trabalha mais. E nós: então, quem é que está ficando com esse dinheiro todo? Alguém diz: os patrões. Outro diz: o Brasil não é brasileiro. É das multinacionais. Então todos começavam a dizer os nomes das fábricas dizendo as nacionalidades dos patrões. A fábrica tal é italiana! A fábrica tal é alemã! Eles falaram inclusive, de muitas que eu nem conhecia! Aí a gente colocou: como resolver esse problema todo?

O debate esquentou. E esquentou porque eles sabem as respostas. Foram logo dizendo: tem de trocar esse governo. Esse que está aí não serve. Tem de ser um governo do nosso lado. E complementavam: um governo dos trabalhadores. E nós: mas quem? E eles diziam: pode ser você mesmo. E nós: mas como? O Figueiredo tá lá. E eles: tem de ser na marra. A gente põe você lá na marra, com todo mundo na rua.

Então vocês veem, eles sabem que para tirar o

Figueiredo de lá, precisa de uma grande mobilização...

E a coisa foi avançando e derrubamos o governo. Então eu disse: tá bom. Eu aceito ser o presidente. Mas eu quero saber como é que eu vou me manter no poder. Como é que eu posso ter garantias de que não vem um golpe e eles me metralham como aconteceu no Chile e está acontecendo na Bolívia?

Aí vira aquela confusão toda, todos querendo dizer como é que se sustenta um governo. Aí alguém fala que tem de mudar o exército também, por que esse que está aí não vai mesmo garantir um governo do nosso lado.

Um governo dos trabalhadores

Foi nessas alturas que eu coloquei o problema da Constituinte. O meu governo tinha que ter um estatuto (eu uso esta palavra porque eles conhecem bem) e a gente então, tinha de fazê-lo. Para ficar mais claro, simulamos uma eleição. Eles elegeram entre si seus representantes e os eleitos foram se sentar lá na frente ao redor da mesa.

Do lado de lá, eles iam dizendo o que é que tinha de constar da nova constituição. Se não tivéssemos de entregar a sede onde estávamos reunidos, teríamos ficado lá a noite inteira fazendo a Constituição!

Eles iam lembrando tudo o que havíamos discutido: o sindicato, a greve, o salário, a terra, a educação, o comércio na rua. E na mesa, os

delegados iam dando a redação (oral, é claro): Nesse país a greve deverá ser livre! Nesse país, cada trabalhador tem o direito de ter seu pedaço de terra! Nesse país a educação da criança será de responsabilidade do Estado, desde o primeiro dia de seu nascimento.

Foi uma experiência muito rica. Eu sei de lá convencido de que eles não apenas sabem o que é uma Constituinte (mesmo que não conheçam essa palavra) como também sabem o que querem dela. Basta que ela seja discutida. E fica também claro que uma campanha realmente popular da Constituinte é possível. E hoje no país as únicas forças realmente interessadas e capazes de desenvolver campanhas populares são a Tendência Popular e o PT. Por isso eu considero o maior equívoco do PT ele pensar que a discussão da Constituinte não sensibiliza. E equívoco grave, porque se ele assumisse, aí sim, uma campanha nacional seria realmente possível e estaríamos dando uma resposta global à ditadura.

É essa discussão do poder - uma discussão política por excelência - que pode permitir a discussão de todas as demais questões: salário, greve, sindicato, etc, apontando para alguma saída. E a gente tem de estar certo de uma coisa: o governo e mesmo os setores vacilantes da oposição vão tentar, como já estão tentando, manobrar essa bandeira como manobraram com a bandeira da anistia. E nós não podemos permitir isso de modo nenhum.

Noticias do PT

Milhares de pessoas no lançamento do partido

Realizou-se dia 26 na cidade de Caxias, uma das mais importantes da Baixada Fluminense, uma região das mais violentas do mundo, um comício organizado pelos núcleos locais do PT, contando com a presença de Lula e vários membros das Executivas Nacional e Regional.

O Comício, com a presença de mais de 3 mil pessoas, foi precedido de um show em que participou Sérgio Ricardo, dando um clima de festa ao lançamento público do PT em Caxias.

Várias lideranças do movimento operário e popular da Baixada Fluminense e do Estado do Rio, que militam no PT, fizeram uso da palavra, destacando-se, ao final, a fala de Lula.

Um dos pontos altos do comício se deu quando Lula se referiu à Nicarágua, relatando sua experiência recente, quando pode constatar ao vivo o que é estar o povo no poder, mobilizado e organizado, construindo seu destino com as próprias mãos, "povo alfabetizando povo", e a confraternização com o Exército Popular em que o mais alto ministro e o mais humilde se tratam de "companero".

Ao encerrar a fala, Lula destacou a importância do PT como uma for-

ma de organizar politicamente os trabalhadores, unificando suas lutas e fazendo avançar-las.

Os professores e o PT

Nos intervalos do Congresso Nacional de Profissionais de Educação realizou-se uma reunião de fundamental importância para o PT. Convocada pela Executiva Regional de S. Paulo e dirigida por Irma Passoni e Luiz Antônio, a reunião de professores militantes do PT congregou representantes da esmagadora maioria das 19 delegações estaduais presentes ao Congresso.

A primeira constatação que pode ser feita é que o PT está fortemente representado e seus militantes ocupam papel destacado no processo de organização nacional da categoria. E isso é importante na medida em que os professores, entre o conjunto dos trabalhadores assalariados, são os que mais avançados estão na construção de uma organização nacional.

Mas apesar disso percebe-se uma grande heterogeneidade de avaliações e propostas dos militantes do PT quanto a organização nacional e linhas de intervenção sindical.

Diante dessas constatações e aproveitando a oportunidade da reunião, informal mas representativa, resolveu-se por marcar um seminário nacional de professores militantes do PT, com o objetivo de aprofundar o debate de uma linha de intervenção sindical na categoria. Essa resolução vem justamente

no sentido de concretizar as deliberações do Congresso Nacional do partido, onde foi ressaltada a necessidade da realização de seminários nacionais por categoria ou frentes de trabalho de modo a aprofundar as linhas de intervenção do partido.

O encaminhamento da resolução do Seminário de militantes do PT ficou sob a responsabilidade da Executiva Regional de S. Paulo, centralizada por Luiz Antônio, com quem está a tarefa de encaminhar a discussão dentro do partido de forma a marcar a data desse seminário.

Assassinado líder do PT no Acre

A nota de protesto do partido frente ao assassinato do sindicalista Wilson Pinheiro de Souza.

O Partido dos Trabalhadores vem protestar energicamente contra o brutal e covarde assassinato de seu companheiro Wilson Pinheiro de Souza, da Comissão Municipal de Brasília, e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município do Estado do Acre.

A mando de fazendeiros locais, pistoleiros armados invadiram a sede do Sindicato na noite de 21 do corrente e mataram Wilson, que vinha se notabilizando pela defesa dos interesses dos trabalhadores rurais e que, há duas semanas atrás, em ato público promovido pelo PT em Xapuri, havia condenado as arbitrariedades dos latifundiários da região.

O assassinato de Wilson Pinheiro de Souza não é um fato isolado. Vem somar-se à série de perseguições e atentados contra líderes rurais, como o que também vitimou, recentemente, Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo", em Conceição do Araguaia; vem acrescentar-se aos atentados contra as manifestações populares, como ocorreu diante do prédio da UNE, no Rio, ou na Freguesia do Ó, em São Paulo; vem juntar-se às ações terroristas como a depredação da sede do PT e de bancas de jornais, ou o sequestro e espancamento do jurista Dalmo Dallari.

São, todos, atos de desespero e violência de extrema direita, impunemente praticados à sombra da omissão das autoridades e com a participação encoberta ou ostensiva das forças para-militares. Ao protestar contra o assassinato de seu companheiro Wilson Pinheiro de Souza, o Partido dos Trabalhadores reitera, mais uma vez, seu repúdio a todos esses atos, e responsabiliza o atual regime por omissão e conivência.

Certo de que só a mobilização dos trabalhadores e de todo o povo poderá acabar com essas violências, o Partido dos Trabalhadores convoca suas Comissões Regionais e Municipais a organizarem, em todo o País, manifestações de denúncia e protesto contra o assassinato de Wilson Pinheiro de Souza e demais atentados, e conclama as entidades democráticas e populares a juntarem-se ao esforço comum de repudiar, firme e concretamente, a brutal escalada direitista que se abate sobre o País.

Bolívia: solidariedade tem que ser concreta

Sob o título "Militares fascistas querem esmagar a democracia na Bolívia", a direção nacional do PT emitiu no último dia 21 uma nota conclamando a oposição brasileira a formas mais eficazes de solidariedade.

Pela violência das armas, generais fascistas da Bolívia consumam mais um golpe contra a democracia boliviana. Os golpistas querem impedir, pela terceira vez em dois anos, que a Unidade Democrática Popular assumira o governo que conquistou legitimamente nas eleições presidenciais de 29 de junho. Como das outras vezes, o povo boliviano resiste heroicamente nas ruas, nas fábricas, nas escolas, nas minas e no campo, para garantir sua conquista democrática. Com arrogância, os militares fascistas proclamam que vão esmagar toda resistência. Na sua fúria criminosa estão executando operários, estudantes, camponeses, líderes sindicais como Simon Reyes e líderes políticos como Marcelo Quiroga Santa Cruz. Querem transformar a Bolívia numa praça de guerra, esmagando a democracia e massacrando seu povo.

Os militares fascistas bolivianos querem impedir que o povo tenha liberdade para conquistar uma vida digna, com melhores condições de vida e de trabalho. Querem impedir os camponeses de ter direito à terra em que trabalham. Querem calar os estudantes. Querem acabar com o

movimento sindical. Querem calar os mineiros. Querem garantir a exploração do povo boliviano.

A indignação e o protesto internacional contra os militares fascistas da Bolívia, em defesa da conquista democrática do povo boliviano, encontra eco profundo junto ao povo brasileiro. O Partido dos Trabalhadores manifesta a sua mais total e irrestrita solidariedade com a heroica resistência do povo boliviano e está disposto a participar de todas iniciativas no sentido de concretizar essa solidariedade. A isto chamamos todas as forças de oposição no Brasil. Aos partidos políticos propomos a formação de uma delegação para se dirigir aos consulados e embaixada da Bolívia para manifestar nossa solidariedade com o povo daquele país e o mais veemente repúdio ao golpe. Aos sindicatos propomos que manifestem sua solidariedade, em especial à COB (Central Operária Boliviana), a seu dirigente máximo Juan Lechin Oquendo, ferido e preso pelos militares, e com todos os trabalhadores, usando para isso os meios que julgarem mais convenientes. Aos movimentos pela anistia e em defesa dos direitos humanos propomos que se manifestem contra o mais absoluto desrespeito aos mais elementares direitos da pessoa humana violados pelos militares golpistas e pelos grupos paramilitares que os apoiam. Ao conjunto da oposição brasileira propomos uma ação decisiva junto ao governo brasileiro para que não reconheça o governo que querem implantar os militares fascistas da Bolívia.

VIVA O POVO BOLIVIANO!

Falsas questões contra a Constituinte

Por Júlio Tavares e Flávio Andrade

O debate sobre a Constituinte no interior do PT ainda não está organizado de modo a que o partido aprofunde realmente a discussão em torno da questão. Talvez, por isso mesmo, os argumentos contrários mais em evidência nas conversas e na imprensa sejam tão pouco convincentes, cada vez menos enfáticos e, até mesmo, um tanto primários. Aqui, um apanhado resumido destas críticas e uma tentativa de aprofundar um pouco mais a polêmica.

Hoje, só é viável uma Constituinte com Figueiredo, o que será uma farsa

Hoje, hoje mesmo, rigorosamente, a Constituinte não é viável de jeito nenhum, e com ninguém. Nem a oposição tem força para convocá-la e nem Figueiredo (a ditadura militar) tem interesse ou se sente pressionado para tanto. Mas, esta aparente força do argumento se desfaz ao notarmos que esta "limitação" não é própria da Constituinte. Trata-se no caso de uma característica comum a todas as bandeiras da oposição. A menos que os trabalhadores estejam no poder, todas as suas reivindicações somente se tornam realidade, somente são viáveis, quando arrancadas ou concedidas pelo poder - e neste último caso, no mais das vezes, concessões parciais como por exemplo, na questão da anistia, dos reajustes semestrais, do fim da censura etc. etc.

Este aspecto, no entanto, não invalida a luta por estas reivindicações.

O que esta crítica contudo aponta é para a necessidade de que a luta pela Constituinte não seja colocada como o fazem os setores vacilantes da oposição. Dizer que não interessa se a Constituinte será ou não convocada pelo atual "presidente da República", como o fez recentemente o Partido Comunista Brasileiro; ou então implorar a Figueiredo para que a convoque, como fazem os vacilantes do PMDB, só tem um significado: estender a mão de que a ditadura tanto necessita para sua transição rumo à democracia relativa; é semear ilusões e dar votos de confiança de que o regime é capaz de se tornar democrático; é esquecer que Figueiredo é antes de tudo um militar imposto pela ditadura e não um "presidente da República".

Assim, postas de lado estas manobras tergiversadoras e conciliatórias, o fato da Constituinte hoje somente ser viável com Figueiredo não demonstra outra coisa senão a descoberta "óbvia" de que não estamos ainda no poder. E o que se trata, no caso da Constituinte, é ver como podemos avançar a luta pela derrubada deste poder que

A burguesia liberal é quem capitalizará uma luta pela Constituinte

Esta crítica parte da mesma descoberta "óbvia" que a anterior: de que a burguesia é quem está no poder. É claro que uma Constituinte convocada hoje - uma Constituinte relativa, certamente, capitalizaria fundamentalmente os militares da "abertura" que estão no poder e a oposição burguesa liberal - que está próxima ao poder. Do mesmo modo que as eleições parlamentares havidas nos últimos anos não foram mais capitalizadas pelos trabalhadores.

Mas nem por isso se negou a participação nas eleições e nem por isso os trabalhadores deixaram de avançar com elas.

É justamente porque o poder está com os militares e a burguesia que não somos nós quem escolhemos ou impomos o terreno no qual vamos travar os combates. Pelo contrário o que cabe à oposição consequente é estar em todos os terrenos manobrados pela ditadura ou acenados pela oposição burguesa, desmistificando estas manobras, desfazendo as ilusões semeadas pela oposição vacilante, mostrando como que somente os trabalhadores tem interesse e condições de levar a luta democrática até as últimas consequências, que somente eles podem convocar uma Constituinte realmente livre, soberana e democrática que seja expressão efetiva da queda da ditadura militar.

A oposição consequente não vai à luta pela Constituinte porque tenha amores pelos modelos jurídicos burgueses para a questão da democracia; ela vai aí porque o nível de organização e consciência política das massas ainda não é revolucio-

nário a ponto de colocar na ordem do dia a derrubada revolucionária da ditadura por meio do poder dos trabalhadores.

E, ao contrário do que a crítica sugere, é somente assumindo a dianteira da luta pela Constituinte, mostrando-se mais consequente na sua defesa efetiva, na sua liberdade e soberania, é somente assim que a oposição consequente não deixará o campo livre para que as manobras da ditadura e as conciliações da oposição burguesa continuem semeando ilusões jurídicas e conciliatórias no povo. Igualmente, somente assim é que os trabalhadores conseguirão forçar a oposição dita "popular" a abandonar o campo da vacilação e se aliar ao campo da derrubada da ditadura militar.

Além disso, é necessário vermos que o grau da capitalização é determinado pela correlação de forças real existente no momento da Constituinte. Caso os trabalhadores e os setores populares não façam toda uma forte campanha de mobilização que integre os bairros, as associações democráticas e sindicais, as escolas, as fábricas, as zonas rurais, os setores burgueses liberais e as oposições vacilantes capitalizarão muito mais.

O PT, que traz em si, em potencial, uma nova hegemonia, a dos trabalhadores, deve evitar com que estes setores tenham este maior grau de capitalização. Isso só é possível concretamente lutando por uma Constituinte verdadeiramente democrática. Cremos que nesta luta o PT tem um aliado natural: a Tendência Popular do PMDB. Hoje, mais que em qualquer outro momento da luta contra a ditadura militar, se faz necessário uma aliança das forças democráticas combativas, uma aliança contra a conciliação com o governo e com o regime, responsáveis pela entrega do país ao imperialismo e aos grupos monopolistas.



Sem total liberdade partidária uma Constituinte não será democrática

Mais radicais do que a própria crítica pretende ser, diríamos que não basta liberdade partidária para que uma Constituinte seja democrática. É necessário ainda direito de greve, liberdade sindical, fim de todos os atos e leis de exceção etc. etc. E mais ainda: como uma Constituinte poderá ser efetivamente democrática sem que os trabalhadores tenham livre acesso aos meios de comunicação que estão em mãos da burguesia? Como que ela poderá ser realmente democrática se os trabalhadores estão submetidos a extenuantes jornadas de trabalho sem tempo para "fazerem política", ao contrário dos patrões? E por aí afora. Ou seja, somente os trabalhadores no poder e o socialismo, enfim, é que poderiam garantir a uma Constituinte uma total democracia.

No entanto a política não se faz de desejos ou de declarações propagandísticas sobre o futuro. A luta de classes se processa em condições muito concretas e que não são escolhidas por nós. É justamente por isso que a Constituinte se coloca hoje como a única bandeira, a única luta, a única campanha capaz de sintetizar todas estas reivindicações democráticas e dirigidas contra a ditadura militar. Ao mesmo tempo, na medida em que a Constituinte coloca na ordem do dia a questão do tipo de ordenação nova da sociedade que o povo quer, ela abre espaço real para que se discuta concretamente os programas estratégicos que as distintas forças políticas têm a oferecer ao conjunto da sociedade.

A Constituinte hoje não mobiliza os trabalhadores. O que mobiliza os setores populares são as lutas imediatas, específicas, concretas

No Encontro Nacional do PT este argumento foi muito brandido por alguns companheiros. E mais, pretendeu-se que a plataforma aprovada então fosse capaz, ao contrário da Constituinte, de deflagrar uma ampla mobilização nacional e popular. No entanto estas bandeiras já estão aí há tempos, e mais, até agora sequer um passo foi dado pela direção no sentido de organizar alguma campanha de mobilização nacional em torno delas. O que no mínimo permite que se duvide em alguma medida de sua suposta superioridade mobilizatória.

Também, não é verdade que a Constituinte não mobilize. Em primeiro lugar devemos entender que a luta pela Consti-

uinte, e uma campanha de mobilização detonada a partir daí, não se dá deslocada das reivindicações "específicas" em questão mas, pelo contrário, se baseia nelas, vem junto com elas, e as radicaliza. Pois é indispensável que a agitação pela Constituinte se faça deixando bem claro quais são os pré-requisitos mínimos para que ela possa ser democrática.

Por exemplo, cremos que devemos lutar pela Constituinte ao mesmo tempo que lutamos pelo fim das intervenções nos sindicatos, que lutamos pela reintegração dos diretores sindicais. Devemos, pois exigir, das outras forças oposicionistas, inclusive as liberais, que apoiem esta luta, em todos os níveis.

Por aí entram então todas as reivindicações "específicas, concretas e imediatas" tais como fim das leis de exceção, direito de greve, liberdade partidária etc. etc., justamente como estão na plataforma do PT. O que é a virtude da bandeira da Constituinte é que ela consegue globalizar estas reivindicações, radicalizá-las e dirigí-las contra o cerne mesmo do poder colocando-as no rumo da derrubada e substituição da ditadura por um novo tipo de governo.

Por outro lado, estas reivindicações "específicas", desprovidas de uma síntese política que as direcione contra o poder que aí está, por mais importantes que sejam, não dão outra perspectiva à luta dos trabalhadores senão aquela de um reformismo liberal - que pretende arrancar conquistas parciais à ditadura - ou de um reformismo sindical - que pretende arrancar melhorias sócio-econômicas ao sistema capitalista. A ausência da Constituinte - e seus opositores não colocam outra alternativa política global - impede a politização da luta de classes confinando-a àquilo que Lenin já no início do século criticava como sendo a "tática-processo" dos economicistas russos.

Só quando os trabalhadores estiverem organizados é que eles poderão lutar com proveito por uma Constituinte

Este argumento tem sido muito utilizado. É verdade que ele toca num problema real embora somente toque, resvalando logo para uma conclusão falsa. É real que somente se os trabalhadores estiverem organizados no momento da convocação da Constituinte é que eles poderão tirar proveito da luta que tenham feito pela sua convocação. Como é mais real que somente se os trabalhadores estiverem organizados e com muita força é que a Constituinte poderá ser efetivamente livre, soberana e democrática. E e-

mais verdade ainda que somente se os trabalhadores já estiverem no poder, aí sim, é que a Constituinte será plenamente democrática. No entanto, a luta de classes não se faz na base do SE. Pode até ser, como foi o caso em várias experiências de luta de classes, que neste momento em que os trabalhadores estejam tão organizados e fortes eles já não necessitem mais de uma Constituinte, por haverem descoberto a partir de suas próprias experiências, formas de representação democrática e organização do poder muito mais diretas, eficazes e democráticas como por exemplo, foram os soviéticos na Rússia revolucionária.

Assim, no limite, diríamos até o contrário: quando os trabalhadores forem organizados e fortes, aí sim, é que eles poderão escolher a forma que mais lhes convenha de travar a luta contra a ditadura e ordenarem a nova sociedade.

Mas o que se trata hoje é justamente saber o que fazer enquanto isto não é uma realidade; o que fazer para mobilizar, organizar e politizar os trabalhadores e o povo. Como fazer para que os trabalhadores surjam no cenário político como o setor o mais democrático da sociedade, o mais consequentemente anti-ditadura e, por decorrência, sejam capazes de se organizar e arrastarem atrás de si todos os demais setores que vacilam na luta contra o regime, de modo a conformar assim uma força revolucionária capaz de se apresentar como uma alternativa real ao estado de coisas vigente.

Esta é a questão. Pode até ser que a Constituinte não venha a ser convocada, como dissemos acima. O que importa é que se deflagre um processo de mobilização e organização política capaz de levar à derrubada do regime ditatorial e à implantação de um regime o mais democrático possível para as grandes massas. Se aí então, estas grandes massas julgarem conveniente ou não a força de organização do poder por meio de uma Constituinte, esta é, hoje, uma questão inteiramente secundária e até certo ponto jurídica.

Mas o que importa não é este amanhã. O que interessa hoje é que a Constituinte é o único eixo - nas condições atuais de correlação de forças - em torno do qual é possível deslanchar uma ampla mobilização e organização política, desde as bases populares dirigida contra a ditadura no rumo de sua derrubada.

Pois, e é preciso que esta questão fique clara, não basta ter um partido político dos trabalhadores. É necessário que este partido tenha propostas políticas a cada momento capazes não só de mobilizar e organizar a classe mas também de dar passos concretos na construção da hegemonia desta classe sobre as demais na luta por democracia e pelo fim da ditadura.



PT quer politizar a luta nos bairros

O encontro paulista dos núcleos do PT ligados a trabalhos de bairro na periferia

Por Silvio Caccia Bava

Mais um passo importante foi dado na construção do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. A partir de uma iniciativa de militantes de base ligados às lutas da periferia, e coordenada pela deputada Irma Passoni, da direção estadual do PT, realizou-se em Itapeverica da Serra, nos dias 19 e 20 de julho, um encontro que reuniu 150 representantes de núcleos. Neste encontro estavam representados 50 bairros da periferia de São Paulo, 13 cidades do interior e delegações dos Estados do Pará, Minas Gerais e Bahia.

O objetivo do encontro foi aproximar os militantes do PT que atuam nas lutas da periferia, trocar experiências e iniciar discussão sobre a linha de ação do partido junto às lutas populares por melhores condições de vida nos bairros.

Avaliado por muitos como o mais importante encontro de trabalhos de base já realizados pelo PT, a reunião enfrentou questões como a unificação das lutas da periferia, a necessidade de fortalecimento das entidades populares, como o militante do PT deve atuar nos movimentos de bairro, como politizar a luta reivindicatória.

Havia uma satisfação geral, pois todos compreendiam o que estavam fazendo ali: construindo o PT de baixo para cima, a partir da sua ligação com as lutas da classe trabalhadora.

O primeiro dia foi reservado para cada um contar, em pequenos grupos de discussão, suas experiências de luta para companheiros que se encontravam pela primeira vez no interior do partido. Experiências como a Comissão de Bairros de Belém, o Comitê de Bairros de Belo Horizonte, a Assembléia do Povo de Campinas, serviram de exemplos de unificação das lutas populares que, assim, adquirem uma maior força para enfrentar o Estado e arrancar dos órgãos públicos concessões importantes como aconteceu, por exemplo, em Belo Horizonte, onde a pressão popular conseguiu que fosse aprovada uma lei que rebaixa as tarifas de água e luz cobradas em bairros populares. Também não faltou bom humor e criatividade quando as companheiras de Belém contaram suas experiências em **prossiatas**, uma mistura de procissão com passeatas.

Mas, como não poderia deixar de ser, o encontro refletiu também os impasses vividos pelos trabalhos de bairro em muitos lugares onde a consciência e organização do povo ainda não foi capaz de construir formas superiores de luta. Ficou evidente que um dos maiores problemas é o isolamento em que vive a maioria dos trabalhos de bairro e que este isolamento atinge igualmente os núcleos do PT que participam das lutas da periferia.

Afinal, o que é a prática política?

No segundo dia as discussões se centraram em torno da relação do partido com as lutas da periferia. E ficou claro para todos a dificuldade vivida pelos militantes do PT em definirem o que é fazer o trabalho político, o trabalho partidário.

Antes de se iniciarem novamente as discussões em grupo e para preparar esta nova etapa do encontro, o companheiro Eder Sader apresentou uma pequena exposição sobre o tema "O que é a prática e para que serve um partido dos trabalhadores". E é nessa nova fase de discussões que o encontro apresenta sua maior riqueza e também

seu momento mais difícil. Como discutir a prática dos militantes do PT se não há uma linha de ação do partido para orientar essa prática?

A questão é complicada e coloca não só a necessidade de se definir essa linha de ação, mas a necessidade também de todos os participantes romperem com sua formação autoritária, fruto destes longos anos de ditadura, onde a ausência de uma prática democrática, a ausência de um espaço maior de participação política, fez com que esperemos sempre as decisões que "vêm de cima". Construir a linha de ação do PT para as lutas da periferia é uma tarefa principalmente dos seus militantes engajados nestas lutas. Essa foi uma das conclusões importantes do encontro.

Mas se esse foi um princípio com o qual todos estavam de acordo, a discussão não se tornou mais fácil por causa disto. Uma das sugestões mais frequentes da última plenária foi a criação de cursos de formação política. Havia uma preocupação presente em todas as discussões em grupo: "como juntar a luta reivindicatória com a luta política?" Apesar de várias intervenções colocarem que esta era uma falsa questão, que o verdadeiro problema era como politizar as lutas reivindicatórias, não ficou claro para muita gente o que era esse "politizar".

Mas o encontro não foi só de discussões. Não faltaram momentos de diversão com a apresentação de grupos de música e mesmo a projeção de um filme longa metragem. E o "Hino do PT", feito pelos companheiros do Grajaú, tornou-se o hino do encontro, cantado por todos nos dois dias.

As conclusões do encontro

Apesar de não ter um caráter deliberativo, algumas sugestões foram aprovadas na última plenária por todos os participantes. Defender autonomia das lutas da classe trabalhadora. Para isso o PT deve reforçar as entidades populares e não tentar absorver o movimento para dentro do partido, ao contrário, impulsioná-lo a partir da participação de seus militantes nas entidades populares e nas lutas que elas levam. Promover cursos de formação de lideranças, de capacitação política dos militantes do PT. Promover novos encontros como este para aprofundar as discussões e tirar uma linha de ação do partido. Criar uma secretaria de trabalho de bairro dentro do PT que possa garantir o contato permanente entre os diferentes trabalhos de bairro. Oferecer infra-estrutura de apoio aos movimentos populares através de mimeógrafo, aparelho de som, etc. Coordenar a atuação dos militantes nas lutas da periferia, etc.

Ficou decidido também que a experiência do encontro, os resultados das discussões, deverão ser transmitidos a todos os militantes do PT. Para isso foi formada uma comissão de voluntários que, junto com a comissão organizadora, deverá redigir um relatório do encontro para ser encaminhado a todos os núcleos do PT.

Ao final do encontro, a deputada Irma Passoni comprometeu-se a levar as sugestões aprovadas para a direção estadual do PT e defendeu a realização, dentro de alguns meses, de um encontro estadual de trabalhos de bairro, oficialmente promovido pela Comissão, de onde se tiraria uma linha de ação, um programa político do partido para as lutas da periferia.



Plenário do encontro em Itapeverica

Lutas na periferia

Cresce a organização popular

Em alguns pontos da periferia de São Paulo começam a surgir novas experiências de uma maior organização das lutas populares, uma tentativa dos moradores somarem forças para enfrentar o Estado, o governador, a prefeitura... Estas novas formas de organização chamam-se às vezes Comissão de Moradores, outras União de Bairros e reúnem todas as entidades da região para a luta conjunta. Aí somam-se Sociedades de Amigos, comunidades de base da Igreja, grupos do PMDB, núcleos do PT, etc. Unem-se a partir de uma prática comum na luta por melhores condições de vida nos bairros e liberdade de participação.

Além de aumentarem muito em número, os movimentos reivindicatórios populares têm criado respostas a alguns problemas antes considerados crônicos. O mais importante talvez seja o isolamento entre as diferentes lutas levadas pelos moradores da periferia e, como consequência, sua fraca capacidade de pressão contra o Estado. Outro problema é a desorganização destes movimentos depois do contato com as autoridades, sua falta de continuidade.

Ao menos para essas questões a experiência de lutas dos trabalhadores já foi capaz de apontar uma solução.

São experiências como as que estão acontecendo na Freguesia do Ó, em Itaquera, em Osasco, que indicam as formas escolhidas pelos movimentos sociais para se fortalecerem e se ampliarem. Nestas regiões constituíram-se organismos intermediários de massa. O que é isso? São formas de organização que reúnem todas as entidades e associações comprometidas com a luta popular e onde ninguém manda. Todas as decisões são tomadas democraticamente, respeitada a autonomia dos movimentos e entidades que aí participam.

É o caso do "Comitê de Associações, Comunidades, Comissões de Bairros, e Partidos de Oposição em Defesa da Melhoria das Condições de Vida da Freguesia do Ó". Nele se reúnem os membros dos núcleos locais do PMDB e do PT, diversas sociedades de amigos, representantes da Igreja e as comissões de moradores. Estas comissões, eleitas democraticamente com seus bairros são a principal expressão das entidades que compõem o Comitê.

Uma das atividades deste Comitê, foi a elaboração de um documento com as reivindicações gerais da região, reivindicações conjuntas de alguns bairros e reivindicações específicas de uma vila ou

um bairro, para serem entregues ao governador quando este instalou seu governo itinerante na Freguesia do Ó. Mas além de elaborar o documento, o Comitê teve um papel mais importante: através dele se organizou a já tão falada manifestação popular que foi atacada pelos grupos fascistas que apoiam o governador Maluf.

Em outra parte da cidade, na Zona Leste, está se criando a UNIÃO DE BAIRROS, outra entidade que pretende coordenar as lutas da região, apoiar os trabalhos de bairro existentes e impulsionar o surgimento de movimentos reivindicatórios onde eles ainda não existam. Embora já esteja criada há alguns meses, a UNIÃO DE BAIRROS terá seu lançamento oficial no dia 11 de outubro, na quadra da escola de samba Nenê da Vila Matilde. Como na Freguesia do Ó, aí também estão participando núcleos do PT, comunidades de base, sociedades de amigos, comissões de moradores.

A tônica destas novas formas de organização é a sua luta pela autonomia, por sua independência total frente ao Estado e a todas as forças políticas.

Mas estas novas entidades não só aceitam como acham necessária a participação de todas as forças políticas comprometidas com as lutas populares em seu interior. O que não admitem é que qualquer destas forças se proponha a dominar o movimento ou se servir dele para fortalecimento próprio. E isto tem sido uma prática tão comum que a única garantia de crescimento destas entidades está numa participação massiva dos moradores da região.

Na verdade, estas novas entidades surgem com uma nova proposta de como fazer política, uma proposta radicalmente diferente do passado (para não dizer oposita) porque rompe com a tradicional política onde se trocavam benefícios para o bairro por apoio político e votos. Porque as decisões não são tomadas ao nível das cúpulas, mas pelos representantes dos diferentes trabalhos de bairro presentes. Porque os trabalhadores recusam qualquer tutela de partidos políticos ou forças de esquerda que estejam presentes mas, ao mesmo tempo, reconhecem a importância de sua interrelação política desde que ela se dê no interior de um espaço democrático, onde suas propostas possam ser discutidas e votadas por todos.

A unificação das lutas da periferia politiza os movimentos sociais, cria condições para que o morador da periferia se identifique com seus companheiros que se organizam em outros movimentos, em outras lutas e, juntos, descubram sua condição comum de explorados e seu inimigo comum: o Estado e o Capital. (S. C. Bava)

Rumo à entidade nacional

Por Luci Ayala

Entre as diversas categorias de trabalhadores assalariados, os professores são os que estão mais avançados em sua organização nacional.

Com cerca de 1,5 milhão de pessoas empregadas nas redes públicas estaduais, sem falar na rede privada onde as dificuldades de organização são bem maiores, com profundas diferenças regionais quanto ao nível salarial, grau de organização e mobilização, os professores tem em comum um ascenso de suas lutas generalizado durante todo ano passado, marcado por 12 greves estaduais e inúmeras municipais, cujo eixo central foi a reivindicação de melhorias salariais. Como saldo dessas mobilizações percebe-se o avanço organizativo da categoria, tanto regional com a conquista das entidades das mãos dos pelegos ou criação de novas entidades regionais, e também a organização a nível nacional.

Já foram realizados dois encontros nacionais, em julho de 79 e março de 80, onde os temas centrais foram a necessidade de campanhas nacionais unificadas que rompessem com os limites regionais da luta dos professorados e de avançar em sua organização regional e nacional.

Como resultado desses encontros realizou-se no mês de julho, em S. Paulo, o 1º Congresso Nacional de Profissionais de Educação (CNPE), passo decisivo na centralização e consolidação da organização nacional.

Neste Congresso onde 19 delegações regionais somavam cerca de 900 delegados, percebeu-se que no primeiro semestre de 80 o movimento não repetiu o ascenso de 79 devido a fragilidade de sua organização frente ao avanço da repressão. Em muitos Estados não foi acumulada necessária força para obtenção de índices acima dos oficiais, refletindo um certo refluxo e esvaziamento de entidades. No entanto algumas entidades foram conquistadas e as direções são unânimes em apontar a necessidade de aprofundar a organização pela base, com criação de estruturas zonais onde não existem e sub-centros no interior dos Estados, bem como a necessidade da construção de uma entidade nacional.

Os resultados do Congresso

A resolução central, em torno da qual se desenvolverão as demais, é a da construção da entidade nacional, entendendo-se que este processo está intimamente ligado às lutas da categoria e sua organização de base através de experiências reivindicatórias comuns e unificadas a nível nacional. Como campanha central foi aprovada a luta por reajustes semestrais para os professores da rede pública, utilizando como instrumento privilegiado uma carta aberta à população e à comunidade escolar e um abaixo-assinado nacional a ser entregue às autoridades educacionais. Como eixo secundário foi aprovada a luta pela aposentadoria aos 25 anos de

serviço e a campanha por mais verbas para educação, a ser levada junto a UNE e aos docentes de 3º grau.

Quanto as tarefas propriamente organizativas resolveu-se deflagrar o processo de construção da entidade nacional, levando a discussão sobre o caráter da entidade, sua forma de organização e estrutura interna para as entidades de base, zonais, escolas etc. Este processo culminará em um congresso para a fundação da entidade nacional, marcado para janeiro de 81, em Pernambuco. Para coordenar o movimento foram eleitas, por cada delegação, as executivas regionais, compostas de três representantes da delegação presente mais um representante de cada entidade. A nível nacional foi constituída uma executiva, composta por dois representantes de cada estado, com o nome de "Comissão Pró Fundação da Entidade Nacional de Trabalhadores em Educação."

Unidade do movimento

Um ponto importante para resguardar a unidade e democracia de base da nova entidade foi a derrota das propostas que pretendiam a criação da Entidade Nacional no próprio Congresso, sem uma discussão mais aprofundada sobre o seu caráter e uma propaganda maior nas entidades de base. A resolução do Congresso estabelecendo um prazo de seis meses para o debate em torno da construção da nova entidade, permite uma massificação maior de sua construção, mas mesmo assim revela uma certa pressa e imediatismo. Isso porque impede uma participação mais efetiva dos docentes de 3º grau, que tem um congresso específico marcado para fevereiro de 81, cuja pauta é a construção de uma entidade nacional de professores universitários. A fundação da entidade nacional em janeiro apresenta-se pois como um ultimo a esse importante e organizado setor do professorado brasileiro.

Uma segunda questão, e também mais delicada, é quanto à Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Esta entidade, apesar de ter caráter nacional não se apresenta como referencial para o conjunto do movimento de professores, não sendo sequer conhecida por boa parte da vanguarda combativa. No entanto tem 23 entidades regionais filiadas que, mesmo sendo atrasadas, tem influência sobre uma parcela do professorado.

Reconhecer isso significaria apresentar uma estratégia para recuperar essas bases da influência da CPB, fazê-las avançar para posições mais combativas, convidando-as para um Congresso unitário de profissionais de educação. Mas o Congresso resolveu ignorar essa articulação, sem definir nenhuma linha de intervenção junto as entidades filiadas à CPB, marcando o Congresso de Fundação da nova entidade antes do Congresso da CPB, o que sem dúvida cristaliza uma divisão no movimento de professores.

Os professores compõem a categoria de assalariados que hoje está mais a frente em seu processo de organização nacional. No Congresso realizado em julho foi decidida a campanha pela construção de uma entidade nacional para os profissionais em educação.



estudantes

Opinião

Por uma UNE de combate ao lado dos trabalhadores

Sérgio Marino Alves(*)

As resoluções do CONEB - Conselho Nacional de Entidades de Base - da UNE e sua efetivação junto ao conjunto dos estudantes evidenciam no interior do movimento estudantil que os princípios de unidade na ação e do exercício da democracia direta nas entidades reconstruídas, estão cada vez mais presentes no cotidiano dos estudantes.

A greve nacional de três dias agora aprovada culminando com um Dia Nacional de Luta, além de ser uma greve de protesto, deve apontar no sentido da agitação e organização de uma greve geral nacional, uma greve até a vitória. Com a paralisação das aulas, discutindo juntamente com professores e funcionários, com as saídas às ruas divulgando a greve nacional contra a implantação do ensino pago e pelo atendimento de nossas reivindicações, estaremos efetivando unidade na ação e avançando ainda mais na luta pelo livre acesso à universidade, luta que interessa ao conjunto da juventude operária e estudantil.

Em maio de 1979 a UNE é reconstruída consolidando nacionalmente a luta iniciada pelo DCE LIVRE da USP em 76 que é a de construção de entidades estudantis independentes baseadas na democracia direta própria do movimento.

É dentro deste contexto de unidade na ação e democracia exercida diretamente pelas bases que devem ser analisadas algumas propostas surgidas no CONEB: a proposta de um Encontro Nacional das Oposições e as moções apresentadas, uma ao CONCLAT - Congresso das Classes Trabalhadoras - e outra ao ENTOES - Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. Pois durante duas horas e meia de CONEB debateu-se intensamente questões que envolvem definições maiores da UNE no que diz respeito à solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo, expressa em sua Carta de Princípios.

Entre a proposta de Encontro e as propostas de moções podemos perceber uma relação intrínseca que para melhor vislumbrarmos se faz necessário que a UNE precise e aprofunde o debate sobre o caráter do movimento estudantil e seu campo de classe.

Vejamos. Em 12 de maio de 1978 quando os operários do ABC cruzaram os braços em greve, a classe operária entra na cena política exigindo um espaço de independência de classe e inaugurando uma avalanche grevista que se

repete a cada ano que passa em todo o território avançando assim enquanto vanguarda do movimento de massas.

E hoje seus setores mais combativos evidenciam, na proposta de Partido dos Trabalhadores, a sua independência política, seu caráter de classe e sua democracia interna de partido criado de baixo para cima. No plano sindical, este mesmo processo de independência aponta para o ENTOES. A moção de apoio ao ENTOES dividiu o plenário do CONEB demonstrando que uma grande parte dos estudantes não percebe a importância política da luta que hoje travam os trabalhadores contra a estrutura sindical atrelada, que impede o direito de greve e o direito dos trabalhadores se organizarem em sindicatos desatrelados e não concede estabilidade no emprego, etc.

O ENTOES foi realizado como resultado de reuniões e discussões nas fábricas e nos locais de trabalho por entenderem os trabalhadores que a eleição democrática dos delegados deve ser baseada em um programa de lutas, as quais começam a ser unificadas e colocam em xeque o calcanhar de Aquiles do regime: a sua estrutura sindical.

No resultado da votação da moção de apoio ao ENTOES ficou demonstrado claramente que o espaço de independência de classe no movimento estudantil, tão bem expresso quando cerca de 60 mil estudantes votaram na chapa NOVACÃO nas eleições da UNE, tende a se multiplicar. Com 361 entidades votantes no CONEB, 168 se posicionaram contra o apoio ao ENTOES, 157 a favor e 36 abstenções.

Também a proposta de realização de um Encontro das Oposições que unifique as lutas com amplos setores da população não foge a esta ótica. A proposta exige por si só uma melhor definição do que seria este encontro e quem participaria e como se daria esta participação. Exige também uma melhor definição de quem são estas "oposições". Oposições consentidas, semi-consentidas ou não consentidas pelo regime militar? Ou será que não é o momento da UNE impulsar um Encontro Nacional pela Assembleia Constituinte Democrática e Soberana, precedida de liberdade de organização e expressão partidária? Um encontro que organize e deflagre esta campanha nacionalmente.

(*) Sérgio Marino Alves é estudante da Universidade de São Paulo.

RGS

Como a ditadura escolhe seus reitores

Depois de muita confusão, informações mal dadas e um cheiro de politicagem que ultrapassa os muros universitários, já se sabe o nome do novo reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Earle Macarthy Moreira, o quinto nome da lista sêxtupla enviada ao MEC pela reitoria.

A lista com seis nomes escolhidos pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Ensino e Pesquisa foi enviada, como manda o estatuto universitário, ao ministro da Educação para escolha pela Presidência da República.

Porém, passado o prazo de escolha, a lista volta para a UFRGS, a mando do presidente da República, com a ordem de que seja refeita, sem dar maiores explicações. Assumindo, provisoriamente, a reitoria o vice-reitor Mario Rigatto.

O que corre pelos corredores é que essa ladainha toda faz parte da briga pelo poder dentro do bloco governista. Algumas manifestações públicas do deputado federal Nelson Marchezan, favoráveis ao professor Ferraz, em confronto com o Ministro Jair Soares que estaria apoiando o professor Barbosa Lessa dão esta medida. Tudo isso para ver qual dos dois senhores (membros do PDS) possui mais prestígio político, já que ambos disputam a candidatura do partido da ditadura para o governo estadual no RS.

Como a história já estava chegando aos "ouvidos do povo" o general Figueiredo resolveu dar um basta: baixou um decreto elegendo o sr. Macarthy Moreira para reitor da UFRGS, que não é mais que um "tapa-furo" para que os poderes internos do governo não comecem a feder mais ainda.

E claro que, em tudo isso, mais uma vez a comunidade universitária-alunos, professores e funcionários - ficou marginalizada do processo de escolha dos dirigentes da universidade. O reitor, ao invés de ser eleito diretamente pela maioria, é "eleito" diretamente pelo general presidente da República. É como disse um professor membro da Associação dos Docentes da UFRGS: "para nós não interessa apoiar um ou outro candidato, mas que se mude o processo todo, que hoje não é mais do que um espelho do poder autoritário vigente no resto da sociedade." (Da Sucursal)

Um perfil do bancário, esse desconhecido

Bancários de todo o país iniciam, oficialmente, nesta quinta-feira, 31 de julho, sua campanha salarial unificada. Em encontro realizado em São Bernardo do Campo (19 e 20 passados), eles decidiram exigir dos patrões estabilidade com aumento; 15 por cento acima do INPC, jornada de seis horas e reintegração dos dirigentes cassados, dando um prazo até o dia 14 de agosto para a conclusão das negociações.

Além da "Declaração de São Bernardo", aprovada no Encontro, EM TEMPO publica, nesta edição, o resumo de um trabalho elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), em 1979, determinando o perfil dos 160 mil bancários de São Paulo, sem dúvida o mais numeroso e um dos mais combativos contingentes da categoria.

Por Iom Duarte



Declaração de São Bernardo

As delegações e diretorias de sindicatos, reunidas em São Bernardo do Campo para discutir e deliberar sobre os rumos da Campanha Salarial Nacional dos Bancários de 1980, resumem nesta declaração os princípios pelos quais devemos nortear o nosso combate:

1 - As nossas reivindicações, a começar pela estabilidade e pelo reajuste de 15% além do INPC de setembro, refletem a discussão, a maturidade e a ponderação da categoria que as discutiu em dezenas de assembleias sindicais e dois Encontros Nacionais. Representam portanto os anseios dos bancários brasileiros;

2 - Tais reivindicações podem e devem ser atendidas pela patronal. Os bancos estão em condições de atendê-las prontamente. Não obstante, nós apresentaremos nossas reivindicações aos banqueiros e, ao cabo de dias, voltaremos para buscar sua resposta;

3 - Ao mesmo tempo, sabedores da tradição da intransigência patronal e de apoio que o governo costuma dar aos banqueiros intervindo nos sindicatos, ameaçando, reprimindo e prendendo dirigentes sindicais e os bancários em geral, nós procuraremos organizar a mobilização nacional da categoria e nos prepararemos para lutar até a vitória de nossa campanha salarial;

4 - Entendendo que é um direito do trabalhador a livre organização sindical e política e, portanto a utilização da greve como recurso contra a intransigência patronal, nós exigimos o fim das intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos (tanto dos bancários quanto dos metalúrgicos) e que na negociação entre trabalhadores e patrões a repressão policial não seja utilizada contra nós, trabalhadores;

5 - Acreditamos no entanto, que somente a nossa união nacional, nossa disposição de lutar pelas reivindicações e a solidariedade dos demais trabalhadores e da população em geral nos permitirão sair vitoriosos em caso de termos, de deflagrar a greve pelo atendimento de nossas reivindicações. Por isto, desde hoje nos dirigimos a todos os trabalhadores e a juventude brasileira, pedindo o seu apoio para a nossa luta;

6 - Companheiros bancários, nossa campanha salarial começou aqui de São Bernardo do Campo, símbolo da coragem, da disposição de luta dos trabalhadores brasileiros, nós definimos nossas reivindicações e nosso objetivo: por uma campanha salarial até a vitória. Nossas reivindicações estão definidas. Nós somos milhares e os patrões uma meia dúzia. Os patrões chamarão o governo e a polícia para tentar nos intimidar. Mas os trabalhadores e o povo brasileiro estarão do nosso lado se nos mantivermos firmes, se não arredarmos pé de nossas justas reivindicações.

Queremos Estabilidade com Aumento de 15% além do INPC!

Por uma Campanha Nacional dos Bancários Vitoriosa!

Pela Independência Sindical: Reintegração dos Cassados!

Viva os bancários, viva os trabalhadores brasileiros!

São Bernardo do Campo 19 e 20 de julho de 1980.

Sindicato dos Bancários de S. Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Fortaleza, Natal, São Luís e Piracicaba, e Delegações de Campinas, Bahia, Belém e Lins.

O trabalho do bancário era altamente valorizado, até meados da década de 1940.

Os requisitos para admissão eram rigorosos, exigindo-se, além de curso médio, conhecimentos, ou diploma de contabilidade. A profissão se distinguia pela aceitação social, conferindo aos seus ocupantes "status" superior a hierarquia dos trabalhadores, consolidando conceitos de que ser bancário era pertencer a uma classe intermediária - mais que simples trabalhador e menos certamente do que empresário. Essa "qualificação" em termos de aceitação social veio decaindo, nos anos seguintes, tanto assim que essa condição, no início dos anos 60, só continua sendo desfrutada pelos empregados dos bancos oficiais e, mesmo assim, somente nos centros menores. (...)

A diversificação de atividades do setor financeiro, com concentração de empresas e centralização dos serviços no banco comercial, foi acompanhada de novas práticas. Uma das principais, foi transformar o banco em verdadeiro supermercado de prestação de serviços. Esse processo iniciou-se com a autorização para os bancos privados funcionarem como agências receptoras ou pagadoras dos órgãos públicos. Anteriormente, esses serviços eram prestados pelas repartições públicas ou pelos bancos oficiais. (...)

Além desses recebimentos e pagamentos do setor público e das concessionárias deste, ge-

neralizam-se formas de pagamentos por via bancária de recibos, prestações, mensalidades, etc.

Tudo isso leva a uma grande transformação no trabalho dos bancos. Generaliza-se a ampliação do horário de funcionamento para o público da rede bancária, o que praticamente liquida com a antiga jornada de seis horas para os trabalhadores em bancos. (71 por cento trabalham além de 6 horas diárias). Multiplicam-se as agências, mudando a característica anterior das cidades de zonas bancárias bem definidas, que facilitavam o congestionamento da categoria e, em decorrência, a atividade sindical. Mudam-se as práticas internas, com a introdução do "caixa-executivo", da mecânica

e do processamento eletrônico. A rotinização dos serviços rebaixa os pré-requisitos de admissão, com o rebaixamento do nível dos salários, em todo o sistema. Todas as mudanças são facilitadas por medidas externas, como a contenção salarial, a arbitrariedade da dispensa em justa causa (instituída com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço-FGTS) e o rígido controle da atividade sindical. A atual situação do bancário, em relação a emprego, salário, condições de trabalho e sindicalização é melhor compreendida quando referida a essas transformações, quer da própria institucionalização do capitalismo financeiro, quer das mudanças por ela engendrada no modo de operação do sistema.

O que faz esse profissional...

"Papéis com número" é a matéria prima do bancário, submetido a um processo de trabalho estruturado através de regras determinadas e rigidamente controlado. Uma intensa divisão e uma alta racionalização são características importantes desse trabalho. Embora as rotinas sejam individualizadas, elas acabam por ter grande identidade, umas com as outras, no que têm de fundamental: a extrema divisão das tarefas e a possibilidade de rápida substituição do funcionário.

Na pesquisa, o DIEESE identificou cinco atividades básicas no interior de um banco:

1) **Auxiliares Administrativos:** Compreende todos aqueles que desempenham tarefas "burocráticas internas". São os escriturários, auxiliares de operações, atendentes, conferentes, auxiliares de escritório, contínuos, auxiliares de contabilidade, secretárias e demais atividades afins. No Estado de São Paulo, representam 58 por cento da categoria.

2) **Caixas** (12 por cento): Engloba o pessoal que efetivamente tem atividade na caixa-atendimento ao público envolvendo dinheiro - trabalhando sob qualquer método (com listista, caixa executivo, etc.).

3) **Chefia Intermediária** (19 por cento): São os bancários que executam tarefas semelhantes às dos auxiliares, estando na chefia destes. Chefes de seção e sub-chefes de serviço são os cargos típicos arrolados.

4) **Técnicos especializados** (7 por cento): Reúne advogados, administradores de empresas, analistas de computação, contadores e especialistas em treinamento de pessoal, bem como qualquer outra atividade que sirva de apoio ao sistema bancário.

5) **Gerentes** (um por cento): O título é auto-explicativo, e indica atribuições de mando, gestão e direção da empresa, características de cargo de confiança.

Além das cinco, o trabalho utilizou a classificação outros (um por cento) para designar atividades não incluídas nas anteriores.

Culto bem educado...

O nível de escolaridade dos bancários paulistas é elevado: 81 por cento da categoria tem uma instrução do nível colegial para cima, enquanto 34 por cento tem o nível superior. Tomando apenas os auxiliares administrativos e gerentes, o estudo constatou que entre os auxiliares administrativos, oito por cento têm o superior completo, 20 por cento estão cursando escolas superiores, 17 por cento têm o colegial completo e os demais 22 por cento cursam o colegial. Entre os gerentes, predominam os que têm superior completo (48 por cento do total). Já os que cursam escolas de nível superior chegam a 5 por cento, nessa função, e os com colegial completo representam 30 por cento.

E muito mal pago

A remuneração do bancário pode-se compor de múltiplas parcelas: a) - o salário fixo; b) - adicional por tempo de serviço; c) - comissão de função; d) - horas extras; e) - outros adicionais, ligados à produção da agência bancária, como a venda de papéis, ajudas de custo, etc. Segundo levantamento dos pesquisadores do DIEESE, esses adicionais têm extraordinária importância para os trabalhadores bancários: se é verdade que 13 por cento dos bancários no Estado recebem exclusivamente o salário fixo, para 25 por cento deles, os adicionais chegam a suplantarem o valor do salário fixo, tendo, ao mesmo tempo um peso significativo na remuneração dos 62 por cento restantes.

Mesmo assim, os salários da categoria são extremamente baixos, contrastando com seu nível de escolaridade e, contrariando, inclusive, certas teses em voga nos meios oficiais, que associam aumento do nível educacional à melhora da distribuição da renda e do padrão de vida da população. Assim, enquanto a média salarial da categoria é de 6,1 salários mínimos, mais de 70 por cento dos bancários recebem menos que o salário médio, existindo ainda um grande nú-

mero de trabalhadores nas faixas mais baixas. Curiosamente, verifica-se uma melhor situação, tanto no topo quanto na base da pirâmide, para os bancários do interior: apenas 12 por cento deles situam-se na primeira faixa salarial (até dois salários mínimos), percentual que aumenta para 23 por cento entre os da capital. Da mesma forma, 17 por cento dos trabalhadores bancários do interior tem remunerações acima de 10 salários mínimos, contra 14 por cento na Capital.

O principal motivo desse aspecto, segundo o estudo, é que uma maior proporção de bancários interioranos trabalham em bancos oficiais (congregam 32 por cento da categoria), que oferecem uma melhor remuneração que os particulares (responsáveis por 68 por cento do emprego, em São Paulo). Basta ver que, em todo o Estado, 57 por cento dos empregados dos bancos oficiais ganham acima de seis salários mínimos, percentagem que baixa para 21 por cento quando se trata dos bancos particulares, onde é maior a exploração da mão de obra bancária.

Essa exploração é ainda maior sobre a mulher bancária, que representa 36 por cento da categoria (essa porcentagem sobe para 41 por cento na Grande São Paulo). Seu salário médio é de 3,9 salários mínimos, abaixo da média da categoria (6,1 salários mínimos) e inferior em 44 por cento aos dos homens. Outro dado significativo: 70 por cento delas recebem até quatro salários mínimos, faixa em que 48 por cento dos homens estão situados.

Mas luta no sindicato...

Dois terços dos 60 mil bancários paulistas pertencem à base do Sindicato da Capital, sem dúvida um dos mais ativos do país, embora apenas 29 por cento deles sejam sindicalizados, contra 75 por cento e 57 por cento de sindicalizados das médias e pequenas cidades, respectivamente.

A participação sindical é maior nos bancos particulares (42 por cento) do que nos oficiais

(39 por cento), ao contrário do que se costuma supor. Concorrem para isso, as modificações nos quadros de carreira dos bancos oficiais e a contratação de mão de obra temporária, o fato de que o dissídio do Banco do Brasil se dá em separado, desestimulando a sindicalização, que, por sinal, é vedada aos funcionários do Banco Central.

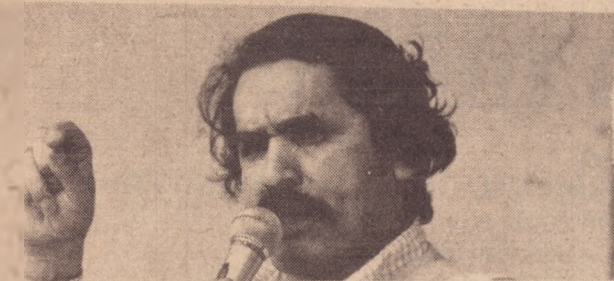
Por outro lado, 32 por cento dos bancários estão sindicalizados há menos de um ano, o que revela uma tendência, nascida a partir de 1978, de aumento da participação sindical. Da mesma forma, os sindicalizados que representam 40 por cento dos bancários no Estado são melhor remunerados: 48 por cento recebem acima de seis salários mínimos, contra os 33 por cento da média vigente para a categoria.

Para 83 por cento dos bancários, o sindicato é um órgão importante: é visto por 58 por cento da categoria como "um canal para reivindicar", de "defesa dos direitos" e de "luta por melhores salários. A avaliação de 53 por cento deles sobre suas entidades de classe é favorável; 28 por cento destacaram como positivo o fato dos sindicatos "terem conseguido aumentos salariais", 10 por cento, por terem feito "denúncia sobre problemas trabalhistas e greve", (em 1978, no caso dos bancários da Grande São Paulo), cinco por cento de darem "apoio aos bancários" e fizeram movimento pela jornada de 6 horas, apenas quatro por cento em função dos "serviços assistenciais". Os outros seis por cento apresentaram razões diversas.

Por melhores salários

As reivindicações salariais recebem prioridade entre os bancários, conforme as respostas de 47 por cento deles. Para 14 por cento do total, a reivindicação da jornada de seis horas é considerada mais importante, seis por cento privilegiam as condições de trabalho, enquanto cinco por cento dos que apresentaram alguma proposta destacam os serviços assistenciais.

Olívio Dutra Cassação é contra o movimento popular



A decisão do ministro Murilo Macedo de suspender a intervenção no sindicato dos bancários de Porto Alegre, porém cassando o mandato de quatro dos seus diretores, (Olívio Dutra, Luiz Felipe Nogueira, Aquiles Notti e Cândia Vargas) é um índice de como o governo pretende resolver o problema dos sindicatos sob intervenção, o sindicato é restituído à categoria bancária, porém, privando-a de alguns dos seus mais expressivos e combativos representantes. Aqui, a análise da cassação e suas consequências, feita por Olívio Dutra, presidente eleito cassado e José Luiz Carneiro Cruz, membro da diretoria eleita e que agora reassume o sindicato.

Para Olívio, este ato arbitrário não visa prejudicar apenas a categoria dos bancários, mas sim a organização popular em geral. Não só ele e os demais foram atacados, mas toda a categoria, pois atacaram seus instrumentos. Mas a cassação - apesar de cortar a possibilidade de sua dedicação integral, pois volta a trabalhar - não o afasta da categoria, com quem tem seu compromisso fundamental, e nem de suas lutas.

Num outro plano, Olívio vê, em sua cassação, a tentativa de prejudicar a organização do PT, à nível nacional, criando problemas às suas lideranças. E vincula esta medida aos atos terroristas que acontecem atualmente, ambos com o clara intenção de cortar o processo de mobilização popular.

As bases, segundo Olívio, estão tomando a decisão do ministro como decisão que viola um direito fundamental da categoria, que é de ter o seu sindicato dirigido pelos companheiros eleitos. A categoria está perplexa ante as condições de salário e de trabalho existentes e estão ligando esta situação com a de seu sindicato e descobrindo que a ligação não é casual.

O ministro desconsiderou as decisões do Judiciário por motivos pessoais, por sentir-se ameaçado em seus interesses como banqueiro devido a combatividade e insubmissão demonstradas pelo sindicato e pela categoria frente aos patrões. Como banqueiro, procurou interromper este processo e assim deve explicações aos 14.000 bancários que compõem a categoria aqui no sul.

Para Zé Luiz, o ministro praticou um ato de violência contra o qual deve ser iniciada uma campanha que aglutine todos os setores sociais interessados na liberdade e autonomia sindical, pois essa cassação ameaça também a diretoria dos sindicatos de São Bernardo e Santo André. Através do sindicato, eles procurarão apoio do CBA, OAB, partidos políticos, intersindicais, sindicatos e impretarão mandato de segurança, junto ao Tribunal Federal de Recursos. Além disso, durante a campanha salarial deste ano será levada a luta pela anistia aos companheiros cassados. Para Zé Luiz, a categoria reconhece em Olívio e nos outros uma liderança autêntica e um ato arbitrário não tira essa liderança.

Sobre o compromisso desta nova diretoria que assume agora, em relação com o conjunto da categoria e com os seus membros cassados, assim se manifesta Zé Luiz: Muito embora a diretoria atual esteja composta por muitos suplentes, o compromisso que a chapa eleita como um todo assumiu, vai ser mantido e isto implica em que, além da luta pela anistia e retorno dos companheiros cassados, permanece o mesmo programa, que ressalta a luta contra a estrutura sindical, pela liberdade e autonomia sindical, pelo direito de greve, contra o arrocho salarial, pelo fim do imposto sindical, pelo contrato coletivo de trabalho, pela negociação direta, por delegados sindicais e sua estabilidade e por eleições diretas às federações e confederações.

Dia do Colono/RS

Pela reforma agrária

Passados quatro meses da campanha contra o confisco da soja, cerca de quatro mil agricultores reuniram-se no dia 25/07, no município de Ronda Alta, interior do RS, para comemorar o "Dia do Colono". A comemoração foi coordenada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com apoio de setores da Igreja, e serviu para denunciar suas precárias condições de vida.

No local do encontro, havia uma grande cruz com uma imensa faixa: "Dia 31 de março de 1980, a primeira vitória", numa alusão ao movimento de colonos que resultou na queda do confisco cambial da soja. Agora, a luta se encaminha para: a) reforma agrária imediata no Estado; b) financiamento de glebas até 25 hectares num prazo de 5 anos, com juros de 25 por cento anuais. Com isso, pensam os colonos, haverá a fixação à terra, a diminuição do êxodo rural. Pretendem, ainda, também, a criação de conselhos da categoria com participação nas decisões que estabelecem os preços mínimos e os dos insumos.

A organização dos pequenos agricultores no Estado é um marco importante, sem dúvida. Tradicional ponto de apoio à política do governo e curral de votos da ex-Arena, com a luta contra o confisco, pela Previdência Social, e pela reforma agrária, os colonos passam para o campo da oposição do governo e de sua política econômica.

Professores/POA

Campanha eleitoral

Quem está vivendo um processo eleitoral são os professores da rede privada gaúcha, que em setembro elegerão a diretoria do seu sindicato, o SIMPRO/RS. Para surpresa de muitos, depois de nove anos de continuidade da atual equipe diretora, período em que a atuação do sindicato era tão insignificante que apenas a diretoria participava com chapa única. Este ano, concorrem três chapas.

A chapa 1 é a própria pelegada, presidida por Mendes Gendelman, que há seis anos dirige a entidade, e é apoiada pelas direções das escolas.

Os integrantes da chapa 2 e 3 até bem pouco tempo atuavam em conjunto na Comissão Especial, eleita em assembleia, e responsável por toda a mobilização da categoria, no último ano. No processo de constituição das chapas a Comissão Especial do SIMPRO dividiu-se, com um setor propondo uma chapa unitária de oposição, com um programa tirado em reuniões abertas, enquanto o outro preferiu os conchavos com o pelego, tentando, a qualquer custo, um lugar na sua

chapa. E, mesmo diante da negativa dos pelegos em ceder um espaço aos conciliadores, estes negaram-se a unidade, lançando uma chapa própria, a de número dois.

Diante disso, todos os professores que mantiveram a perspectiva de uma oposição unitária, lançaram uma chapa, a de número três.

Jornalistas/SP

Sindicalização dos frilas

O sindicato dos jornalistas de São Paulo deu um passo importante na luta contra a estrutura sindical (que se derruba na prática, ao invés de se fazer mil declarações de princípio): em assembleia geral da categoria, realizada na quarta-feira, 23 de julho, foi aprovada a sindicalização dos jornalistas "free-lancers" (isto é, aqueles jornalistas que, portadores do registro profissional, não tem vínculo empregatício).

Os "boias-frilas", como também são conhecidos esses profissionais, formam um contingente elevado entre os jornalistas de São Paulo tendo seu número crescido significativamente nos últimos anos, à medida em que as grandes empresas de comunicação desenvolviam uma política de dispensas, (inclusive, em função de greve e atividade sindical) retração da expansão do emprego, privilegiando a sub-ocupação dessa mão de obra qualificada.

Para que essa medida fosse adotada, a diretoria presidida por David de Moraes, cercou-se de todos os cuidados, no sentido de obter o mais amplo respaldo dos associados do sindicato. Inicialmente, enviou às redações um questionário, solicitando um posicionamento a respeito da questão: mais de 80 por cento das respostas, segundo Juca Kfoury, um dos coordenadores da pesquisa, posicionaram-se favoravelmente, o que acabou influenciando a posição adotada pela assembleia, que aprovou a sindicalização por esmagadora maioria.

Oposição metalúrgica

Promoveu IIº Congresso

A oposição sindical metalúrgica de São Paulo (Luta Sindical) uma das correntes de oposição ao pelego Joaquim Andrade, realizou nos dias 26 e 27, seu segundo Congresso. Contando com a participação de 100 trabalhadores a ela vinculados (além de uns 30 observadores), o congresso teve como temário a discussão de cinco itens: como combinar o trabalho de base com a intervenção no sindicato, campanha salarial, campanha eleitoral e campanha de sindicalização, discutidos em comissões e plenária, no sábado, 26. Além desses pontos, estava previsto outro para o domingo, 27 o relacionamento da Oposição Sindical com outras forças (Oposições, ENTOES, etc), ocorrendo, ainda, a inclusão de um último item, acerca da questão partidária.

Entretanto, a pauta de domingo não pode ser cumprida, o que obrigou a Oposição Sindical a programar a continuidade da reunião no próximo dia 9 de agosto. Talvez, esse adiamento não tivesse sido necessário, caso tivesse ocorrido uma melhor preparação do Congresso, além de um melhor funcionamento interno. Também teria representado um precioso tempo em favor das discussões necessárias sobre o temário, caso, mais uma vez, o sectarismo de alguns integrantes da OS não tivesse se manifestado: alegando que a imprensa alternativa é "coisa de pequenos burgueses", não "abre espaço à oposição", "só está aí para malhar", etc. alguns deles quiseram impedir o acesso à imprensa.

Felizmente, essa posição sectária e míope, que não entende o papel da imprensa alternativa ao lado dos trabalhadores, o espaço que ela representa frente ao boicote da imprensa burguesa (é bom que os

auto-suficientes se lembrem que nos últimos meses, uma linha se quer sobre a Oposição foi publicada na grande imprensa), que fica indiferente aos ataques que toda a imprensa "nanica" vem sofrendo dos terroristas oficiais e para-policiais, foi derrotada. Foi um balde de água fria nos que têm uma visão utilitarista daqueles que eles consideram "pequenos burgueses", que só servem para cumprir tarefas ou aplaudir incondicionalmente.

De qualquer forma, algumas resoluções de importância foram tiradas no Congresso. Entre estas figuram a proposta de uma campanha salarial unificada com os metalúrgicos de Guarulhos, Osasco e ABC (que em outubro têm o seu reajuste semestral), através da formação de uma única Comissão de Salários além da articulação com as demais categorias que tem a mesma data base (novembro). Foi proposta também uma ênfase na sindicalização com vista à campanha salarial e, posteriormente, à campanha eleitoral. Quanto às eleições, ficou decidido que os componentes das chapas seriam retirados após um processo de discussão e indicação de delegados nas diversas regiões da capital. Finalmente, foi enfatizada a necessidade de formação de grupos, comissões de fábricas e inter-fábricas e a luta por uma CUT independente.

Carteiros/Osasco

Repressão de lascar

A vida dos trabalhadores na Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos (EBCT) não está mole, não. Não bastasse os salários de fome, os do telegrama e das missivas têm que enfrentar uma repressão violenta: bastou falar em atividade sindical, que a demissão vem logo, como ocorreu com 25 trabalhadores que no ano passado tentaram organizar a Associação da categoria.

Impedidos até de usar barba e cabelos compridos, os carteiros (e demais funcionários da EBCT) que trabalham em Osasco, por exemplo estão sendo vítimas de mais uma arbitrariedade: a direção da empresa obriga o pessoal que precisa ir ao médico, a procurar o departamento próprio da EBCT, no Correio Central, em São Paulo. A alegação para impor-lhes a viagem é simples: os milicos que dirigem a empresa não confiam nos médicos do convênio, em Osasco, considerando-os "muito moleiros".

Sindiquímica/BA

Campanha salarial

Os trabalhadores do polo petroquímico de Camaçari começaram sua campanha salarial, elegendo, em assembleia realizada no dia 26, na sede do Sindiquímica, em Salvador, sua Comissão de Salários. Foram aprovadas, também, 16 reivindicações levantadas nas reuniões preparatórias nas fábricas. Entre elas, aparecem como mais importantes, a exigência de aumento de 15 por cento acima do índice, estabilidade no emprego, discussão de uma taxa de rotatividade, limitação da contratação de mão de obra através de empreiteiras, bem como melhora no transporte (o polo fica há 50 quilômetros de Salvador).

Engenheiros/SP

Vitória da Oposição

A CHAPA 1, "Oposição e Renovação", fez a barba e cabelo da pelegada e carrapatos, no Sindicato dos Engenheiros de S. Paulo, recebendo mais de 60 por cento dos votos. Quem ficou tristinha foi a turminha do "Hora do Povo": presentes à apuração Enilson Simões, o "alemãozinho" e Paulo Massoca não escondiam sua frustração com a derrota de seus amigos.



GREVA



oposição

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.



Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos:

os:
Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.



4 - O movimento operário sob a ditadura militar

Aqui, o último capítulo da série **PARA CONHECER O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO**, uma pequena bibliografia comentada sobre a história operária no país, lançada a três edições atrás pelo **EM TEMPO**. Os capítulos anteriores trataram:

1) Os anos de formação da classe; 2) O Estado enquadra os sindicatos; 3) Os sindicatos na democracia populista.

John Humphrey
Operários da Indústria Automobilística: Novas Tendências no Movimento Trabalhista
in Estudos CEBRAP n.º 23, São Paulo, 1979

Humphrey retoma o problema das características do novo sindicalismo tal como deixado por Maria Hermínia mas questiona algumas de suas formulações. Para fundamentar-se o autor realizou, em 1975, uma pesquisa entre operários da indústria automobilística.

Ele começa por distinguir situações diferentes segundo o lugar ocupado no processo de trabalho. Por exemplo os trabalhadores da linha de montagem, não somente sofrem mais as pressões de um mercado de trabalho abundante como ainda tem seus gestos disciplinados pelo ritmo imposto pelas máquinas. Para eles formas de ação como "greve tartaruga" são praticamente impossíveis. Já é diferente a situação dos trabalhadores que realizam operações singulares. Humphrey distinguiu, em sua amostra, operários não qualificados da linha de montagem; operários não qualificados do setor de usinagem (produção de motores e transmissão); montadores, prensistas e operadores da usinagem e ferramenteiros.

Após constatar a existência de salários mais altos na indústria automobilística, comparativamente aos da média do setor metalúrgico, o autor assinala o significado disso dentro da estratégia "fordista" de relações de trabalho: desencorajar o sindicalismo, estimular o medo de ser mandado embora (e ter que buscar empregos pior remunerados), intensificar o ritmo de produção.

Depois de investigar as relações entre os diferentes tipos de operários com as chefias e os conflitos trabalhistas ocorridos, Humphrey discute as tendências mais gerais do novo sindicalismo que se desenvolve à partir dessas empresas.

É aí que ele rechaça uma interpretação que vincula as propostas de liberdade sindical vindas desse novo sindicalismo, com um desejo de tratamento especial para os operários dessas indústrias.

É verdade que uma estratégia que conduziria à afirmação de uma "aristocracia operária" está presente em determinadas tendências. Humphrey cita as posições do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Paulo Vidal, para indicar essa estratégia: "Os trabalhadores nas indústrias automobilísticas vão reivindicar contratos coletivos de trabalho independentes dos demais metalúrgicos..." Mas já aparecia uma outra estratégia, esboçada nas reivindicações de livre negociação, de direito de greve, de organização sindical nas fábricas e de abolição do controle do Ministério do Trabalho", que apontava num outro sentido.

Celso Frederico
Consciência Operária no Brasil
Ed. Ática, S. Paulo, 1978

O objetivo do autor foi "sondar diferentes aspectos e momentos da consciência operária através da apreensão da prática de um grupo de trabalhadores de uma mesma fábrica". Para isso ele recolheu longos depoimentos de 60 operários de uma indústria mecânica de porte médio de Santo André.

Mas Celso Frederico começa por uma penetrante discussão das contribuições de Luckács e Lenin sobre a própria teoria da consciência operária, procurando vê-la como um processo, em direção "à totalidade", à base da praxis histórica da classe. É assim que ele verá o espontaneísmo como aquela "falsa consciência" que é também um momento da verdadeira.

Identificando-os primeiramente segundo sua situação na fábrica, o autor vai redescobrir as diferenças entre os "profissionais", os "ajudantes homens" e as ajudantes mulheres". Pesquisando depois os efeitos das greves passadas e das ações sindicais sobre suas consciências, ele verifica como havia um abismo entre as lideranças sindicais politizadas e a massa. Os próprios piquetes, frequentes na memória dos anos pré-64, apareciam "como uma força ameaçadora dirigida contra as fábricas não atingidas pela greve e contra os próprios trabalhadores que permaneciam alheios às lutas sindicais".

Como surge a consciência naqueles "anos inesquecíveis" como os chama Celso Frederico? Através da freagem da produção. "Quando ocorre no nível individual ou grupal, a freagem impede que os interesses de classe assumam formas claras e definidas na consciência dos operários". Há então apenas uma "oposição difusa e solitária". Mas quando assume a forma de ação coletiva, mantém "acesa a oposição entre os interesses patronais (lucro, produtividade) e os dos trabalhadores (salários, condições de trabalho, etc.) nas fases de descenso do movimento operário."

M. Hermínia Tavares de Almeida
O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas
in Debate e Crítica n.º 6, S. Paulo, 1975

O artigo estuda as condições econômicas, sociais e políticas e a ação das lideranças sindicais que apontavam a uma alteração nos padrões da atividade sindical, no sentido da sua autonomia.

Para analisar então o que seria a crise da organização sindical instituída durante o Estado Novo, Maria Hermínia começa por

synetizar as características desse sindicalismo no seu contexto. E conclui com a hipótese de que "os dispositivos legais da C.T.T foram ideados, e de alguma forma se adequavam a um tipo de estrutura industrial e portanto, a uma determinada classe trabalhadora, característica do período de predomínio das chamadas indústrias tradicionais de bens-salário". Tratava-se de um parque industrial "relativamente homogêneo" no que respeita a tamanho e tecnologia das empresas e também a qualificação e salários dos operários.

Com o avanço da industrialização, a implantação de empresas estrangeiras de tecnologia moderna e alta produtividade, produziu-se uma situação de heterogeneidade estrutural, diferenciando as próprias condições de vários estratos do proletariado.

"Mas não fica aí a novidade. A moderna grande indústria parece ter suscitado - onde quer que se tenha instalado - uma nova temática reivindicatória que diz respeito a prêmios de produtividade para um trabalhador ou grupo de trabalhadores, salário por peça, job-evaluation, sistemas de classificação e promoção, cadências, redução da jornada de trabalho e outras tantas questões que fazem emergir, implícita ou explicitamente, o problema da participação dos trabalhadores na gestão da empresa." Ora, não apenas o sindicalismo de categoria, organizado "fora das empresas", não podia dar resposta a essas questões, como ainda a ação dos governos militares do pós-64 veio aprofundar ainda mais essa inadequação.

Estudando em seguida a nova "corrente sindical", que tinha em São Bernardo sua base principal, a autora avançava a hipótese de que se tratava de algo parecido ao sindicalismo norte-americano: "combativo, 'apolítico', solidamente plantado na empresa, tecnicamente preparado para enfrentar os problemas gerais e específicos de seus representados."

Celso Frederico
A Vanguarda Operária
Ed. Símbolo, S. Paulo, 1979

Já este segundo livro parte de uma pesquisa com ferramenteiros e peões da linha de montagem de uma automobilística "onde trabalham quase 40 mil operários". Mas aqui o autor procurou romper radicalmente com as técnicas acadêmicas, abandonou seus questionários e, nas entrevistas, procurou "pensar junto" com 25 operários dos quais se aproximou. São estes, "operários avançados", que possuem uma consciência "a partir da qual é possível entender a direção para onde tendem potencialmente os mínimos gestos que estão subjacentes à formação da consciência de classe entre os demais operários."

Celso Frederico observa a realidade relatada pelos operários e as "possibilidades

adormecidas" que podem ser despertadas pela sua ação.

Ele acompanha as formas da consciência operária através das diferentes reações à rotina do capital na fábrica: as explosões emocionais, a sabotagem, a operação-tartaruga, as greves. E em cada uma delas, busca identificar o tipo de ação dos ferramenteiros, dos peões, e dos "operários avançados" de uma ou outra categoria. Afinal, Celso Frederico se detém na análise da organização dos trabalhadores, como ponte entre o espontâneo e o consciente. No caso estudado ele vê a vanguarda social tendo sido cooptada pelo novo sindicalismo liderado por Lula.

Luis Flávio Rainho
Os Peões do Grande ABC
Ed. Vozes, Petrópolis, 1980

"... tem lugar que falam peão quem amansa animal bravo. Tem lugar que quando fala peão, quer dizer, já todo mundo entende que é peão de boiadeiro tocando boiada que hoje num tá tendo mais. Outros fala peão a pessoa que pega... que sai da família pra vivê em otro lugar e... levando só a mala. Chega lá arruma um serviço vai trabalhá. Lá o fulano manda embora, ele vai pra otro lugar e assim pur diante. Quer dizer que anda circulando e trabaiano pra um e pra otro. Agora, peão, aquele brincado... e aqui em São Paulo chamam de peão todo aquele que tem salário baixo..."

O livro de Luis Flávio Rainho recolhe, com um cuidado de antropólogo, a fala dos peões acerca de sua condição. Questionando os comentários e artigos que abundavam nos anos 70 sobre a "acomodação" e "conformismo" da classe operária, ele foi buscar compreender a consciência dos trabalhadores convivendo com eles e captando suas palavras a respeito do seu cotidiano.

A primeira parte é aquela na qual "O operário fala da condição operária", com transcrições sobre o dia do operário, desde a hora em que pula da cama e, enquanto ouve o programa do Zé Bêtio, se arruma pra ir pra fábrica, até a volta. Aí descreve as condições da vida na fábrica. Em seguida, "A vida fora da fábrica", descreve o boteco, o consumo, o futebol, os sonhos e as reflexões.

Na segunda parte Rainho discute a consciência de classe à base das expressões coletadas. Primeiramente relatando as condições de produção dessa consciência: a organização fabril, a falta de estabilidade no emprego, os acidentes, os salários, a insegurança, as manipulações patronais. Em seguida expondo as explicitações da consciência. E é então que Rainho mostra a falácia dos que viram "indiferença política" onde o que havia era rechaço a um certo tipo de política, que ele conhecia. Mas na sua fala mesma estavam os germens de uma crítica. Só é preciso entendê-la e ajudar a aflorá-la.

Seu lugar é na máquina de escrever

Por Helena Hirata

Trotski, Saint-Simon, Sartre foram honrosas exceções... Habitualmente os homens têm mulheres secretárias e toda mulher é uma quase secretária. Uma vez secretária, difícil deixar de ser. Esse papel cola à pele feminina, na medida em que ele prolonga na vida e no trabalho o papel de mãe, de esposa, de enfermeira, de assistente social, de todas essas eternas mulheres oprimidas mas generosas, super exploradas mas altruístas, infantilizadas mas trabalhando com um dom natural infinito...

O secretariado é essa assistência parcial e permanente a um outro, tida como indispensável pela divisão do trabalho e a secretária aquela que, no "segredo", na cumplicidade, na bondade, no "tête-à-tête", trabalha para todos os outros (oh! essa incoerência, tão penosa entre a posição coletiva e as relações sempre bilaterais!).

Casa, escritório...

Como na casa, alguns aspectos do trabalho de uma secretária são de caráter repetitivo e monótono, mecânico e rotineiro: distribuir todos os dias a correspondência, fazer e enviar pacotes, fazer fotocópias... mas é principalmente na multiplicidade, na dispersão, no desdobramento infinito de pequenas tarefas que deveríamos, quem sabe, ver as analogias entre o processo de trabalho do secretariado e o trabalho doméstico diário:

- datilografar os relatórios, cartas, faturas, artigos;
- mimeografar estênceis e fazer encomendas de material;
- fazer as arrumações, as compras e as mudanças, às vezes, preparar as festas e os vasos;
- organizar o trabalho diário: controlar e consertar máquinas, balanço e provisões do trabalho de datilografia mimeógrafo, atualização sistemática de fichas de endereços, etc.
- dar uma olhada, de vez em quando, nos "dossiers" individuais e nas pesquisas;
- finalmente, ser fonte ambulante de informações diversas, de encorajamentos, de réplicas - e que as réplicas não sejam muito vivas, senão podemos ouvir uma reflexão do tipo: "você está agressiva hoje..."

À essas tarefas comuns, outras propriamente domésticas, podem ser eventualmente acrescentadas: a lista seguinte, feita por secretárias latino-americanas na revista FEM (México), mostra até que ponto chega a "obrigação": cuidar do patrão é: "arrumar o escritório, servir o café, enviar remessas, pagar faturas, ir ao banco, comprar flores e presentes, levar suas roupas à tinturaria, acompanhá-lo à almoços e jantares, estacionar seu carro, cuidar do seu cachorro, acompanhar sua mãe às compras, costurar suas roupas, levantar sua moral, aconselhá-lo, protegê-lo, confortá-lo". (1)

Servir, ajudar, arrumar:

A secretária está aí para tapar os buracos, para desempenhar sucessivamente todos os papéis (é verdade que todos inferiores), para dar, porque não,

um sentimento de prestígio e de força às vezes que a usam.

A secretária não trabalha de acordo com seus interesses, seus planos, organizando sua vida: não é ela que organiza sua vida, é sua vida que é organizada em função do trabalho; não são seus interesses que organizam seu trabalho, seu trabalho é organizado em função de outros interesses, de outros indivíduos, de outros horizontes culturais e teóricos.

A secretária ideal não tem, fora de seu trabalho, outros centros de interesses (sindicais, políticos, sobretudo feministas...); outras preocupações; principalmente, nada de vida familiar e filhos...

A secretária ideal diz sempre sim e está sempre bonita. A juventude, o charme, a beleza, a elegância fazem parte da qualificação pedida e contante e quanto! - para a promoção. Se não serve mais, fora - os velhos casais não se divorciam, quando o marido está cansado da sua mulher? (argumento ouvido num escritório parisiense (2)). Mulher, segunda, ajudante, a secretária não está jamais isenta de ser mandada embora ou de uma desqualificação quando ela deixa de "agradar"...

Porque a secretária?

A superposição de significantes é comum e banal: quem não viu a publicidade de uma máquina de escrever desenhada com baton onde se lê: "cheias de doçura, cheias de zelo. Cheias de atenções (...) a cumplicidade. Podemos lhe pedir muito (...). Ou mais..." Se falamos de máquinas, como se elas fossem mulheres, pedimos às elas que se pareçam com as máquinas, i. é, não ver, não ouvir, não falar: a discreção é o ponto alto de uma secretária-mulher-máquina.

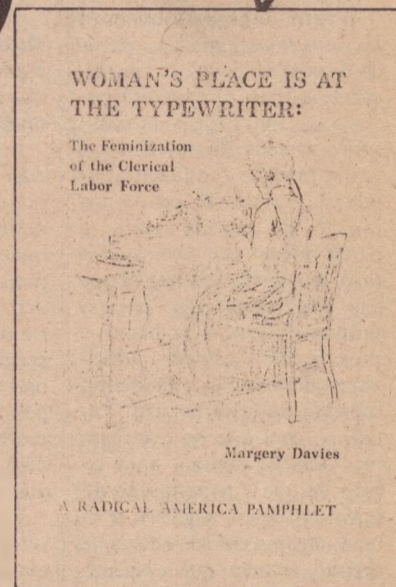
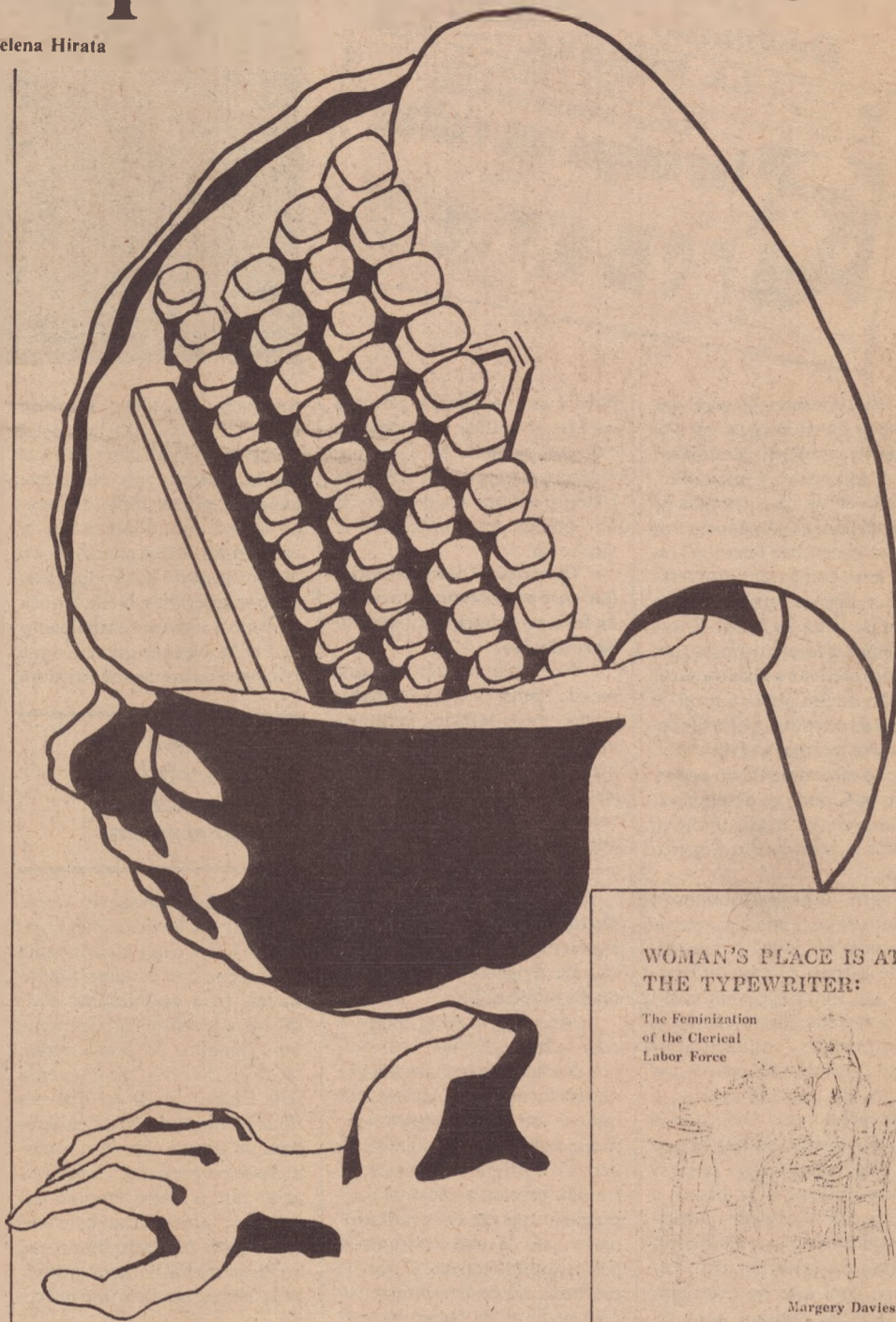
Como uma pedra, um mineral, imutável deve ser a mulher secretária e também sua função: estudos mostraram que a organização do trabalho no secretariado não muda, mesmo quando experiências de mudanças são feitas com sucessos em outros setores da empresa.

Existem boas razões para manter essa situação, uma delas e importante, é que um executivo - principalmente graduado - ganhando um alto salário, não deveria perder seu precioso tempo a enviar pacotes ao correio, a datilografar cartas, a organizar relatórios, quando isso pode ser feito por qualquer um, pago com um quinto de seu salário: isso seria um verdadeiro "desperdício"...

E assim se perpetua e se reforça a cisão entre trabalho "manual" e "intelectual", a execução e a elaboração de tarefas "nobres" e "subalternas".

Produção dos homens versus produtividade das mulheres

A mulher deve ser simplesmente produtiva, o patrão deve produzir: ele inventa, ela mantém as técnicas de conservação de informações (datilografia, estenografia, documentação) são seus domínios privilegiados. Um antropólogo agradecia na sua tese "a minha mulher, excelente em estenogra-



fia, que me ajudou constantemente na tarefa de registrar minhas observações". (3)

Passividade das mulheres versus atividade dos homens, o trabalho do secretariado é uma expressão exacerbada da divisão social e sexual do trabalho. A dominação capitalista a opressão patriarcal se combinam para impor: cadências infernais (pede-se normalmente a uma secretária trinta páginas datilografadas para o dia seguinte, ou cento e cinquenta páginas para a próxima semana - e não falamos daquelas que trabalham nos "pools" de datilografia: dezenas de mulheres numa sala, fones na cabeça e guardas nas costas...)

- tarefas cansativas (quantas cópias são limpas, lisíveis, corretas)
- a parcelarização, a impossibilidade de participar de todos os níveis, de acompanhar todas as etapas do processo de produção.

(1) FEM - vol. 1, n.º 3, abril-junho de 77, p.61. M. Lamas - "La secretaria no es la segunda de alguien".
(2) Ou como fala um patrão: "entre nós é uma espécie de casamento branco". Cf. "A revanche das secretárias" in "Cosmopolitan", fevereiro de 80.
(3) "Postface à quelques préfaces" in "Questões feministas" n.º 6, setembro de 1979.

Manual da boa secretária

Gozando da intimidade intelectual do chefe da empresa ou do chefe de serviço, a secretária de direção não pode, sem trair o chefe, tomar posições contra seu patrão.

Ela é uma executiva intermediária, bondosa, despolitizada, que se coloca entre o patrão e os funcionários; ela não deve criar casos, ter divergências, ou incitar qualquer movimento, num sentido ou noutro.

Qualidade de servidora sem familiaridade: deve desaparecer discretamente em presença de seus superiores, tratar seus subordinados com elegância. Os conselhos, as intervenções as correções vindos de sua parte serão muito mais apreciados se forem feitas de modo discreto e inteligente.

A secretária não é "qualquer um", mas a segunda de "qualquer um".

A secretária tem qualidades complementares de seu patrão:

- ela é organizada para que o chefe possa não se-lo
- ela é paciente para que ele possa ser impaciente
- ela é metódica para que ele possa criar
- ela está pronta à compensar discretamente e sem ostentações suas insuficiências.

Nada de sossego para a secretária: ela está sempre em estado de alerta como as máquinas que ao primeiro sinal deve funcionar rapidamente. Elas estão prontas para a ação, como dizem os marinheiros.



- Qual a impressão geral que você traz da Nicarágua, um ano depois da revolução sandinista?

- A impressão é magnífica. Quando eu saí da Nicarágua eu até disse para os companheiros que era necessário ficar uns três dias sem conversar com ninguém, e apenas refletindo para entrar de volta ao Brasil. O que nós vimos lá foi efetivamente um mundo diferente a nível da participação de um povo, a nível de alegria de um povo, a nível de democracia interna: a nível enfim, de povo efetivamente no poder. É um país onde se desenvolve o que pode vir a ser um novo modelo político para a América Latina.

A partir da alegria estampada no rosto de cada criança, a partir da disposição para a reconstrução de um país, a partir da disposição de sindicalistas em construir um sindicalismo efetivo, a partir do plano de alfabetização que está em curso lá, a partir dos projetos de reforma agrária, a partir disto tudo, vê-se que o povo está tendo a certeza de que está construindo algo para si próprio. Em todos os planos e projetos da sociedade participam todos os setores; não é coisa somente do governo não. Então, ao contrário do que algumas pessoas pensam aqui no país, de que a participação do povo em certos negócios seria uma intromissão nas esferas de decisão, eu acho que a Nicarágua agora vai dar um exemplo de que a participação, e somente a participação do povo, poderá fazer com que o governo acertar.

"O discurso de Fidel foi perfeito: todo mundo já sabe que ele é revolucionário"

- Você chegou a ter algum contato com as forças armadas nicaraguenses? Que impressão te causou aí, a disciplina e a democracia?

O problema militar é algo que também nos marcou muito porque não se percebe nenhuma diferença ou discriminação entre o exército e o povo, entre a polícia e o povo. O exército e a milícia são pelo contrário, o próprio povo. Era comum por exemplo, a gente na rua, em festas populares promovidas pela Central Sindical Sandinista nos bairros, a gente ver soldados meninas fardadas com suas armas, metralhadoras a tira colo, dançando normalmente com civis como se não fossem soldados. Há o respeito mútuo entre o

povo e as autoridades. Só para você ter uma idéia, o tratamento é de companheiro para companheiro: um ministro de Relações Exteriores trata um porteiro de um prédio de "compañero" e vice versa.

- Qual o nível de mobilização que você presenciou por ocasião da festa do primeiro aniversário da revolução?

- Foi surpreendente; num país de 2 milhões e meio de habitantes, meio milhão - praticamente um quinto do país - estava presente na praça no dia da festa. Não é nada fácil isto, e se o conseguirmos deve-se à estreita relação entre o governo - a Junta Central Sindical e o povo.

- Qual sua opinião frente ao discurso de Fidel Castro? Por aqui o tom que a imprensa deu à fala do dirigente cubano foi de muita moderação...

- Me impressionou muito o líder cubano. Embora os radicais de esquerda tenham achado que ele foi muito mansueto, e os radicais de direita julgaram-no muito radical, eu acho que ele foi perfeito no discurso. Isto porque ele não precisava mostrar para ninguém que ele era revolucionário: isto já está consignado para o mundo inteiro. O que ele precisava era de ter o bom senso para pedir ajuda para a Nicarágua. E foi o que ele fez.

E a liderança é fabulosa. Na verdade ele era o dono da festa; era aguardado por todos como a figura central do dia. Havia uma ansiedade do povo em ver de perto aquele mito Fidel.

- E a economia do país, a situação das cidades em reconstrução?

- Manágua hoje é uma cidade destruída pela guerra. Eles agora, junto com a reconstrução da guerra, vão ajardinar os vazios que a cidade tem por causa dos terremotos e eu acredito que por isso Manágua será a cidade mais ajardínada do mundo dentro em breve. Na economia, a situação é vantajosa em relação a Cuba. Eles não estão presos a uma monocultura agrícola. Tem várias opções e agora estão também descobrindo ouro em grande quantidade no país. Assim eu acredito que eles terão mais folga por aí.

- E na indústria você chegou a visitar as fábricas sob controle operário?

- Sim, eu visitei duas fábricas administradas pelos trabalhadores. Uma metalúrgica e uma empresa de alimentos. Seria muito importante que alguém do governo brasileiro, ou então algum empresário, fosse lá visitar também estas fábricas para

perceber o seguinte: primeiro que a classe trabalhadora deter os meios de produção não é mal nenhum para o país. Nesta metalúrgica, por exemplo, em pouco tempo os trabalhadores já produziram 40% a mais do que o melhor período de produção de tempos anteriores. Nesta fábrica também a visão dos trabalhadores é clara: eles não querem o que é do patrão; eles não querem

"O povo está descobrindo o socialismo por si mesmo"

o capital da empresa não. O que eles querem efetivamente é ganhar o justo, o que efetivamente produzem. Isto eu achei fundamental para desmistificar a visão de que existe na Nicarágua uma ditadura do proletariado; tá longe do povo nicaraguense isso. Embora pode ser que eles mudem, dependendo aí, eu acredito, da atitude que vier a tomar a classe empresarial. Porque eu acho que a classe empresarial tem que aprender a conviver tendo lucro mas permitindo que a classe trabalhadora ganhe, pelo menos, aquilo que é justo.

- Pulando para uma pergunta curta e grossa e mais geral: a seu ver o socialismo está na ordem do dia na Nicarágua?

- Olha, na minha opinião é cedo ainda para a gente, de fora, dizer isto. Eu acho que independentemente do pensamento de cada membro da Junta, do pensamento de cada dirigente sindical, eu acho que existe uma coisa muito mais importante do que eles discutirem se o país vai ou não para o socialismo. Ah!... eu acho que isso... é uma questão de tempo. Eu acho que vai depender dos próximos anos da Nicarágua. Eu acho que o socialismo pode até estar na cabeça de cada dirigente da Nicarágua, mas eu acho que eles estão deixando isso para uma segunda fase, ou então para que o próprio povo descubra a partir da sua briga qual o melhor modelo que lhe serve. Eles estão colocando em primeiro lugar a organização do povo, a recuperação do país para depois então ver o que o povo define como o tipo melhor de sociedade para o país. E é isso que eu acho importante: eles estão querendo avançar pela própria experiência deles e não pelo que a teoria ou a prática de outros países possa determinar.

- Mas ainda que a coisa esteja por desenrolar, você vê outra

alternativa para o país que não a passagem ao socialismo ou então a volta a uma forma qualquer de ditadura da burguesia?

- Eu preferia não julgar as possibilidades da Nicarágua. Eu acho que esta pergunta ficaria muito bem de ser feita a um Daniel Ortega ou outro nicaraguense. Mas eu acho que uma volta é praticamente impossível.

- Mas vamos voltar ao que você falava acima. Na metalúrgica visitada, você dizia que nela os trabalhadores não querem o que é do patrão; querem apenas ganhar o justo. Isto implica numa terceira via, que não o socialismo ou o capitalismo? E mais: uma terceira via com a qual você estaria de acordo?

- Não, não é isso. Eu acho que quando os trabalhadores de lá pensam assim é exatamente pelo pouco tempo de revolução que existe no país. Eu acredito que eles estejam conscientes da volta do capitalismo na Nicarágua - e isto sem querer dizer que o capitalismo já acabou lá - mas eu acho também que eles estão sendo fruto do noviciado deles. Eu sinceramente não sei dizer o que é melhor para eles; mas de uma coisa eu tenho certeza: lá voltará a haver um regime como o que há aqui no Brasil ou então que havia lá na época do Somoza. Agora se há ou não outra alternativa, eu prefiro me ater à capacidade de criação do povo nicaraguense.

- Você vê mais semelhanças ou diferenças entre o processo nicaraguense e o processo que se desenrolou em Cuba?

- Eu acho que as diferenças são mais fruto de momentos diferentes. Uma coisa no entanto existe de comum entre aquilo que a gente quer, aquilo que aconteceu em Cuba, e aquilo que está se passando na Nicarágua: o povo está no poder. Para mim esta é a grande semelhança. Se em Cuba o povo está representado por Fidel e na Nicarágua por uma Frente, aí as diferenças são secundárias. O que é importante é saber que o povo está governando seu país.

- No início da entrevista você falava de um novo modelo que está sendo mostrado desde a Nicarágua para o conjunto do continente. Este novo modelo se resumiria nisso: o povo no poder?

- Eu não diria que se aponta para o continente como um todo. Veja, quando a gente fala povo no poder estamos querendo dizer a classe trabalhadora. Mas aí já vem os maquiavélicos e dizem: bem então é a ditadura do proletariado! Sabe, então, eu

Dentre as personalidades convidadas para o primeiro aniversário da revolução sandinista, estava Lula. Convidado oficial da Central Sindical Sandinista, o presidente do PT esteve por vários dias viajando pelo país tendo contato com direções sindicais e políticas e dando palestras para grupos diversificados de trabalhadores, tanto na capital como em muitas cidades do interior.

Ao contrário do que alguns poderiam esperar, Lula não voltou da Nicarágua se proclamando agora um "revolucionário" como ele mesmo insiste na entrevista abaixo. Mas é inegável que, ao igual que o Lula de começo de 1978 é diferente do atual presidente do PT, o Lula agora, recém chegado da Revolução Sandinista, tem muitas coisas novas para contar e propor. Com ele, a palavra:



acho que toda ditadura é aquela onde a minoria está governando. Aquela em que a maioria governa nunca pode ser chamada de ditadura. E eu acho que a maioria é que tem que governar. Agora, se os trabalhadores são a maioria então é óbvio que são eles que tem que governar, e em todos os países do mundo. Esta é a perspectiva da América Latina. E não é de hoje que a gente

"Eu não sou revolucionário nem contra-revolucionário: eu me subordinado à vontade do povo"

tem dito isto; não é de hoje que existe a proposta do PT. É claro que só interessa organizar um partido para se chegar ao poder. Não somente ao governo, pois de nada adianta termos o governo se não temos o poder.

- A seu ver o povo na Nicarágua já está plenamente no poder, ou ainda está tão somente no governo?

- Já é mais que simplesmente governo. Ainda não tem o poder inteiramente, mas isso é questão de tempo. O país está destruído. Só há um ano de revolução. Eu acho que hoje ninguém tem o direito de criticar a Frente Sandinista porque ela não socializou todos os meios de produção de uma só vez, extinguindo de vez o capitalismo. Eu acho que ela está tendo a sabedoria de avançar de acordo com o avanço do próprio povo. Porque não basta apenas chegar ao poder; é preciso saber o que fazer com ele.

- Prá finalizar este ponto: todos estes dois processos de - para empregar o termo que estamos usando aqui - chegada do povo ao poder, Nicarágua e Cuba, se deram por meio de uma revolução violenta, armada, liquidando de modo radical a violência durante séculos as classes dominantes impuseram aos dominados. E você fala de que a mensagem "povo no poder" é o que hoje a Nicarágua está apostando para o continente. Por outro lado há uma grande interrogação, tanto na esquerda como na direita brasileira sobre a ideologia, o pensamento político de Lula. Os rótulos vão desde agente da CIA até comunista passando por uma variada gama de posições. Mas deixando os rótulos de lado, com que reflexão você volta para o Brasil a partir deste contato mais próximo com estas duas experiências revolucionárias de chegada de povo ao poder?

- Ah... bem eu... eu volto com o seguinte tipo de reflexão: são dois povos que conquistaram sua liberdade através de muita luta. Um já conseguiu adaptar a sua sociedade ao que entende que ela deve ser, e o outro ainda busca estes caminhos. Eu - e você sabe - que eu nunca me preocupei com este negócio de uns me chamarem de comunista, outros de agente da CIA e outros de confuso, porque a minha prática não está substanciada em cima de teoria, mas sim em cima da minha luta do dia a dia. Então, não me interessa dizer o que eu sou, mas sim o que eu faço.

E nós não estamos na Nicarágua, nós estamos no Brasil. Então eu acho que o povo brasileiro conseguirá encontrar o modelo de sociedade perfeita, o

Brasil e disse: "agora eu sou um revolucionário". Isto não interessa, sabe? Eu não sou um revolucionário, não sou também um contra-revolucionário. Eu acho que todos nós teremos que nos subordinar à vontade do nosso povo. E a partir do momento em que este povo estiver organizado ele então saberá o que fazer para chegar lá.

- Você é sempre muito anti-teoria, anti-outras experiências como modelo etc. Você sempre a toda hora fala de que o povo é que vai dizer o que fazer etc. Mas veja, tanto em Cuba como na Nicarágua, a detonação da luta armada não poderia ser de forma alguma atribuída ao povo, pelo menos neste sentido ao pé da letra que você dá à expressão "a partir do povo". Lá, neste dois países, a detonação da luta armada foi obra da vanguarda guerrilheira. Ainda que sem querer traçar já um modelo completo para o Brasil, este traço comum a estas duas revoluções tem ou não tem a ver com o Brasil?

- Eu acho que há uma confusão aí... o sucesso foi devido à entrada do povo...
- O sucesso sim, é óbvio. Mas a origem, a detonação do processo no qual o povo entrou, a criação das condições preliminares para que o povo pudesse

achar minimamente que uma vitória era possível, confiável, isto não...
- Sabe... eu acho... que as condições são muito diferentes. Veja... sabe, eu vou te dizer uma coisa: a esquerda brasileira sempre errou muito por fazer propostas de luta muito distantes da situação real do povo; e por isso se ferrou, viu. Não dá, sabe. A gente tem é que por o povo para debater os problemas, organizado. Daí surgirá a solução. É por isso que eu digo que o PT por mais falhas que tenha já fez muito mais do que a esquerda brasileira em vários anos de luta. A nível de organização.

Eu acho que o sucesso sim, é óbvio. Mas a origem, a detonação do processo no qual o povo entrou, a criação das condições preliminares para que o povo pudesse

achar minimamente que uma vitória era possível, confiável, isto não...
- Sabe... eu acho... que as condições são muito diferentes. Veja... sabe, eu vou te dizer uma coisa: a esquerda brasileira sempre errou muito por fazer propostas de luta muito distantes da situação real do povo; e por isso se ferrou, viu. Não dá, sabe. A gente tem é que por o povo para debater os problemas, organizado. Daí surgirá a solução. É por isso que eu digo que o PT por mais falhas que tenha já fez muito mais do que a esquerda brasileira em vários anos de luta. A nível de organização.

Não basta o Lula chegar e dizer: olha gente vamos fazer isto ou aquilo. Por que aí basta que me dêem um tapa, eu caio, e aí a coisa acaba.

Lá a coisa é diferente. O país é pequeno, e a luta não começou hoje, a luta já vem desde os anos 20. Mas efetivamente a luta só se consagrou quando o povo entrou.

burguesias contra a Nicarágua. Mas não creio que lá possa haver um golpe. A revolução lá foi obra de todo o povo e não de grupos. É algo muito mais sério e importante. Daí a tranquilidade do povo nicaraguense. Há de fato o perigo de uma intervenção imperialista, uma vez que a burguesia local não dispõe das forças armadas. Algumas pessoas estão dizendo, por exemplo, que se o Reagan ganhar nos Estados Unidos então este perigo será mais real ainda. Mas meu ponto de vista, pessoal, é de que qualquer atitude burra dos Estados Unidos fará com que a Nicarágua se alie com a Rússia, Cuba ou qualquer outro país socialista.

"Uma frase para ser prática: Trabalhadores do Mundo - Uni-vos!"

- Você sentiu alguma diferença, conflito ou choque, entre as direções dos organismos de massa e a frente sandinista, que possa vir a ser utilizado como ponto de apoio para uma eventual intervenção imperialista?

- Não, há um entrosamento perfeito. Lá eles conseguiram unir todas as correntes ideológicas do país numa coisa muito importante que é a Frente Sandinista. Hoje é praticamente impossível alguém sair fora da Frente. E apesar das diferenças isto não chega a abalar a unidade da Frente Sandinista.

- Como está a situação interna da Frente? A situação das três tendências que compunham a Frente - Terceirista, Guerra Popular Prolongada e Proletária?

- Eu acho que estas tendências existem ainda... podem até existir, pois eu não sei bem porque não cheguei a discutir detalhes. Mas de qualquer forma estas tendências estão subjugadas à Frente como um todo; à vontade do povo. Eles devem ter tido a sensibilidade de não fazer com que as pessoas mudassem as suas posições político ideológicas.

- O que significou para a Frente Sandinista sua presença lá, no primeiro aniversário da revolução? E o que significou para você este convite?

- É difícil a gente julgar o que significa isto para eles. Para mim significou muito. Significou o companheirismo que existe hoje, e que amanhã poderá existir muito mais, entre o PT e a Frente Sandinista. A festa significou para mim a junção de representantes do movimento popular

- De fato há um ataque das

Um modelo para o continente:

Trabalhadores no poder

Por Flávio Andrade e Marcelo Zugadi

de todo o continente. Para mim foi muito importante ser convidado pela Central Sandinista e ser tratado como um convidado oficial. Significou que eles estão apostando em dias melhores para a América Latina e - até é ruim falar isso porque a gente está falando em causa própria - eu acho que eles estão apostando no futuro do PT.

Mas prá falar sinceramente, eu acho até que o PT tem mesmo alguma coisa que parece com a Frente Sandinista. Vocês não acham?

- Há muitas coisas de comum. Só que, sem querer dar uma de chato, eu te cutuco, para a gente voltar ao assunto: uma diferença é que, lá, a Frente sempre soube, desde o início, tratar a questão das tendências dentro da democracia interna...

- Pô... você é fôda, hein nego... até hoje não entendeu? A coisa é completamente diferente do que aconteceu aqui... Mas, eu não vou aceitar a provocação não...

- Você dizia que teve contato na Nicarágua com pessoas de outros países preocupadas com a construção de partidos do tipo do PT. Você poderia falar um pouco sobre estes contatos?

- Para mim foi uma surpresa muito grande. Eu encontrei com companheiros do México que me disseram que lá no seu país eles estão sempre discutindo a necessidade de organizar os trabalhadores em partido político próprio, a necessidade de um pt. E me disse também que conhecia gente nos Estados Unidos que também estava com esta mesma preocupação. Eu não conheço em detalhe estas iniciativas. Mas ficaram companheiros nossos lá na Nicarágua discutindo melhor estas propostas, e vendo o que poderá ser feito entre estas iniciativas comuns.

- Depois desta volta pela América Latina, o que te parece ser a questão central hoje para os trabalhadores do continente?

- O que o PT espera e deseja para o trabalhador do continente é que eles se organizem em partido político próprio. Para que deixem de ser vítimas da burguesia, da elite de qualquer país. E tem que ser um partido que unifique massivamente os trabalhadores por cima das posições ideológicas de cada grupo.

- E fundamental que o povo comece a se organizar politicamente a partir de seus organiz-

mos de base. É chegada a hora de deixarmos de ser escravos e para isso o que nos faz falta é organização. Há uma frase, apesar de muito velha e batida, "Trabalhadores do mundo: Uni-vos". É necessário colocar em prática esta coisa; o trabalho de organização para que haja esta unidade. E isto vale também para os trabalhadores do maior país imperialista, que são os Estados Unidos. Há uma coisa muito importante que é o patriotismo. No entanto é jogado sempre, apenas para cima dos trabalhadores, a responsabilidade de serem patriotas. Os seus empregadores não existe o compromisso de ser patriota, por que se existisse não haveria tantos exploradores como há hoje. Para o dono da Ford tanto faz ganhar dinheiro nos Estados Unidos como no Brasil, como na Rússia etc. A eles o que interessa é ganhar, pouco importa onde.

"Para o capitalismo não existe pátria, mas para os trabalhadores existe"

Então eu acho que o problema dos trabalhadores americanos é o mesmo que o nosso. Embora vivendo num país diferente, mais democrático que o nosso, existe lá o problema do racismo, existe o problema do desemprego, existe enfim o problema de que também quem está no poder são os exploradores, e não os trabalhadores. Se é que os Estados Unidos hoje são democráticos, eu acho que seriam muito mais se os trabalhadores tivessem em quem votar e não tivessem que votar nos patrões como vêm fazendo.

Nós temos que ter consciência de que o problema do trabalhador é um só no mundo inteiro. É... para o capitalismo não existe pátria, para os trabalhadores existe sim. Então é muito importante que os trabalhadores se comprometem de que seu bem estar, o bem estar do povo americano, do povo alemão, está subordinado à miséria que está imposta ao povo da África, da América Latina. Então eu acredito que se os trabalhadores estivessem no poder em todos os países eu acho que não haveria a miséria que há hoje no mundo. É por isso que eu acho que os trabalhadores americanos também precisam começar a discutir a sua organização política ao invés de serem meros instrumentos da burguesia em épocas de eleições.

PT saúda a Revolução Sandinista

A nota distribuída por Lula, em Manágua no último dia 18, à imprensa local e estrangeira.

Por ocasião do primeiro aniversário da Revolução Sandinista, o Partido dos Trabalhadores irmanou-se à alegria de todos os operários, camponeses e povo nicaraguense em geral. Os ideais libertadores de Sandino são também os nossos ideais. A luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional contra o imperialismo e as oligarquias, é também a nossa luta. Unidos nessa mesma Pátria Grande latino-americana, queremos expressar nosso júbilo pela vitória popular alcançada na Nicarágua. A Revolução Sandinista é um exemplo para nós, trabalhadores brasileiros, que prosseguimos lutando contra os inúmeros somozas que, encarnados nas multinacionais do capitalismo selvagem, exploram e dominam o nosso povo. Aprendemos com vocês que o caminho é árduo e, por vezes, longo. Contudo a liberdade e a alegria estampadas no rosto de cada nicaraguense nos ensinam que nenhum sacrifício deve ser medido quando se trata de lutar pela libertação do Brasil, no qual queremos construir uma sociedade igualitária, sem explorados e sem exploradores.

Em nome também dos sindicalistas combativos do Brasil, estendo este abraço de felicitações aos trabalhadores nicaraguenses através da Central Sandinista dos Trabalhadores.

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL



O governo operário e camponês da Nicarágua

Aqui, o balanço de um ano do processo revolucionário conduzido pela Frente Sandinista de Libertação Nacional: os resultados são amplamente favoráveis.

Por Marcelo Zugadi

Em 19 de julho de 1979 uma notícia corria o mundo convertendo a tensão, o horror e a esperança de muitos meses em uma explosão de alegria: a guerra e a insurreição das massas nicaraguenses havia acabado com a sanguinária dinastia somozista; um novo governo, encabeçado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, tomava o poder com o aval das massas insurretas. Ninguém duvidava que o enorme passo adiante repercutiria muito além das fronteiras do pequeno país centro-americano.

Na alegria do triunfo, porém, não foram poucos os que colocaram uma sombra de dúvida sobre a política da FSLN, para garantir o futuro de uma revolução que avançava impulsionada pelo fervor das massas.

Não nos referimos aos incuráveis sectários que, incapazes de compreender que a verdade é concreta, rechaçam tudo que não se adequa a seus rígidos esquemas vazios e põem seus interesses de grupo por sobre os da revolução. Não falamos tampouco, dos pontífices de uma religião disfarçada de marxismo, que pretendem ser mais revolucionários que os que fazem a revolução na Nicarágua, embora, em seus próprios países pratiquem um deplorável oportunismo.

Nos referimos aqui, àqueles que baseavam sua preocupação - e o autor deste artigo estava entre eles - no programa do Governo Revolucionário de Reconstrução Nacional, na composição desse governo e nas declarações de alguns representantes da FSLN.

Não se pode negar de maneira nenhuma a validade desses fatores (programa, composição, declarações). Mas, se Marx

já havia afirmado que mais vale um passo adiante na vida real que dez programas, agora podemos comprovar, quão enganosa pode ser a aparente composição de um aparato ou as declarações de representantes oficiais em momentos de convulsão.

A uma revolução, como aos homens, não se pode julgá-la por suas palavras nem por sua aparência, mas por seus atos. Quando se soube que o ministro de Defesa era um antigo coronel da guarda nacional; que o ministro da Economia era um agente do capital financeiro na América Central, que as forças armadas adotariam o nome de Nova Guarda Nacional e "os soldados e oficiais que dessem prova de uma conduta honesta e patriótica" seriam incorporados ao novo exército; quando se escutou um representante sandinista em uma reunião da Internacional Socialista, na Suécia, declarar, entre outras coisas de igual teor, que a Nicarágua não estabeleceria relações diplomáticas com Cuba; quando estes e muitos outros elementos confusos se davam no marco do programa escrito do novo governo, era aceitável que se colocasse um ponto de interrogação.

Entretanto, poucos dias depois da vitória já existiam fatos concretos para um julgamento e nenhum espaço para a dúvida ou a confusão a respeito do seu significado. Evidentemente, não pretendemos aqui negar o direito que todo revolucionário no mundo tem de diferir e criticar, segundo seu critério, tal ou qual aspecto de uma revolução em marcha. Mas para isso, a primeira condição consiste precisamente em reconhecer que se está diante de uma revolução, identificar as forças que estão



Até as crianças querem participar

impulsionando-a e, mais além de toda crítica, apoiar essas forças e contribuir para o desenvolvimento de sua tarefa. Uma direção política que, diante de uma revolução, se mostra incapaz de reconhecê-la, perde toda a respeitabilidade, o direito de crítica e converte seu programa escrito, por mais correto que ele seja, em palavras vazias. E há de se ter em conta que, diante da grande comoção social que uma revolução pressupõe, não existem forças neutras.

A Guarda Nacional, vencida na guerra civil, foi completamente desarticulada na insurreição final e seus membros em fuga, buscaram asilo em Honduras. O coronel Bernardino Larios, nomeado ministro de Defesa, foi imediatamente enviado em "missão diplomática" à Europa e jamais pode fazer

uma só declaração pública. A formação das forças armadas baseou-se exclusivamente na FSLN e nas milícias armadas durante a guerra, sob a condução única da FSLN e adotou o nome de Exército Popular Sandinista. O mesmo ocorreu com a força policial. O poder judiciário foi desmantelado. Em síntese: refletindo a drástica mudança na relação de forças produzida pela insurreição e a arremetida final das massas operárias e camponesas, o poder cai em mãos daqueles que conduziram as massas e se puseram à frente da luta armada, relegando os setores que até o último momento tentaram negociar com o imperialismo.

A FSLN fica assim com o controle absoluto das forças armadas; e se negocia a presença de figuras burguesas no governo, em troca não se admite a menor ingerência na construção e controle do Exército Popular Sandinista e da Polícia Sandinista. A monopolização do poder militar por parte da direção da FSLN é um fato de primeira importância e que marca, desde o início da revolução, uma característica decisiva para o seu futuro: a burguesia não conta com **nenhuma força militar** no interior do país; seu contra-ataque só pode basear-se em duas hipóteses: a traição em massa dos quadros sandinistas, que durante 20 anos lutaram contra o somozismo e finalmente conduziram a guerra civil vitoriosa, ou a intervenção de forças armadas desde o estrangeiro. Mais adiante trataremos da FSLN, mas podemos adiantar que, em nossa avaliação, a primeira hipótese está terminantemente excluída.

A participação da burguesia no Governo de Reconstrução Nacional deve ser considerada a partir desta questão: o poder de decisão está desde o princípio com a direção da FSLN. Os fatos que se seguiram demonstrarão imediatamente esta realidade.

O processo de auto-organização das massas

Por outro lado, a FSLN não se limita a buscar apoio em suas forças armadas regulares. A insurreição final deu lugar a auto-organização das massas e a FSLN impulsiona a continuidade dessa experiência através da formação dos Comitês de Defesa Sandinista (CDS), organizados quarteirão por quarteirão cumprindo tarefas de vigilância, distribuição de alimentos e administração, prolongando-se em Comitês de Bairros e Conselhos Zonais. Ao mesmo tempo, a FSLN impulsiona imediatamente as organizações de massa dos operários urbanos, dos camponeses, das mulheres e dos jovens: Central Sandinista de Trabalhadores (CST); Associação de Trabalhadores do Campo (ATC); Associação de Mulheres da Nicarágua (AMN); Juventude Sandinista.

Esta base política e social - monopólio das forças armadas em mãos da FSLN e mobilização e organização das massas trabalhadoras - se expressará também, desde o primeiro momento, nas medidas econômicas: nacionalização de todos os bens de Somoza e dos somozistas (terras, bancos, transporte, indústria, comércio, meios de comunicação etc); nacionalização dos bancos nicaraguenses e controle dos bancos estrangeiros - reforma agrária (através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), formado segundo o modelo cubano) das terras de Somoza e dos somozistas (aproximadamente 60% da área cultivada) e "intervenção" em grandes fazendas de proprietários anti-somozistas, ocupadas espontaneamente pelos camponeses; abolição dos desalojamentos por dívidas hi-

potecárias; controle governamental da exportação de produtos agrícolas; declaração unilateral de uma moratória para o pagamento da dívida externa e não pagamento das dívidas contraídas com a ditadura Argentina e o governo de Israel; expropriação da rede de televisão, uma parte da rede radiofônica e alguns diários; reforma monetária destinada a impedir que os capitalistas pudessem retirar dinheiro do país; controle dos preços, com a colaboração dos CDS; aumento das pensões para os anciãos; reconstrução de residências e um vasto plano de obras públicas.

Como coroação destas medidas, prepara-se uma ampla campanha de erradicação do analfabetismo, que é ao mesmo tempo uma campanha de conscientização política massiva.

Tais medidas imediatas, acompanhadas de um constante incentivo à mobilização de massas, mostravam de maneira inequívoca a dinâmica da revolução e o papel da direção reconhecida pelas massas. E também que o caráter do governo não era dado pelos ministros burgueses de um governo formal, mas pela vontade revolucionária do poder real em mãos da FSLN, que recebia e impulsionava ao mesmo tempo o avanço dos trabalhadores e camponeses mobilizados e em processo de organização.

Trata-se de um regime de **transição** entre o capitalismo e o socialismo, que já não é burguês, mas ainda não é proletário. Regime contraditório porque um governo independente da burguesia ainda atua nos marcos de um Estado burguês e que necessariamente ou avançará até a destruição das bases capitalistas de produção ou deverá retroceder, devolvendo o poder efetivo à burguesia.

As medidas levadas a cabo durante os primeiros meses agudizam os enfrentamentos com os partidos burgueses e as associações patronais. Um dos pontos de acordo do GRN antes do 19 de julho era a imediata formação de um Conselho de Estado, integrado pelos partidos políticos, as associações patronais, a igreja e as forças armadas. Supunha-se que esse Conselho de Estado seria formado em setembro. Mas em outubro, a FSLN declarou que não podia convocá-lo antes de maio de 1980, o que provocou uma inflamada onda de protestos da burguesia. As tensões foram se acumulando, mas a FSLN, sem deixar de manobrar para evitar um choque frontal, deu um formidável passo à frente adequando a superestrutura governamental à realidade vigente na sociedade: Roberto Mayorga, ministro do Planejamento (Economia) e representante da burguesia foi substituído por Henry Ruiz, membro da direção nacional da FSLN e prestígio comandan-

Editorial de "Barricada"

"As milícias são a mais alta expressão do povo em armas"

Quando as milícias foram desmobilizadas algumas semanas depois da vitória (19 de julho), os ultra-direitistas diziam que "o povo será desarmado". Assim como os Somozistas infiltrados, eles desejavam manter suas armas, assim como preservar seus estreitos e sectários interesses, mas eles não conseguiram seu intento. Nosso povo não se deixou enganar por aquelas enganosas palavras. Alguns milicianos foram incorporados ao EPS e outros em tarefas produtivas. Os infiltrados foram expulsos.

Era necessário consolidar o poder armado em um exército popular sob uma direção político-revolucionária, e o Sandinismo deu a resposta adequada assegurando a defesa das conquistas revolucionárias do povo através da institucionalização do Exército Popular Sandinista.

Hoje, 24 de fevereiro, em continuidade ao "Sandino Vive" atividades que comemoram a (segundo

aniversário da) insurreição de Monimbó - dois dias depois do segundo aniversário da morte em combate do símbolo da unidade Sandinista. Comandante Camilo Ortega (*), um novo período de abre na vida das Milícias Populares Sandinistas.

Enquanto o EPS é um corpo armado de trabalhadores e camponeses sob uma direção revolucionária, as milícias populares são a mais alta expressão do povo em armas. Nos locais de trabalho e escolas, nas vilas e bairros, nos ministérios e escritórios, as massas populares podem aderir às milícias para a defesa da revolução. As milícias têm um caráter voluntário, mas é um dever de todo Nicaraguense incorporar-se à elas para defender a soberania nacional, participar na mobilização e defesa civil em qualquer emergência ou calamidade pública, e para defender as conquistas revolucionárias para todo o povo.

As milícias são um novo instrumento de força com que as massas

defenderão fundamentalmente os interesses dos trabalhadores e dos camponeses. A Revolução deu um passo importante na institucionalização das milícias sob a direção do Ministro da Defesa.

O exército tem estado sempre e sempre estará a serviço das massas: com o exército nós derrotamos o Somozismo e o Imperialismo e com ele avançaremos para a consolidação da revolução.

O povo armado nunca será destruído!

(* - Em 24 de fevereiro de 1978, os moradores da comunidade indígena de Monimbó na cidade de Masaya pegaram em armas contra a Guarda Nacional Somozista. Na primeira insurreição urbana armada da Revolução Nicaraguense, o líder Sandinista Camilo Ortega Saavedra - irmão dos Comandantes da FSLN, Humberto e Daniel Ortega - foi morto.

te da guerra civil; ao mesmo tempo, o coronel Bernardino Larios, ministro da Defesa, era substituído pelo comandante do Exército Popular Sandinista e membro da direção nacional da FSLN, Humberto Ortega. Eden Pastora, conhecido como "comandante zero", tornou-se vice-ministro de Defesa, responsável pela formação das milícias. Ao assumir seu posto declarou: "um dos grandes projetos para o próximo ano é o treinamento militar de todos os nicaraguenses para defender a revolução". E prosseguindo sua consolidação em detrimento da burguesia, Jaime Wheelock, até então responsável pelo IN-RA, mantém esse apoio mas assume também como ministro do Desenvolvimento Agrário, substituindo um proprietário de terras, anti-somozista. Note-se bem: Defesa, Planejamento e Desenvolvimento Agrário; três membros da direção sandinista substituem a três burgueses. A aparência busca sua correspondência com a realidade.

As furiosas declarações da burguesia

A estes golpes a burguesia responderá com furiosas declarações e com medidas de boicote ao plano econômico e descapitalização das empresas. Um editorial de Poder Sandinista, semanário oficial da FSLN, propõe o seguinte para enfrentar a ameaça burguesa: "Permitirá o governo revolucionário tais ações? Permitirão os trabalhadores a destruição de suas forças de trabalho? As indústrias El Caracol, Nicatex e Hurtado em Granada, o Supermercado Lacayo também em Granada, marcaram com isto o início de uma campanha anti-patriótica que só pode ser detida com o controle sobre a produção por parte dos trabalhadores e a devida atenção destes problemas por parte do Estado". (22/2/80)

Poucos dias antes, a ATC havia horganizado uma manifestação que levou 30 mil camponeses ao centro de Manágua. A consigna era: "Só os trabalhadores e camponeses irão até o fim do caminho; só duas forças organizadas levarão à vitória". E nesse ato, Edgardo García, secretário geral da ATC proclamava: "Exigimos que as

terras sob intervenção do IN-RA, que não puderem ser confiscadas, passem agora ao Setor de Propriedade Popular e não se devolva nem um milímetro de terra aos proprietários" (17/2/80). E para completar, o diário oficial da FSLN, **Barricada**, publicava um editorial (ver box) proclamando a urgência de organizar as milícias populares "a mais alta expressão do povo em armas".

Em 2 de março, o governo edita um decreto pelo qual pode atender às demandas dos trabalhadores e intervir e investigar as empresas suspeitas de descapitalização. Simultaneamente decreta a expropriação das terras já sob intervenção do INRA.

Em 5 de março o Senado norte-americano congela por tempo indeterminado o empréstimo de 75 milhões de dólares.

Em 13 de março, a FSLN divulga um documento especial propondo "mobilizar as organizações sandinistas de massas para forçar o cumprimento destes decretos". Insiste também na "organização das milícias populares". Porque o "armamento dos trabalhadores e camponeses" significa para o imperialismo que seus interesses e os interesses econômicos e políticos de seus aliados estão em perigo. É por isto que "a organização das milícias populares nos lugares de trabalho é tão importante".

Em 14 de março, a FSLN lança outro documento, intitulado "Sandinismo não é democracia" (ver EM TEMPO nº 105) no qual propagandeia as bases de sua ofensiva. Simultaneamente, se dá uma onda de ocupações de fábricas por parte dos trabalhadores, que exercem o controle sobre a produção.

A burguesia lança uma intensa campanha propagandística através do Partido Conservador Democrático e o COSEP (Conselho Superior da Empresa Privada). Este último denuncia uma "atmosfera de anarquia e desordem social, mostrada pelas ocupações de fábricas, invasão de fazendas e agressões gratuitas". "Se todas estas coisas não terminam definitivamente, levarão a uma situação de escassez e sofrimento que nosso povo não merece". A Câmara da Indústria adverte que os decretos trarão "graves consequências". O PCD publica um aviso de duas páginas no **La Prensa**, com a mesma tônica.

A relação de força entre as classes

Em 16 de março, Alfonso Robelo, industrial e membro do GRN, lança seu próprio partido, com violentas críticas ao curso adotado pela FSLN. Em 25 de março, dezenas de milhares de pessoas se mobilizam contra o assassinato do bispo salvadoreño Arnulfo Romero.

Em 19 de abril, Violeta Chamorro renuncia ao governo "por razões de saúde". Em 21, vem a público o decreto sobre a constituição do Conselho de Estado (ver box). A FSLN impõe o critério da participação dos organismos de massas no mesmo e uma esmagadora maioria de representantes operários e camponeses frente a uma mínima participação dos partidos e associações burguesas. No dia seguinte, Robelo renuncia negando-se, ademais, a participar do Conselho de Estado. Em 23, Wheelock e Arce, ambos comandantes da FSLN, convocam uma coletiva de imprensa na qual afirmam: "A decisão sobre o Conselho de Estado é irrevogável". Insistem em manter a "unidade nacional revolucionária". E esclarecem: "a unidade gira em torno de duas grandes forças no país: os trabalhadores das cidades e os trabalhadores do campo. Esse é o centro da unidade nacional". E frente a ameaça burguesa de sabotar a produção advertem: "Seria uma atitude suicida".

Nossa Revolução assumiu o compromisso moral e político perante nosso povo de retificar sua situação social. E o faremos com a ajuda do setor privado, sem a ajuda do setor privado ou contra a ajuda do setor privado".

Três dias mais tarde, em 26 de abril, é o próprio Tomás Borge, ministro do interior e dirigente máximo da FSLN, quem responde a Robelo: "Pode-se discutir muitas coisas para tratar de preservar a unidade. Mas, advirto, existe uma única coisa sobre a qual não se discutirá: o controle do aparelho de coerção do Estado; porque este é a garantia da revolução para os operários e os camponeses".

Note-se a implacável progressão, que avança inexoravelmente no sentido do aprofundamento e extensão da Revolução! E note-se o papel concreto da FSLN nas palavras e nos atos de seus mais destacados dirigentes.

E tudo isto se dá simultaneamente com uma ampla mobilização de massas. Além das manifestações, ocupações de fábricas com instauração do controle operário e invasões de campos, há exemplos como o de Masaya, onde a junta municipal foi escolhida por meio da eleição dos delegados dos CDS, ou o de Jalapa, onde as críticas populares à junta municipal conduziram à formação de um "Conselho Popular" que a substituiu e nomeou a outra que governa agora em coordenação com o "Conselho Popular".

No 1º de maio, uma manifestação convocada pela CST congrega mais de 200 mil manifestantes em Manágua. E neste clima, se instala a 4 de maio o Conselho de Estado. Como nítida expressão da relação de força entre as classes, o MDN

de Robelo e o PCD boicotam o Conselho; e o Partido Social Cristão aceita integrá-lo, mas não assiste a sua reunião de abertura. Os três partidos burgueses estão ausentes no 4 de maio! A burguesia está profundamente dividida e não encontra um modo de coordenar uma contra-ofensiva. Pouco depois, Robelo é obrigado a rever sua posição e aceitar seu posto no Conselho de Estado. Mas seu partido já perdeu o apoio entre os tecnocratas do aparelho de Estado, a quem pensava utilizar como alavanca de seu boicote.

Tudo isto, no entanto, não significa que a burguesia tenha perdido seu poder econômico, nem que o Estado tenha mudado sua natureza burguesa.

No dia 18 de maio a direção da FSLN elege dois substitutos para Robelo e Chamorro. Arturo Cruz, até então presidente do Banco Central da Nicarágua, havia sido integrante do "grupo dos 12". Rafael Córdoba Riva, membro da Suprema Corte de Justiça nomeada pelo GRN, advogado de Borge quando este fora preso por Somoza.

No dia 20 uma declaração do COSEP questiona o direito da FSLN de nomear os membros do governo e rechaça mais uma vez todas as medidas que vêm sendo aplicadas. Há, diz o COSEP, uma "ameaça de reproduzir na Nicarágua uma ditadura comunista similar à de Cuba". O comandante Ortega responde: "Não vamos dividir o poder com aqueles que só procuram debilitá-lo; nem na junta de governo, nem nos ministérios".

A reação, no entanto, avança na forma de atentados terroristas. Uma de suas metas é a campanha de alfabetização que se estende por todo o país com enorme êxito. O brigadista Gregório Andrade perde a vida num dos atentados. Prepara-se uma resposta das massas e em 23 de maio, 100 mil pessoas reúnem-se em Manágua e dezenas de milhares em cada cidade do país. As consignas levantadas foram: "Contra cada agressão, mais revolução" e "Paredão". No ato de Manágua, Borge faz um violento discurso: "Que casualidade que eles (os partidários de Robelo) hajam declarado que cada brigadista é um comunista e que se multipliquem os atentados contra os brigadistas (...). Temos provas concretas de que em território hondurenho se encontram grupos armados da ex-guardia nacional que têm um transmissor de rádio que faz propaganda para este insigne anti-comunista que é dom Alfonso Robelo". E mais adiante: "Havíamos dito que os CDS se organizariam fundamentalmente em torno às questões de abastecimento, mas hoje pensamos que os CDS devem organizar-se para defender cada casa, cada rua, cada rincão do território, para que nenhum contra-revolucionário possa mover-se em nosso país; é também o momento de dar um vigoroso impulso às milícias populares sandinistas. Precisamos uma só organização para golpear: o EPS, a Polícia Sandinista, os organismos de segurança do Estado, as milícias populares sandinistas, os comitês de defesa sandinistas, todos unidos sob uma só direção para combater e golpear os inimigos de nosso povo".

Pouco mais tarde, em 1º de junho, pelo motivo do assassinato de um oficial da polícia sandinista, se realiza uma série



Somoza em seu devido lugar

de detenções e entre os presos se encontram vários integrantes do COSEP, dos quais se apreendem grandes quantidades de armas e dinheiro.

A FSLN e a marcha da revolução

Os fatos falam por si mesmos. Acrescentemos a eles uma suscinta lista de algumas grandes conquistas da revolução: 1300 cooperativas agrícolas das quais participam 50.000 camponeses que recebem do Estado tudo o necessário para a produção e que distribuem igualmente os benefícios entre os cooperados; criação de 50 centros de saúde; criação de 11 hospitais; vacinação maciça da população; redução em 50% das 13000 crianças que morriam anualmente de diarreia; ensino público gratuito; criação de 50.000 novos empregos dentro do plano de se atingir 100.000 até o final de 1980; nacionalização das minas; 108.000 trabalhadores alfabetizados até 19 de julho e planos para a erradicação total do analfabetismo até o final do ano... E ao considerarmos estes dados, devemos levar em conta não somente a extrema pobreza da Nicarágua mas também a implacável destruição a que foi submetido o País pelos partidários de Somoza durante a guerra. É este miserável e faminto país que destina 62% de seu orçamento para 1980 às áreas de saúde, educação e habitação.

Para festejar o primeiro ano da revolução, além do EPS,

desfilam 100.000 homens e mulheres integrantes das milícias populares armadas. E o juramento que, pedido por Borge, obtém um terroroso SIM de meio milhão de participantes do ato, atesta a firme vontade da direção sandinista de armar o povo.

Um observador poderá, sem dúvida, criticar uma série de erros cometidos neste primeiro ano de vitória e revolução. Por exemplo, o qualificativo de contra-revolucionários somozistas dado a certos críticos de ultra-esquerda, considerados irresponsáveis, e alguns dos quais foram presos. Mas o mais notável tem sido o modo como estes erros estão sendo corrigidos (ver box). Humberto Ortega dirá em seu discurso do dia 19: "Aqueles que tentaram explorar a seu favor as falhas, os erros, para negar o valor deste processo, ao invés de ajudar a corrigi-los, esta revolução generosa lhes dá a oportunidade de corrigirem-se".

A FSLN não é, sem dúvida, um partido marxista revolucionário clássico. Mas foi aprovada no único teste válido para a história: o da prática política durante uma convulsão social, pois afirmou-se como uma direção revolucionária que além de sua férrea vontade de marchar adiante, demonstra uma grande habilidade política e uma sensibilidade notável para responder aos impulsos das massas afirmando-se como sua vanguarda indiscutível. Qualquer que sejam as dificuldades que surjam, a conduta revolucionária da FSLN representa um fato histórico e é uma sólida base para enfrentar com confiança os combates que estão por vir.

Composição do Conselho de Estado

- 9 delegados para os Comitês de Defesa Sandinista;
- 8 delegados para as centrais sindicais: 3 para a Confederação Sandinista de Trabalhadores, 2 para a CGTI (BSN) Confederação Geral dos Trabalhadores Independente, 1 CUS (ligada a AFL-CIO) Confederação de Unidade Sindical, 1 para CTN (democratas cristãos) Confederação dos Trabalhadores Nicaraguenses;
- 3 delegados para a Associação de Trabalhadores do Campo;
- 3 delegados para uniões sindicais (1 para mestres, 1 para saúde, 1 para jornalistas)
- 1 delegado para a Juventude Sandinista;
- 1 delegado para a Associação de Mulheres de Nicarágua;
- 1 delegado para a minoria indígena (MISURAFATA);

- 1 delegado para o Exército Popular Sandinista;
- 1 delegado para a Polícia Sandinista;
- 1 delegado para as Milícias Populares Sandinistas;
- 6 delegados para a FSLN;
- 6 delegados para outros partidos (PSN - Partido Socialista Nicaraguense - PC 1, PL - Partido Liberal 1, PSCP - Partido Social Cristão Popular 1 - os dois últimos partidos políticos pequeno-burgueses aliados à FSLN - PSC - Partido Social Cristão 1, PCD - Partido Conservador Democrático 1, MDN - Movimento Democrático Nicaraguense 1)
- 6 delegados para outras tantas organizações patronais da indústria, comércio e latifundiários;
- 1 delegado para a igreja católica;
- 1 delegado para a Universidade.

Presos políticos libertados

Doze membros do PCN e sua organização sindical, CAUS, foram libertados nos primeiros dias de maio. O mesmo aconteceu com cinco membros da "Frente Obrero". Os outros presos do CAUS, de um total em torno de 55, detidos nos primeiros dias de março, foram libertados entre 14 e 31 de maio. Um representante do CAUS, Manuel Perez, teve oportunidade de falar no ato de 1º de maio. O presidente de sua organização, Allan Zambra, falou em uma assembleia por motivo da restituição da sede do CAUS, pelo governo. Uma nota na primeira página de "Barricada", diário oficial da FSLN, destacava o ato, em 9 de junho. "O plano de trabalho do CAUS", disse a nota de "Barricada", "inclui o apoio e impulso das Milícias Populares Sandinistas, fortalecimento dos laços com as demais federações do país (CGT, CST, ATC) e organização dos comitês provinciais e o Executivo do CAUS".

Em 14 de maio, um grupo de familiares dos presos libertados publicou uma carta no "Nuevo Diario": "Estamos muito satisfeitos. E sabemos como interpretar e saudar o espírito revolucionário da honesta e justa decisão do Comandante Tomás Borge ao libertar nossos familiares. Sabemos como a classe trabalhadora, os camponeses pobres e amplos setores do povo reconheceram esta decisão como uma justa decisão de autêntico conteúdo revolucionário".

Em uma entrevista a imprensa o comandante Jaime Wheelock explicou que ele e Tomás haviam sido designados pela Direção Nacional da FSLN para tentar uma aproximação maior com outras organizações políticas e sindicais. Com tal objetivo, haviam mantido discussões com dirigentes da "Frente Obrero" e estavam buscando o modo de incorporar essa organização nas tarefas da revolução. (M / Z)

Manágua - 19 de julho de 1980

Desde as primeiras horas da manhã, milhares de pessoas chegavam à Praça 19 de Julho, no centro de Manágua, para a comemoração do primeiro aniversário da vitória da Revolução Sandinista, há um ano atrás, exatamente no dia que dá o nome atual da praça. Por volta das dez horas, já era uma imensa multidão de meio milhão de pessoas a esperar pelo início da festa.

Presentes, no palanque as direções da Frente Sandinista, da Junta de Governo, das entidades de massa nicaraguenses e dezenas de delegações convidadas de outros países. E foi a maior manifestação de massas que Manágua já assistiu.

Aqui, os principais discursos da festa.



Daniel Ortega "A contra-revolução nos espreita"

Em nome da Junta de Governo, Ortega lançou ao mesmo tempo um apelo e uma advertência frente às investidas da reação no continente.

Seguem trechos de seu discurso.

... Novamente a heróica Bolívia, a Bolívia dos mineiros combatentes, a Bolívia de Linter e de Chato Peredo, de Juan José Torres, foi golpeada pelas baionetas e tanques da traição. As forças da reação se lançam à ofensiva contra as manifestações progressistas, democráticas e revolucionárias dos povos; querem deter estes novos ventos; querem dividir e para consegui-lo alimentam temores e contradições entre as nações do Continente; procuram acabar com o exemplo de unidade que os governos latino-americanos deram quando a Nicarágua lutava contra a ditadura somozista e contra as ameaças de intervenção estrangeira.

A unidade, hoje mais do que nunca, é uma necessidade imperiosa entre nossos povos. Frente ao golpe da Bolívia e frente aos perigos de intervenção em El Salvador, se queremos defender a paz, estamos obrigados a lutar pela unidade latino-americana.

Os Estados Unidos têm uma responsabilidade histórica nestes momentos. Os passos que os Estados Unidos derem frente a estes problemas, serão decisivos nas relações com nossos povos. Nós esperamos que a atitude madura que vêm tomando frente às relações com a Nicarágua, continue prevalecendo; que sejam novamente derrotadas as correntes aventureiras e estúpidas que só desprezo, desconfiança e indignação provocam em nossos povos.

Nossa Revolução tem chamado a atenção da América Latina pela participação massiva dos cristãos nicaraguenses, dignos seguidores de nosso irmão, o padre e comandante sandinista Gaspar García Laviana.

Os setores mais reacionários do Continente temem o símbolo que representa a Revolução Nicaraguense, que tem tido como parte substancial e integral da mesma, sacerdotes e leigos tanto no passado de combate à ditadura, como no presente de reconstrução nacional.

Os inimigos de nossa Revolução não tardaram em fazer campanhas mentirosas contra nosso processo, e assim como Somoza, soube encontrar cúmplices disfarçados de pastores que até chegaram a ostentar graus militares em sua criminosa Guarda Nacional, muitos Somozas latino-americanos conspiram hoje com falsos pastores que nunca protestaram pelo bombardeio da aviação somozista contra nossas cidades; que nunca disseram uma palavra sobre onde os cristãos eram assassinados e torturados na Nicarágua; que não disseram nada quando os templos foram profanados pelos carrascos somozis-



as. Tudo isto se soma à conspiração interna e externa que sonha destruir nosso processo.

A contra-revolução nos espreita e a mentira é uma das armas que com mais facilidade ela se utiliza. Por trás das mentiras vêm as agressões materiais. Já começamos a sentir estes golpes: o assassinato do alfabetizador Georgino Andrade, o ataque ao quartel da Polícia Sandinista em São José de los Remates, o assassinato de membros de nosso Exército.

Por outro lado, criminosos conhecidos como Mario Sandoval Alarcón, da Guatemala, afirmam descaradamente que vão libertar a Nicarágua e juntos com Urcuyo e oficiais da guarda somozista conspiram contra nossa Revolução.

E para reforçar a onda, só faltava o Sr. Reagan, que com seu velho grande partido se converte no grande caçador de bruxas. O Sr. Reagan, o irmão de Somoza, o defensor de Somoza, promete que se chegar a ser o próximo presidente da República dos Estados Unidos, vai declarar guerra a esta bruxa que vê na Revolução Nicaraguense. Mas que não se equivoque o Sr. Reagan; que não venha caçar bruxas na Nicarágua, porque aqui temos coragem de sobra para devolver todo o lixo que nos queira trazer. Que não se esqueçam nossos inimigos que todos os povos do mundo estão com a Revolução Nicaraguense, incluindo o povo norte-americano que goza de todo nosso respeito.

A Nicarágua deseja ter relações com todo o mundo e neste sentido, a partir de 19 de julho, novas relações se definiram com o Governo dos Estados Unidos, tendo como fator fundamental o entendimento da realidade desta Revolução, a realidade de que a América Latina se transforma, a realidade de que a história dos povos não pode ser detida...

Dois inimigos nos espreitam: por um lado a contra-revolução e, por outro lado, a decomposição social que herdamos do somozismo. E hoje podemos dizer que o povo tem conseguido criar instrumentos contundentes para combater e destruir esses inimigos...

Em 4 de maio de 1980, Dia da Dignidade Nacional, se instalou um Conselho de Estado com uma grande representação de operários, camponeses, estudantes, religiosos, partidos políticos, grupos econômicos e associações. Desta maneira a Revolução Popular Sandinista retificou sua decisão de garantir o pluralismo político, que não é mais que um reflexo da política de unidade que nossa vanguarda tem impulsionado desde sua fundação.

Ao falar de unidade, ao falar de pluralismo

político, rendemos homenagem a esse herói e mártir da luta anti-somozista, Pedro Joaquim Chamorro.

Há um ano da derrota da ditadura, a unidade nacional se consolidou. Os que tentaram dividir-nos para vencer, fracassaram em seu intento. Os que têm procurado explorar a seu favor as falhas, os erros, para negar a validade deste processo, em lugar de corrigi-los, esta generosa Revolução em marcha lhes dá a oportunidade de retificarem-se.

A unidade nacional para reconstruir o país, a unidade nacional em benefício do povo, a unidade nacional para construir a democracia, é clara. A frente patriótica da Revolução é um exemplo de unidade que tem a Nicaragua. Aí não há maiorias nem minorias. Aí o que pesa é a responsabilidade dos nicaraguenses honrados que fazem uso da crítica para construir e não para destruir.

Estamos para concluir este ato nesta nova Praça "19 de Julho". Não podemos nos calar frente aos que têm gritado contra esta Praça. Sabemos que não o fazem porque estão preocupados com a saúde do povo, por sua educação, pela moradia para o povo, pela pobreza do povo, como mentirosamente querem fazer crer. O que realmente os preocupa é que nesta Praça, que é uma homenagem aos heróis e mártires de nossa Revolução, se reúna de novo este povo, o povo de Zeledón, o povo de Sandino, o povo de Rigoberto López Pérez e de Carlos Fonseca; que se reúna de novo este povo para votar uma vez mais em sua vanguarda: a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Nossa decisão de realizar eleições que correspondam ao espírito desta nova democracia, não mudou. Do que estamos seguros, é que o povo descartou para sempre as eleições traiçoeiras, as eleições dos mentirosos, as eleições dos compradores de votos.

Nesta data histórica queremos render homenagem aos milhares de jovens que integram o Exército Popular de Alfabetização e aos milhares de trabalhadores que fazem parte das Milícias Operárias Alfabetizadoras, que têm se mostrado dignos filhos de Sandino e sobretudo nossa sentida homenagem nesta Praça, aos heróis e mártires desta Cruzada, que de uma ou outra forma entregaram sua vida em tão nobre tarefa.

Nossa homenagem aos militantes sandinistas, aos membros do Exército Popular Sandinista, da Polícia Sandinista, dos organismos de massas e a todos aqueles nicaraguenses e internacionalistas que, trabalhando pelo bem-estar do povo e da Revolução, foram mortos no decorrer deste ano. Todos eles vêm somar-se hoje aos milhares de mártires e heróis que contribuíram com seu sangue para nossa luta de libertação. Em seus nomes nos comprometemos hoje a maiores esforços, a maiores sacrifícios, a maior disciplina, a nos superarmos.

Viva a Revolução Popular Sandinista: Viva Rigoberto López Pérez, Carlos Fonseca e Germán Pomares; Viva os mártires e heróis: Viva a unidade nacional; Viva o heróico povo da Nicarágua; Viva a unidade latino-americana; Viva a unidade dos povos do movimento não-alinhado; Viva a Frente Sandinista de Libertação Nacional: Pátria Livre ou Morrer!

Nenhuma noite de terror pode atrasar o dia.

Ajude-nos a resistir ao terrorismo que tenta impedir a venda da imprensa alternativa nas bancas.

Faça assinaturas do EM TEMPO,
para você e seus amigos.

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Longa vida ao jornal EM TEMPO!

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 500,00 () Apoio: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 40,00 ()

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

- falam os dirigentes da Revolução

Fidel Castro

“Não vou pronunciar discursos incendiários”

Assim iniciou seu discurso o líder da revolução cubana. Para logo em seguida afirmar: “os povos são como vulcões, ninguém os incendeia; eles explodem sozinhos”. Aqui, trechos da fala de Fidel.



Companheiros dirigentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional e do Governo de Reconstrução Nacional, Distintas delegações e personalidades convidadas; Valentes soldados e milicianos sandinistas; Queridos irmãos da Nicarágua:

Alguns pensarão, talvez, que vou pronunciar um logo discurso. Outros, quiçá, pensem que minhas palavras vão causar polémicas, e não haverá tampouco aqueles que deixem de considerar a possibilidade de que eu faça aqui um pronunciamento incendiário e revolucionário; mas não vou fazê-lo nem muito extenso, nem vou introduzir polémicas neste ato, nem vou pronunciar discursos incendiários. Não seria apropriado de minha parte deixar de assinalar o fato já destacado pelo ex-Presidente Carlos Andrés Pérez, da presença nesta tribuna de delegações e personalidades procedentes dos mais variados países, dos mais diversos sistemas e concepções e de variados matizes políticos. Algo, no entanto, nos une a todos, diria que inclusive a norte-americanos e nós mesmos, no dia de hoje: trata-se deste ato, deste tributo e deste reconhecimento ao heróico povo da Nicarágua e à sua histórica vitória de 19 de julho de 1979...

Houve homens que viram com antecipação e prepararam o caminho. Durante quase cinquenta anos a dinastia somozista tiranizou este país. Mas houve homens que, quando parecia mais distante a hora da liberdade, pensaram, se organizaram, e elaboraram uma estratégia de luta. Esses homens são os sandinistas, A Frente Sandinista de Libertação Nacional. Eles elaboraram as estratégicas, eles elaboraram as táticas de luta e foram aperfeiçoando-as; conseguiram arrastar atrás de si a todo o povo. Eles não são vanguarda porque querem se auto-intitular vanguarda; eles são vanguardas porque souberam ganhar o lugar de vanguardas na história e na luta de seu povo...

Foram sábios na luta e foram sábios na vitória, e seguiram sendo sábios ao longo deste primeiro ano, porque a nosso juízo, o esquema elaborado pela Frente Sandinista, para o período da reconstrução nacional este chamamento, este apelo a todo o povo, este apelo aos distintos setores sociais para reconstruir o país, este esquema que inclui, sim, pluripartidarismo e oposição, é uma das coisas mais sábias que nestas circunstâncias possa ter feito algum movimento político...

Não viemos aqui nem para ensinar nem para influir; viemos humildemen-

Deliberadamente tenho me absteído de mencionar pontos conflitivos. Me absteve de mencionar nomes que tanto vocês como nós, os cubanos, levamos profundamente em nossos corações, e não quisemos mencionar os pontos conflitivos pela razões que enunciei de início, para que ninguém trate de imputar-nos de que viemos à Nicarágua para incendiar a América Central, ou tratar de incendiar a América. Ademais, é impossível incendiar qualquer povo; é impossível levar tochas da Revolução. É como algum de vocês disse recentemente: “a melhor, a mais fundamental e decisiva ajuda que vocês dão ao movimento revolucionário é o exemplo”; porque os povos são como os vulcões; ninguém os incendeia, eles explodem sozinhos. E tanto a América Central como a Cordilheira dos Andes são vulcânicos...

O problema real do mundo neste momento: os perigos que o ameaçam, perigos de nova guerra armamentista, perigos de guerra fria e, inclusive, de guerra quente universalmente. A preocupação é muito profunda em todo o mundo, entre as pessoas mais sérias e sensatas do mundo, sobretudo depois de escutarmos os acordos e a plataforma do Partido Republicano dos Estados Unidos, plataforma terrível, ameaçante para a paz. Plataforma terrível que ameaça novamente aplicar o garrote na América Latina: plataforma terrível que fala de fazer retroceder ao máximo possível os acordos com o canal do Panamá, que fala de anexar o povo irmão portorriquenho, que fala em apoiar aos governos genocidas deste hemisfério, que fala de retirar toda a ajuda à Nicarágua.

É grande a preocupação no mundo e é, por isso, um dever de todos fazer o que esteja em nossas mãos para enfrentar estas políticas. Estamos numa situação tal que há que se lutar para salvar a paz.

Esta é a situação atual do mundo: mas os revolucionários não podemos ser pessimistas: os revolucionários somos e seremos sempre otimistas. Tampouco nos deixaremos intimidar, nossos povos demonstraram ao longo de sua história sua capacidade de luta, nossos povos não podem ser subestimados. Nossos povos não podem ser desprezados e, se querem uma demonstração disso, podem ver o exemplo da Nicarágua.

Somos descendentes de índios, de negros, de espanhóis, e destas três raças herdamos o melhor: o valor.

Viva Sandino! Viva a Revolução Sandinista! Viva o povo da Nicarágua! Pátria ou morte!

Tomás Borge

Comprometemo-nos a levar a Revolução até o fim

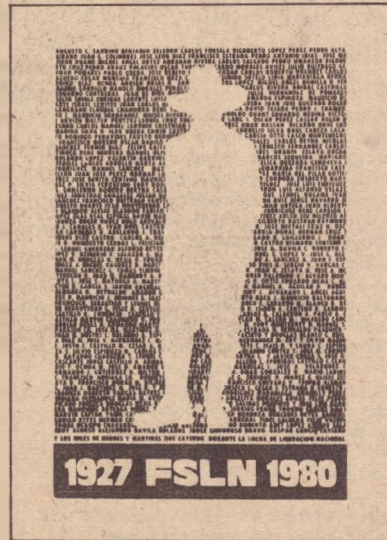
Entre perguntas à massa e respostas aclamadas pela multidão, Tomás Borge, o dirigente e máximo sandinista, foi reafirmando os compromissos da revolução nicaraguense. A íntegra de seu discurso segue abaixo.

Irmãos da Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional; Companheiros da Junta de Reconstrução Nacional; Companheiros militantes da Frente Sandinista de Libertação Nacional; Companheiros militantes das organizações de massas; Companheiro Comandante Fidel Castro, Presidente de Cuba e dos países não alinhados; Companheiro Primeiro Ministro de Granada, Maurice Bishop; Companheiro Primeiro Ministro de Belize, George Price; Delegações de governos e povos amigos da Nicarágua:

Já faz um ano que, com cheiro de pólvora e nostalgia das trincheiras e barricadas, na Praça da Revolução “Carlos Fonseca”, no mesmo dia da vitória de nossa Revolução Popular Sandinista, depois de ter despedaçado com o vigor do sangue sempre fresco de nossos heróis tombados a história trágica da dominação estrangeira, da exploração e do atraso, e no meio daquele estalar de sorrisos e esperanças, nossa Direção Nacional disse aos nicaraguenses: nosso futuro imediato significa abnegação, sacrifício e suor para que este sol recém nascido se mantenha em luz irreversível, com a mesma, simples e poderosa força do sacrifício e amor de nossos mártires sandinistas que fizeram possível esta alegria.

Os nicaraguenses, naquela primeira grande assembléia do povo, aceitamos a tarefa que era, ao mesmo tempo, um compromisso. Hoje, nesta segunda grande assembléia do povo e no Primeiro Aniversário da vitória revolucionária, reunido governantes, dirigentes, militantes das vanguardas e das organizações de massa, Forças Armadas, mulheres, jovens, crianças, no espírito de uma formosa tradição sandinista iniciada no dia mesmo do triunfo da Revolução e frente à presença imortal de Augusto Cesar Sandino, Carlos Fonseca, German Pomares e de todos os mártires gloriosos da pátria, manifestamos querer renovar nosso compromisso de ser intransigentemente leais aos objetivos fundamentais e às tarefas imediatas de nossa Revolução, isto é, à realização da democracia plena e da libertação social, política e econômica dos nicaraguenses.

Consequentemente com o que disse-



mos, lhes perguntamos agora, ao nosso povo:

Comprometemo-nos a entregar o melhor de nós mesmos e todas as nossas forças às tarefas que demanda a Revolução?

- Vozes em coro: SIM!

Comprometemo-nos a seguir espalhando a semente que são os esforços, sacrifícios e trabalhos de hoje, para que as gerações futuras desfrutem dos rios de leite e mel que nos prometeram nossos heróis e mártires?

- Vozes em coro: SIM!

Comprometemo-nos a manter inactas as liberdades populares, a sermos profundamente respeitosos da dignidade do homem e a sermos inflexíveis no exercício da justiça revolucionária?

- Vozes em coro: SIM!

Comprometemo-nos a por em tensão nossas energias para levantar a produção e reorganizar a economia, sobre a nova base em que predomine a cooperação fraterna e não a exploração de uns homens contra os outros?

- Vozes em coro: SIM!

Comprometemo-nos a elevar a disciplina no trabalho, a superar a dicidia, o absentismo, os estilos anárquicos da produção e a traçarmos metas para serem cumpridas na quantidade e qualidade do trabalho produtivo e dos serviços?



- Vozes em coro: SIM!

Comprometemo-nos a nos integrarmos nos comitês de defesa sandinistas, nas combativas milícias populares sandinistas, nas organizações de massa ou onde a defesa e a consolidação da Revolução nos exija!

- Vozes em coro: SIM!

Comprometemo-nos a levar até o final nossa gloriosa cruzada de alfabetização, a proteger como a menina de nossos olhos nosso brigadistas e impulsionarmos aos mais altos níveis a cultura e a educação em nossa pátria revolucionária?

- Vozes em coro: SIM!

Comprometemo-nos a defender nossa pátria, nossa independência política, econômica e social; a defender nossa Revolução?

- Vozes em coro: SIM!

A mostrar que a soberania de um povo não se discute mas sim se defende com as armas na mão?

- Vozes em coro: SIM!

E a não deixar interromper-nos jamais?

- Vozes em coro: SIM!

E para reafirmar mais isto ainda, comprometemo-nos a defender os ossos, o sangue e a ressurreição dos que caíram no combate popular, até o último cartucho, até a última polegada de terra e até a última gota de sangue?

- Vozes em coro: SIM!

Nós nos comprometemos a sermos generosos na vitória de acordo com o princípio de não ajustar aos culpados mais sim impedir energeticamente o retorno das culpas. Comprometemo-nos agora a sermos implacáveis com o analfabetismo, o desemprego, a miséria, a exploração, os vícios, o atraso, as deformações e as cicatrizes que nos herdou o passado?

- Vozes em coro: SIM!

A Revolução Sandinista recebeu e recebe o apoio solidário de todos os povos do mundo e de numerosos governos democráticos e anti-imperialistas. Agora que para muitos povos as portas do parto são o prelúdio da vitória e por isso necessitam solidariedade, comprometemo-nos, irmãos nicaraguenses, a sermos igualmente solidários?

- Vozes em coro: SIM!

A unidade fez possível a vitória e faz possível a reconstrução. Agora, o povo, o governo, os dirigentes desta Revolução constituem um novo exército. Comprometemo-nos, pergunto, a manter inquebrantável esta unidade para conduzirmos nossa Revolução Popular Sandinista até as últimas consequências?

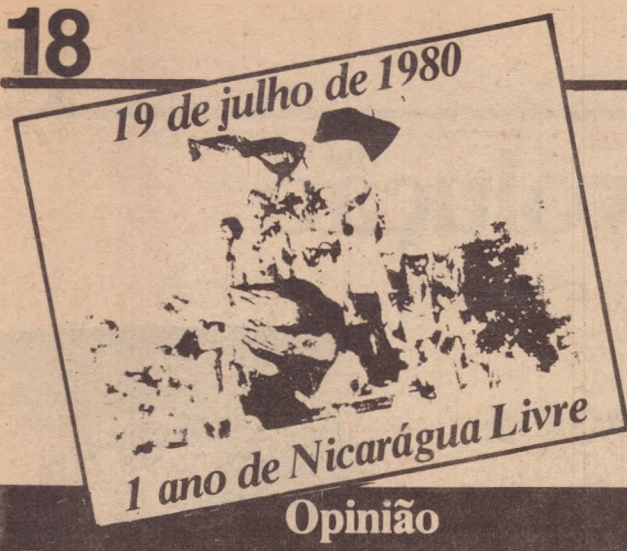
- Vozes em coro: SIM!

O cumprimento deste compromisso por todos e cada um de nós, dá significado à afirmação histórica de nossa Revolução:

Sandino ontem! Sandino hoje! Sandino sempre!

O cumprimento deste compromisso por todos e cada um de nós, dá significado à afirmação de nosso grito de combate:

Pátria livre!



O governo de conciliação de classes dos sandinistas

Alguns setores da esquerda brasileira veem muitos problemas no processo em curso na Nicarágua, sob a condução da FSLN. Aqui, uma avaliação divergente para o debate

Por Pedro Diniz

Mesmo à distância, é bastante visível o avanço da consciência da população oprimida nicaraguense. Também são inegáveis os avanços na reconstrução econômica de um país voltado para a sua população. Já estão os organismos de participação de massa (CDS, CST, ATC, etc.), como as medidas de melhorias econômicas combinadas às de melhoria do nível de vida da população (Plano de Emergência para 80-81 e desenvolvimento de programa de moradias, etc.), confirmando essas afirmações. Porém, todas essas conquistas de pouco valerão aos trabalhadores, se eles não vierem a assumir firmemente as rédeas do processo político.

Uma perigosa estancada política

Não podem nos passar despercebidas, por outro lado, as medidas de desarmamento da massa; repressão e esmagamento de toda oposição de esquerda que se externe (vide fechamento de jornais e prisão de militantes); recomposição do exército nos moldes burgueses, inclusive com a recente instituição das patentes tradicionais; a limitação e repressão da tomada de terras pelos camponeses, em lugar da orientação desse movimento no sentido de combiná-lo ao suprimento das necessidades; etc. O elemento mais significativo a ser considerado nessa observação, é o empenho da FSLN, que é majoritária na Junta de Governo, em manter a burguesia com uma parcela de poder político, além do poder econômico que ela nunca chegou a perder.

Se nos preocupa a consolidação do processo revolucionário num país da dimensão e fragilidade econômica que possui a Nicarágua, mais ainda deve nos preocupar a existência de um governo de conciliação de classes, como o mantido pela Frente Sandinista. Se a burguesia nicaraguense está ferida, ainda não foi atingida mortalmente porque persiste a propriedade privada, o tratamento que lhe é oferecido por certas medidas da FSLN - ávida do crédito financeiro imperialista - e pelas manobras, econômicas ou militares, do imperialismo, certamente lhe trarão o vigor necessário para tentar submeter novamente os trabalhadores aos seus interesses.

A burguesia, pela sua própria natureza de desapropriadora do trabalho alheio, não pode dividir o poder com os trabalhadores, justamente porque eles são os desapropriados. A atitude da FSLN de estancar a natural expulsão da burguesia, numa sociedade cujo poder foi conquistado pelos trabalhadores, sem dúvida abre espaço para o retrocesso.

O Caminho para um Governo Operário e Camponês

O imperialismo dificilmente dará um "ponto-sem-nó", no que se refere à sua ajuda econômica à Nicarágua. Para ele, a burguesia no governo não é um aceno dos sandinistas em favor da manutenção da propriedade privada; é a brecha por onde pretende passar para esmagar o movimento de massas. Para a FSLN, pôr a burguesia para fora da Junta de Governo, já não é mais uma questão tática de contemporização para permitir a organização da massa e a reorganiza-

ção da economia; é uma questão de manter o compromisso com a população oprimida ou traí-la. Quando a insurreição das massas nicaraguenses abriu espaço para que a sua direção reconhecida controlasse o governo, o seu tempo de indefinição passou a correr a favor do imperialismo.

Com a burguesia fora das instâncias de poder, as únicas medidas capazes de realmente construir uma "Nicarágua Livre" finalmente se tornarão mais evidentes e imprimirão ao governo um caráter operário e camponês: a passagem do poder do estado para os Comitês de Defesa, democraticamente eleitos pela população; a estatização das empresas essenciais para a economia; a nacionalização sob controle dos trabalhadores das empresas estrangeiras, estendendo-se esse controle às empresas nacionais, também; generalização da reforma agrária, de maneira a atender todos os trabalhadores do campo; desconhecimento da dívida externa, etc.

A esta altura dos acontecimentos, armar a população, sob o comando dos Comitês de Defesa, é uma necessidade mais presente do que nunca. É claro, também, que a Nicarágua continuará precisando da ajuda externa. Deverá, porém, buscá-la junto aos estados operários, combinando essa busca com uma campanha política, que vise tanto impedir as manobras chauvinistas das camarilhas burocráticas daqueles estados, quanto o aprofundamento da experiência do movimento de massas internacional com aquelas direções.

Cabe, ainda, ao nosso ver, falarmos aqui da necessidade de construção de um partido revolucionário na Nicarágua. Não é revolucionária a direção de um estado operário degenerado, como não o é a direção de uma insurreição que não conclui o processo revolucionário ou que o encaminha para a degeneração. A trajetória da FSLN indica que ela não levará sozinha esta revolução às últimas consequências. Cabe a um partido revolucionário, legal ou clandestinamente, dentro ou fora da FSLN, impulsioná-la na direção dos interesses dos trabalhadores ou esgotar as experiências das massas nicaraguenses com a sua atual direção.

Apesar de Fidel Castro, ao menos aparentemente, ter se contentado com a manifestação do 1º de maio em Cuba, como resposta às agressões imperialistas ao seu país, nós entendemos que é preciso ir além. A intenção do imperialismo não nos parece ter sido somente a de desmoralizar o povo cubano, mas também a de neutralizar qualquer possibilidade de oposição consistente ao avanço da contrarrevolução na América Central. Ele sabe que à Cuba e Nicarágua podem juntar-se rapidamente El Salvador e outros países.

Só existe uma resposta verdadeira à esta ação do imperialismo: a internacionalização da revolução. A população oprimida dos países imperialistas não cabe atitude que não a de solidarizar-se objetivamente com a luta de seus companheiros nicaraguenses, exigindo o fim das pressões contrarrevolucionárias de seus países e o envio de ajudas incondicionais. Aos trabalhadores da região cabe a tarefa de construir a União das Repúblicas Socialistas da América Central.

A dimensão continental da revolução nicaraguense

Por Marcelo Zugadi

Muito antes de 19 de julho de 1979, a revolução nicaraguense já havia mostrado seu impacto internacional e sua interdependência com a política dos países centro e sul americanos e com o Caribe. E não podia ser para menos, tratando-se de um país em mãos do imperialismo e utilizado como eixo do domínio econômico e político norte-americano em toda a região. Lembremos, por exemplo, a invasão de Cuba, que partiu da Nicarágua e o "mercado comum centro-americano" utilizado como instrumento de controle econômico por parte dos capitalistas norte-americanos.

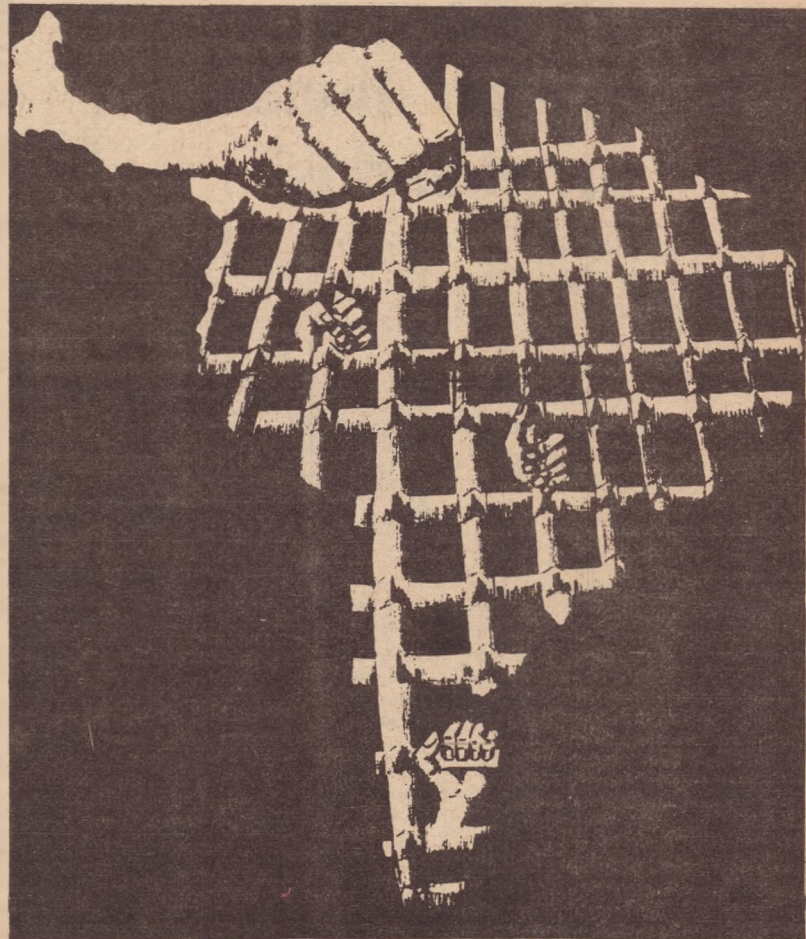
Quando Somoza mostrou sua impotência, diante da impossibilidade do governo Carter de invadir com suas próprias tropas - porque o povo norte-americano tem ainda presente na memória a violência do Vietnam e se opõe a isto - os EUA tentaram utilizar a OEA para cumprir a tarefa. E obtiveram um fracasso histórico: a maioria dos países votou contra.

Essa votação nada tem a ver com uma súbita transformação democrática e revolucionária dos governos do continente. Reflete, ao contrário, dois fatores decisivos: a Nicarágua havia despertado a solidariedade dos trabalhadores e da juventude em toda a América Latina e em muitos países se realizaram mobilizações de solidariedade de grande alcance, que mostravam os problemas internos que adquiriram com uma invasão. O outro fator foi a clara advertência de Fidel Castro, que chegou a afirmar publicamente que qualquer agressão à Nicarágua seria considerada uma agressão à Cuba e provocaria um novo Vietnam na América Central e no Caribe.

A queda de Somoza, pôs na ordem do dia a crise das três ditaduras vizinhas: Honduras, Guatemala e El Salvador. Desde então, os acontecimentos nestes três países têm reafirmado esta certeza. E para completar o quadro, a onda chegou à área do Caribe, com o singular e destacado exemplo de Granada.

O general Viola, então comandante-em-chefe do exército argentino e próximo ditador deste país, declarou em dezembro de 1979 que, dada a incapacidade dos EUA para conter a revolução na América Central, era imprescindível que as ditaduras do Brasil e Argentina se aliassem para cumprir essa tarefa. E, de fato, os dois países deram um giro de 180 graus no curso de suas relações bilaterais, impulsionados por esta força.

Precisamente um dos aspectos mais lamentáveis nas críticas esquerdistas ao processo da revolução na Nicarágua está estritamente ligado ao desenvolvimento da luta nos países mencionados e especialmente em El Salvador. Do mesmo modo, um passo em falso na Nicarágua compromete o conjunto do combate na América Central. Aqueles que creem que são mais revolucionários só porque exigem mais medidas e em menos tempo, contra o poder eco-



nômico burguês na Nicarágua, estão profundamente equivocados. Não compreendem os traços essenciais desta revolução em marcha, sua íntima relação com a luta de classes na América Central. E desconhecem a permanente e crescente ameaça de invasão imperialista, que de maneira alguma pode aceitar passivamente sua perda de controle na área. Essa enorme ameaça não pode ser enfrentada com ligeireza. Nem com palavras.

O ato de 19 de julho de 1980 é uma demonstração evidente de que a direção da FSLN está plenamente consciente do caráter e da magnitude de sua tarefa. No palanque das autoridades se refletia nitidamente sua estratégia e sua tática. E todas as fontes concordam em afirmar que a grande figura do 19 de julho foi Fidel Castro. As direções revolucionárias de Cuba e da Nicarágua, as quais se deve somar a de Granada, tinham a obrigação de evitar que a reação mundial encontrasse um ponto de apoio no argumento de que Castro e o castrismo estão impondo-se à Nicarágua. Mas tinham que mostrar uma frente única e um programa. E foi precisamente o que fizeram. A leitura dos discursos de Borge, Ortega, Castro e Bishop (não das frases isoladas que a imprensa burguesa publicou) dá uma clara idéia do grau de coordenação entre essas direções. Esse ato figurará na história da revolução latino-americana como um acontecimento que inaugura um novo período histórico, uma nova fase na luta de nossos povos: a unidade revolucionária de três governos para enfrentar o imperialismo, estender a revolução da América Latina e acabar com o capitalismo.

O início protocolar dos discursos da FSLN que saudava aos "companheiro Fidel Castro; companheiro Maurice Bishop (presidente de Granada); companheiro George Price (presidente de Belice); delegações de governos e povos amigos que nos acompanham..." é a expressão diplomática desta frente, que identifica um inimigo central e trata de neutralizar os demais. É exatamente o oposto dos encontros entre Videla e Figueiredo, que três meses após a queda de Somoza iniciaram abruptamente seu noivado. E como não compreender o profundo significado, a importância transcendental do fato de que a FSLN tenha convidado a esse ato o presidente do PT brasileiro?

Borge pediu um juramento de solidariedade com os povos para quem "as dores do parto são o prelúdio da vitória"; Bishop pediu pela unidade, para que em 1981 possam agregar-se à Cuba, Nicarágua e Granada "um Salvador Revolucionário, uma Guatemala Revolucionária, uma Honduras Revolucionária"; Ortega fez a advertência de que "intervir em El Salvador é agredir nossos povos"; Castro afirmou que "deliberadamente me abstenho de mencionar pontos conflitivos (...) para que ninguém nos acuse de termos vindo à Nicarágua para procurar incendiar a América Central e a América". E em seguida, lembrou que os povos, como os vulcões não necessitam que alguém os incendeiem e que "a América Central e a cordilheira dos Andes são vulcânicas".

A obrigação de todos os revolucionários do mundo é compreender o conteúdo inequívoco desta mensagem. E por mãos à obra.

BOLÍVIA

A heróica resistência da classe operária

Poucos golpes militares cuidaram tão pouco de disfarçar sua natureza, ou o fizeram tão mal, como o golpe do dia 17 passado na Bolívia. Seu objetivo não poderia ser mais claro: desencadeado pouco depois das eleições gerais, pretendeu impedir a posse de um candidato a presidente, vitorioso pela terceira vez consecutiva. Hernán Siles Suazo, ex-presidente pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), foi o mais votado nas eleições de 1978 e de 1979, como agora. Nas duas ocasiões anteriores, não pôde tomar posse devido a quarteladas e a pressão dos militares. Desta vez, o rumo escolhido foi um golpe sangüinário.

Não que o sistema eleitoral tivesse facilitado a vitória de Siles: muito pelo contrário, este sistema previa a necessidade de maioria absoluta. Caso contrário, o Congresso escolheria entre os três candidatos mais votados. Desta vez, apesar deste sistema, era já inevitável que Siles fosse confirmado.

Os golpistas, com o general Luis Garcia Meza à frente, falam da necessidade de "estirpar o câncer marxista". O argumento, depois de três eleições consecutivas, é ridículo por si só. Mas é absurdo também tendo em vista quem é Siles Suazo: não é de maneira nenhuma um marxista, mas um nacionalista-burguês, vinculado à muito moderada social-democracia. Foi apoiado pelo PC boliviano. Mas isto não nega, pelo contrário, confirma a sua moderação: no quadro do movimento operário boliviano, o PC é reconhecidamente a força mais moderada. Sua participação junto a Siles dava a este uma esperança de poder controlar a poderosa COB (Central Obrera Boliviana), e não indicava de nenhuma maneira um estímulo à radicalização.

A razão do golpe contra Siles não foi então seu radicalismo, mas simplesmente o fato de que um governo não repressivo na Bolívia, minimamente reformista, que facilitasse a organização dos trabalhadores, só poderia levar a resultados explosivos, independentemente da sua vontade, e apesar da força moderada do PC e do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária, apesar do nome ligado à social-democracia). Em um país como a Bolívia, a burguesia só tem conseguido alguma estabilidade usando uma forte repressão.

Um gorila caricato

Pra um golpe tão descarado, correspondeu um chefe que faz bem a caricatura do gorila. Garcia Meza definiu seu governo como "anti-imperialista, nacionalista e profundamente popular" e "baseado na rica tradição de socialismo militar". Propôs uma "democracia dirigida". Posteriormente, aprofundou ainda mais seus impagáveis conceitos: "sou como o general Pinochet. Ficarei 20 anos no poder. As novas gerações receberão um país limpo do câncer marxista. O meu governo não tem prazo fixos". Segundo Garcia Meza, o tirano Pinochet é "um amigo e um exemplo para todos os militares". (declarações transcritas no "Estado de São Paulo, em 24 e 26 de julho).

Podemos dizer que o general é modesto. Afinal, Hitler dizia que os nazistas fariam "um reich de mil anos".

Para arrematar suas declarações Garcia Meza afirmava ainda que "não houve golpe. A senhora Lidia Gueiler renunciou em favor das Forças Armadas".

O cômico do general-presidente tem, infelizmente, seu lado trágico e sangrento. Para poder tentar levar à frente suas idéias políticas, foi necessário desencadear uma repressão terrível, que incluiu o assassinato de um dos líderes mais importantes da esquerda boliviana - o socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz, quarto candidato a presidente mais votado nas últimas eleições. Os militares alegaram que Quiroga foi "morto em combate". Sua mulher, Cristina, afirma o contrá-

Um golpe militar na Bolívia chega a ser motivo de piada. Este carácter cômico é reforçado por traços caricatos como os presentes no golpe de Garcia Meza, mais um ditador que sonha com um reich de mil anos. Mas por trás de tudo isto está o sofrimento de um povo heróico e combativo, que tem na sua classe operária, que vem resistindo, a única capaz de acabar de uma vez por todas, com essa ciranda infernal

Por J. Machado



Luis Garcia Meza e Augusto Pinochet

rio: que foi assassinado premeditadamente.

É o que pode ser confirmado pelos fatos. Depois do fracasso do golpe de novembro último do coronel Natush Bush, fracasso determinado sobretudo pela resistência comandada pela COB, os novos golpistas tiveram como primeiro objetivo decapitar a liderança operária. Os principais dirigentes da oposição foram sequestrados por grupos para-militares que agiam em acordo com o Exército, (aliás, a deposta presidente Lidia Gueiler foi presa justamente por um grupo para-militar). Sequestrados, presos e torturados, ou mortos.

Foram presos, em especial, os dois principais dirigentes da COB: Juan Lechin e Simon Reyes. (este último do PC).

A resistência operária

Se os golpistas foram desta vez mais decididos, e melhor organizados, o mesmo não aconteceu com o movimento operário e a oposição em geral. É verdade que a decapitação das principais lideranças levada a efeito pelos militares prejudicou a resistência. Mas é verdade também que figuras expressivas da oposição, entre elas o próprio Siles Suazo, tinham dado declarações dizendo que um golpe não era provável, confiando na repetição de uma situação como a de novembro passado. Isto, naturalmente, desarma politicamente a população.

Do lado dos principais dirigentes da COB, um primeiro recuo já se realizara antes das eleições com a desistência de Juan Lechin de concorrer à presidência pela Alianza-PRIN (EM TEMPO n.º 109), desistência que se deu nos últimos momentos.

Apesar disso, a resistência ao golpe ocorreu. Não se dobra facilmente o proletariado boliviano. Mesmo decapitada, a COB lançou a palavra de ordem de greve geral, que foi seguida nos primeiros dias. A greve se esvaziou pela falta de direção, e também com a ajuda de um apelo de Lechin, feito pela televisão, para que se voltasse ao trabalho e não se empreendesse a luta armada contra o regime militar. Lechin justificou seu pedido com a necessidade de salvar vidas. Além disso, é provável que tivesse sido torturado e forçado pelos militares (embora declarasse pela televisão estar bem de saúde). Isto, contudo, não descaracteriza uma traição, em um momento em que o fundamental é resistir, impedir a consolidação do golpe.

Cessada a greve geral, a luta continuou nas minas, principal centro do movimento operário boliviano. E é extremamente significativo sobre a sua força o fato de que os militares tenham preferido negociar com os mineiros, que exigiram, para acabar com a greve, "não haver demissões de seus dirigentes, estabilidade nos seus postos, pagamento dos salários nos dias de greve, liberdade dos dirigentes mineiros presos, garantias e plena vigência da COB e da Federação de Mineiros, e de todas as organizações sindicais". Além disso: a liberdade de Lechin. (Clarín, de Buenos Aires, 27 de julho).

Siles Suazo, que dirige da clandestinidade a resistência, declarou que "a resistência foi dobrada, mas de nenhuma maneira derrotada" (Folha, 27 de julho). Parece ser a avaliação correta: ainda é cedo para dizer que os militares dominam a situação.

Não é a resistência interna o único problema da nova ditadura. No plano internacional, tem

enfrentado uma grande condenação. A OEA, por 16 votos a favor, três contra (Bolívia, Chile e Paraguai) e quatro abstenções (Brasil, Argentina, Uruguai e Guatemala) aprovou uma moção de censura. O governo americano, além de chamar seu embaixador e reduzir seu pessoal diplomático, suspendeu seus programas de ajuda econômica e militar.

Condenação Internacional

Esta condenação, porém, é relativa. Bancos internacionais "estudam a possibilidade de prorrogar financiamentos à Bolívia" (ESP, 26/7), o que não deixa de ser uma compensação. O vice-presidente de Siles, Jaime Paz Zamora, denunciou o apoio técnico e financeiro por parte da Argentina ao golpe militar (envolvimento posteriormente confirmado). Quanto ao Brasil, o próprio Ministro do Exército, general Valter Pires, declarou na Escola Superior de Guerra que o Brasil não toleraria regimes socialistas em países limítrofes, como a Bolívia, o Suriname e a Guiana. Depois, negou ter dito isto - mas é um desmentido que não chega a convencer, pois, como ficou claro, o Brasil sabia com antecedência da preparação do golpe. O governo brasileiro foi conivente com a invasão do consulado em Corumbá. Isto, no mínimo, pode ser caracterizado como um "sinal verde".

Esta posição dos governos da América deve ser entendida dentro da situação criada pelo avanço da revolução na América Central. Em primeiro lugar, é necessário conter o avanço do movimento de massas - e neste sentido era preciso fazer algo na Bolívia, mesmo que o governo de Siles Suazo promettesse muita moderação. Mas o golpe, tal como se deu, tem aspectos excessivamente repugnantes - e não convém demonstrar apoio a coisa tão feias. Além disso, não está estabilizado - e não é bom se comprometer com alguma coisa que pode não durar. Daí a condenação, muito mais formal, e a demora em reconhecer o novo regime.

É a atual situação na América Latina que explica também a denúncia pelo governo boliviano da presença de "cubanos e nicaraguenses" comandando a resistência na Bolívia. (Estado de São Paulo, 27/7). É preciso apresentar novos inimigos para justificar golpes como esse, e o atual inimigo é a revolução centro-americana. Não temos, naturalmente, meios para confirmar ou negar a presença de cubanos e nicaraguenses. Mas se estão de fato lá, isto será uma prova de solidariedade internacional ao povo boliviano. Afinal, foram os militares bolivianos, apoiados pelo menos pelo governo da Argentina, que se colocaram contra o resultado não de uma, mas de três eleições consecutivas.

Perspectivas

Por detrás do folclore que diz ser a Bolívia o país dos golpes militares, está o sofrimento de um povo, tantas vezes renovado. Não está claro se o regime de Garcia Meza conseguirá se consolidar. De qualquer maneira, seu golpe não foi tão violento, e não conseguiu uma base de apoio na burguesia tão grande como o de Banzer, em 1971 (Banzer conseguiu a cumplicidade ativa do MNR de Paz Estenssoro, cumplicidade que se mostra apenas passiva, agora). Tudo isso faz crer que Garcia Meza não durará muito.

Mas uma coisa está clara: o povo boliviano continuará a sofrer esta ciranda infernal se a classe operária não se colocar decididamente à frente do povo para impor um governo operário e camponês, para liquidar o imperialismo e a burguesia autóctone. Nenhuma solução intermediária pode dar alguma paz à Bolívia, como já foi tantas vezes demonstrado. No nosso país vizinho é onde se mostra de maneira mais nítida o dilema de nosso tempo: ou revolução proletária e revolução permanente, ou crises e guerras permanentes.

Cultura, Contracultura, Dominação, Intelectuais...

(Pierre Bourdieu: Gostos artísticos e classes sociais)

Em entrevista publicada na revista *El Vezjo Topo*, de fevereiro-80 (realizada por Didier Eribon), um dos mais importantes sociólogos franceses de hoje, Pierre Bourdieu, comenta seu último livro - "La distinction" - onde propõe uma "crítica social do gosto". Abordando, nessa entrevista, questões candentes como Cultura, Contracultura, o papel dos intelectuais, as formas da chamada "Cultura" defender-se ou armar-se contra o aparato de dominação socio-político, Pierre Bourdieu nos deixa muitas interrogações e sugestivas perspectivas que, ao invés de rotularmos com um nome gasto qualquer e deixá-las de lado, melhor seria "ouví-las" com algum cuidado. Aqui, a entrevista, quase na íntegra. (R. de A.)

- O discurso burgues tende a apresentar seu interesse pela cultura como algo desinteressado. Em seu livro você afirma que esse interesse, inclusive em suas formas aparentemente mais desinteressadas, procura benefícios.

- Paradoxalmente, os intelectuais se interessam pelo economicismo que, ao reduzir todos os fenômenos sociais e em particular os fenômenos de intercâmbio à dimensão exclusivamente econômica, permite iludirem-se em seu compromisso. Por isso, é necessário recordar a existência de um capital cultural, capital que procura benefícios diretos (em primeiro lugar no mercado acadêmico, é claro, mas também em outras partes) e também benefícios de distinção, curiosamente esquecidos pelos economistas marginalistas, que provêm automaticamente de sua raridade, isto é, do fato de sua distribuição desigual.

- Podemos, então, considerar as práticas intelectuais como estratégias para distanciar-se do "banal", do "fácil", o que você chamou de "estratégias de distinção"?

- Podem ser distintas, distinguidas, sem sequer pretenderem isso. A definição dominante da "distinção" considera "distinguidas" as condutas que se distinguem do comum, do vulgar, sem intenção de distinção. Nessas matérias, as estratégias mais "rendáveis" são as que não são vividas como estratégias, as que consistem em amar ou em "descobrir" constantemente, como por acaso, aquilo que é preciso amar. O benefício da distinção é o benefício que procura a diferença, a distância do comum. E a este benefício direto há que juntar-se outro benefício suplementar, ao mesmo tempo objetivo e subjetivo: o que proporciona ver-se - e ser visto - como alguém que não busca em absoluto benefícios, como alguém absolutamente desinteressado.

Contestação simbólica e contracultura

- Se toda prática cultural é um distanciamento... a idéia de uma arte para todos, do acesso à arte, carece de sentido. Seria necessário denunciar, então, esta ilusão do "comunismo cultural".

- Eu mesmo participei do "comunismo cultural" (o linguístico). Os intelectuais pensam espontaneamente a relação da obra de arte como uma participação mística num bem comum, sem raridades. Meu último livro (*La distinction*), eu o escrevi para lembrar que o acesso à obra de arte requer instrumentos que não estão universalmente distribuídos. E que, conseqüentemente,



quem detem tais instrumentos retem para si os benefícios da distinção, tanto maiores quanto mais raros são tais instrumentos (é o que se passa, por exemplo, com as obras vanguardistas).

- Se todas as práticas culturais, se todos os gostos classificam um lugar determinado do espaço social, seria preciso admitir que a contracultura é uma atividade tão distinta quanto as demais?

- Seria preciso entrar num acordo quanto ao significado de contracultura. O que, por definição, é difícil ou impossível. Há várias contraculturas: tudo o que está à margem, fora do establishment, tudo o que é exterior à cultura oficial. Num primeiro momento, então, essa contracultura pode definir-se negativamente, em função daquilo a que se opõe. Penso por exemplo, no culto a tudo que está à margem da cultura "legítima", como os comics. Mas isso não é tudo: não se sai da análise da cultura e dos interesses culturais. Por exemplo, seria fácil mostrar que o discurso ecológico... está infectado de alusões depreciativas às férias "borreguiles" dos "pequeno-burgueses comuns". É muito importante, não tanto para marcar a distância prudente do periodismo oficial, mas para significar a distância existente entre a linguagem da análise e a linguagem comum, na qual todas as palavras são instrumentos de luta, armas e artifícios na luta pela distinção.

- Assim, os marginais, os movimentos contestatórios não destroem os valores estabelecidos?

- Certamente. Estou torcendo o bastão ao extremo oposto para lembrar que as pessoas que se querem à margem, fora do espaço social, estão tão situadas no mundo social como as demais. O que eu chamo seu sonho de robô social expressa muito bem uma posição falsa no mundo social: a que caracteriza os "novos autodidatas", aqueles que frequentam o sistema escolar até uma

idade avançada, o suficiente para adquirir uma relação "cultura" com a cultura, mas sem obterem títulos, ou sem obterem todos os títulos aos quais sua origem teria permitido adquirir. Dito isto, todos os movimentos de contestação da ordem simbólica são importantes enquanto questionam o que parece o óbvio, o indiscutível. Este foi o caso de maio de 68. E é o caso do movimento feminista, do qual não é fácil desvencilhar-se dizendo que está formado por um punhado de "burguesas". Se tais formas de contestação incomodam, frequentemente, os movimentos políticos ou sindicais, isto talvez se deva ao fato de que vão contra as disposições mais profundas e aos interesses específicos dos burocratas. Mas, sobretudo porque, devido a experiência da politização, a mobilização política das classes dominadas deve ser conseguida quase sempre contra o doméstico, o privado, o psicológico, etc... Em todo caso, quando se deixa de lado na reflexão política, domínios inteiros da prática social, a arte, a vida doméstica, etc., corre-se o risco de um formidável retorno do reprimido.

As formas suaves da dominação

- Em que poderia consistir, então, uma verdadeira contracultura?

- Não sei se posso responder essa pergunta. Do que estou certo é de que a posse das armas necessárias para defender-se contra a dominação cultural, contra a dominação que se exerce por meio da cultura e em nome dela, deveria formar parte da cultura. Teria que ser uma cultura capaz de tomar distâncias com respeito à cultura, de analisá-la e não só de invertê-la, ou mais exatamente, de impor-lhe uma forma invertida. De modo geral, penso que uma verdadeira contracultura deveria proporcionar as armas necessárias para nos defendermos

das formas suaves da dominação, como a violência dos novos ideólogos profissionais que, seguidamente, se baseiam numa espécie de racionalização quase científica da ideologia dominante: contra os usos políticos da ciência, da autoridade das ciências, físicas ou econômicas, para não falar da biologia ou da sociologia, em geral, de um racismo camuflado, eufemizado. Em uma palavra, trata-se de assegurar a disseminação das armas de defesa contra a dominação simbólica. Dentro dessa lógica teria que se incluir, também, a cultura, que é necessariamente política, uma porção de coisas que a definição atual de cultura e de política excluem logo desse âmbito. Não perco a esperança de que alguém, algum grupo, possa empreender algum dia este trabalho de reconstrução.

- Você acentua o fato de que é preciso não produzir uma sensação de "culpabilidade", de "má-consciência" entre os intelectuais.

- Pessoalmente, horrorizam-me tais coisas. Penso que temos jogado durante um tempo demasiado, em particular com respeito aos intelectuais, o jogo sacerdotal da culpabilização. Afora o fato de que é muito fácil desvencilhar-se dessa culpabilidade através de um ato de contrição ou de uma confissão pública. Quero contribuir, simplesmente, para produzir os instrumentos de uma análise que não exclua os intelectuais. Penso que a sociologia dos intelectuais é uma tarefa prévia a toda ciência do mundo social, feita necessariamente por intelectuais. Alguns intelectuais que submetem sua própria prática intelectual e seus produtos - não só "ser burgues" - a uma crítica sociológica, estariam melhor armados para resistir às estratégias de culpabilização que exercem contra eles todos os aparatos, e que tratam de impedir-lhes que façam uma série de coisas que, enquanto intelectuais, poderiam fazer para, e sobretudo, contra tais aparatos.

Não há cultura popular

- Você afirma em seu livro que as classes dominadas só têm um rol passivo nas estratégias de distinção; segundo você, não há, na realidade, "cultural popular".

- A questão não é só a de saber se para mim há ou não "cultura popular". A questão é saber se há realmente algo que se pareça ao que chamam cultura popular, por parte de quem fala dessas coisas. E nessa segunda questão, minha resposta é não. Digo isto para sair do atoleiro que rodeia essa perigosa noção que mereceria uma análise ampla. Prefiro ficar por aqui. O que poderia dizer em poucas frases, como tudo o que tenho dito até agora, poderia ser mal interpretado. Preferiria que se lesse meu livro.

- Como poderia constituir-se uma posição contra a imposição dos valores dominantes?

- Talvez isto o surpreenda, mas responderei com uma citação de Francis Ponge: "É então quando ensinar a arte e resistir às palavras torna-se útil, a arte de não dizer mais do que se quer dizer. Ensinar a arte de fundar a própria retórica é uma obra de interesse público.". Resistir às palavras, falar em vez de ser falado por palavras de empréstimo, carregadas de sentido social (como quando se fala, por exemplo, de um encontro "de cúpula" entre os responsáveis sindicais, ou quando *Liberation* fala de "nossos" barcos referindo-se aos barcos da armada francesa). Resistir às palavras neutralizadas, eufemizadas, banalizadas, quer dizer, a toda a banalidade pomposa da nova retórica, e também a palavras gastas, lima-

Poesia e Romance

Notas sobre a coletânea Com poemas brasileiros, o romance *Jogo Bruto* de Wladyr Nader, a poesia de Maria Rita Kehl em *Imprevisão do Tempo* e o poema-objeto de José Resende e Rodrigo Naves.

Por Luiza Franco Moreira



das até o silêncio, como "moção", "resolução", "plataforma", "programa", etc. Toda linguagem que seja fruto de um compromisso com a censura, interior ou exterior, exerce um efeito imposto que degrada o pensamento. Com muita frequência lança-se mão do alibi do realismo ou da demagógica preocupação de "ser compreendido pelas massas", para substituir a análise por slogans. Penso que se paga, amplamente, todos os simplismos, todas as simplificações.

- Tem os intelectuais, então, um papel a desempenhar?

- Sim, naturalmente. Já que a ausência de teoria, de análise teórica da realidade, que cobre a linguagem do aparato engendra monstros. O slogan e o anátema conduzem a formas de terrorismo. Não sou tão ingênuo para pensar que a existência de uma análise rigorosa e complexa da realidade social baste para proteger de todas as formas de desvio terrorista ou totalitária. Mas estou certo de que a ausência de análise deixa o campo livre. Porisso, frente ao anti-cientificismo que está em moda nos ambientes em que os novos ideólogos fazem suas delícias, eu defendo a ciência e inclusive a teoria, quando tem o efeito de procurar uma melhor compreensão do mundo social. Não se tem que eleger entre o obscurantismo e o cientificismo hoje dominantes no discurso e nos fatos. "Entre dois males, dizia Karl Kraus, nego-me a eleger o menor". Dar-se conta de que a ciência converteu-se num instrumento de legitimação do poder, que quem governa o faz em nome da aparência de ciência econômico-política que se adquire em faculdades de Ciências Políticas e em **Business Schools**, não nos deve conduzir a um anti-cientificismo romântico e regressivo, que coexiste sempre, na ideologia dominante, com o culto professado à ciência. Trata-se mais de produzir as condições de um novo espírito científico e político, liberador enquanto livre de censuras.

- Não se corre o risco de criar, novamente, uma barreira linguística?

- Meu objetivo é contribuir para impedir que valha tudo o que se diz sobre o mundo social. Shoenberg dizia que compunha para as pessoas já não pudessem escrever mais música. Eu escrevo para que as pessoas, e em primeiro lugar para aqueles que tendo a palavra já não possam produzir, com relação ao mundo social, esse ruído que parece música. Quanto a dar a cada um os meios para fundar sua própria retórica, como dizia Francis Ponge, que cada uma seja seu verdadeiro porta-voz, que fale em vez de ser falado; esta deveria ser a ambição de todos os porta-vozes, que seriam seguramente muito diferentes do que são se tomassem o trabalho de perseguir sua própria auto-extinção. Por uma vez, sonhemos.

A Editora Vertente lançou há pouco tempo uma coletânea com os trabalhos de cinquenta poetas, selecionados a partir de um concurso da Revista Escrita no ano passado. Uma iniciativa dessas é sempre interessante, e merece ser prestigiada; mas desta vez a coisa foi mais além: a Editora Vertente lançou um livro muito agradável de se ler. O leitor não precisa se armar de paciência com os jovens para atravessar cem páginas de talento nascente. Logo nos dez primeiros poemas vai encontrar bons motivos para se animar em pelo menos cinco.

Política e humor

Alguns poetas se saem bem com temas difíceis. Herculano Villas-Boas consegue dar um recado político com algum humor, como em:

PROPRIEDADE

a
terra
é
de
quem
a
trapalha

Joanyr de Oliveira escreve um poema convincente ao falar de uma velha coisa: o medo associado à política. Outros não são tão felizes, e há alguns casos em que os poemas "políticos" são puro sentimento de culpa.

O humor é um traço muito frequente nesses trabalhos, bem dentro de uma tradição brasileira. Touchê, em "Bailinho", fala dos sofrimentos da adolescência:

"mas eu
sem assunto
ficava te olhando
com cara de presunto"

Muitos poemas escritos por mulheres falam de problemas femininos, mas em geral não são bem-humorados, nem dizem coisas novas. Limitam-se a repetir zangados que o destino da dona-de-casa é limitado - isso Carmen da Silva vem repetindo na Revista Cláudia há pelo menos dez anos.

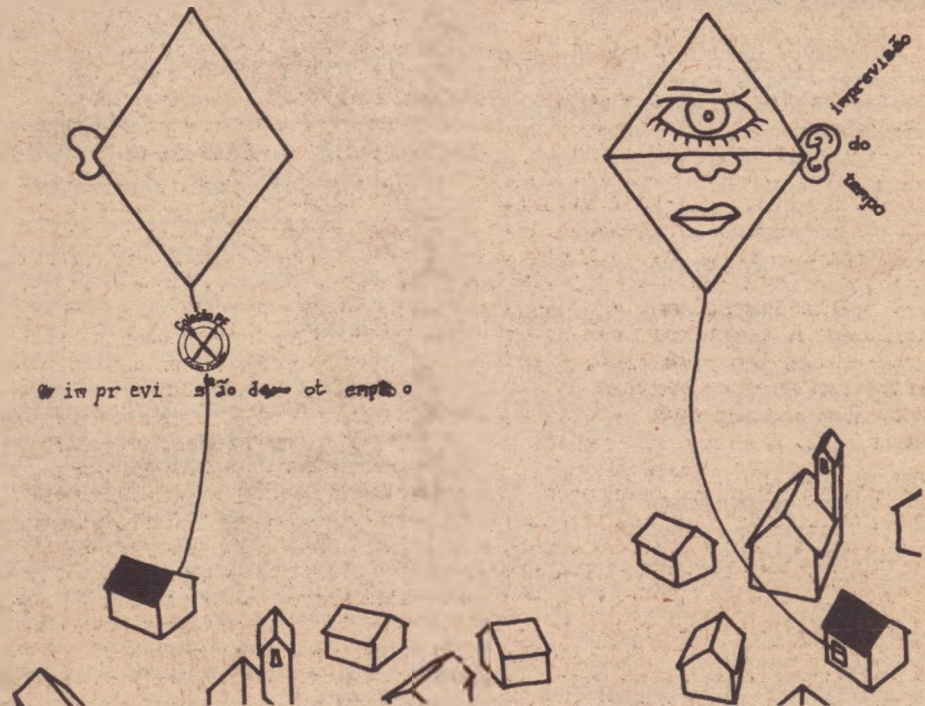
Retratando a vida conjugal

A Editora Vertente lançou também o romance "*Jogo Bruto*" de Wladyr Nader. Wladyr retrata a vida conjugal narrando as histórias de quatro casamentos na cidade de São Paulo. Fala do prefeito e sua mulher, de um casal de operários, de um da classe média enriquecida e por último de um boavida com uma mulher sensual. Cria assim um panorama da vida paulista em dois momentos: atualmente e há dez anos atrás.

A primeira coisa a deixar o leitor entusiasmado no primeiro livro de poemas de Maria Rita Kehl é a linguagem: simples, fluente e com um poder de transmitir emoção difícil de encontrar. Por exemplo, em "Assim na terra como no céu", ela diz:

"Hoje estou cheia de corredores.
Nem todos escuros: existem frestas de
liquido sol
esquinas de vento perfumes
de minha história secreta.
Num ponto qualquer sei que se
encolhe um poço:
eu tenho medo desse labirinto
que me multiplica."

MARIARITAKEHL



A alegria de ser mulher

Maria Rita Kehl trata com a mesma felicidade temas muito diferentes, desde a morte de Fleury até o amor. Consegue resultado muito mais satisfatório que o das poetisas da coletânea da Vertente, ao tratar do assunto rebelde que é o universo feminino. Fala do que é ser mulher sem ironias fáceis, com sabedoria e, graças a Deus, com alegria. Diz, no poema que dá título ao livro, "Imprevisão do tempo":

"... fiz vestibular e todo mundo
apostava em meu futuro
como eu.

Não sei como foi que aconteceu
mas aos vinte e três anos a vida estava

mais divertida
do que deveria
aos vinte sete está muito melhor e assim
confio que aos trinta será
a maior bandalheira
e daí pra frente benza deus."

José Resende e Rodrigo Naves trabalham não só as palavras mas a moldura de seu poema. Para falar sobre a pele criaram um objeto que imita sua cor e sua elasticidade. Numa linguagem densa, desenvolvem uma reflexão sobre o contato, em suas várias formas: o olho, a mão, a pele, os contornos internos, superfícies e volumes. No final conseguem fazer de um texto cerrado, com uma argumentação difícil, um texto que também é sensual e envolve o leitor em seus meandros.

perspectiva mundial

Agora Uma Revista Sobre A Luta de Classe a Nível Mundial

À venda no EM TEMPO e nas melhores livrarias

A classe média e os mulatos

A questão dos "negros de alma branca"

Por Vanderlei José Maria e Rafael Pinto

Florestan Fernandes é um dos mais renomados cientistas sociais brasileiros. Seus trabalhos sobre o negro, "A integração do negro na sociedade de classes", "Branco e negro em São Paulo" entre muitos outros, desnudaram as teorias do paraíso racial brasileiro. Nesta segunda parte da entrevista, ele analisa os problemas dos novos movimentos negros e a potencialidade política do negro brasileiro.

- Você enfatiza muito a relação raça-classe, mas quando se fala da "classe média negra", tem que se levar em conta que ela cumpre um papel de legitimação da ordem racial existente.

- No meu livro "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", na parte relativa ao "novo negro", vimos que ele cumpre realmente este papel de legitimação, mas também há um outro aspecto. Ele é um negro que conheceu os movimentos de protesto norte-americanos na década de 60 e viu que estes movimentos não tiveram ressonância, viu que o meio negro não teve maturidade, autonomia suficiente para levar estes movimentos às últimas consequências e se retraiu, utilizando das técnicas consagradas pela ordem existente. O branco endossa, no Brasil, aquilo que chamei de "exceção que confirma a regra", ou seja o melhor talento é separado do meio negro e jogado na sociedade global. Este indivíduo que "sobee", ele destrói todos os seus vínculos com o meio de origem e se redefine como um negro de alma branca. Isto gera no meio negro a acefalização da população de cor. Mas, e este é o outro aspecto, do ponto de vista de branco este negro que "subiu" também é um problema pois o negro não aceita mais viver a vida social dirigida sob as expectativas do branco. O negro quer se afirmar em condições competitivas, criando muitos problemas para o branco: ele chega a preferir o isolamento como indivíduo, como família ou mesmo como grupos dentro de associações negras. Enfim, ele prefere se isolar a ter que aceitar o jogo do branco. Nisto eu vejo um papel construtivo, este negro está vivendo um drama histórico, ele é um indivíduo de transição. Ele não tem outra alternativa para subsistir na sociedade, se a sociedade abre caminhos, ele tem que ir por estes caminhos, neste momento, este "novo negro" é importante, ele está educando o branco na percepção do negro, na definição do negro e está contribuindo para que a distância racial diminua.

- Mas a maioria dos "novos negros" repudiam os movimentos políticos de protesto.

- Sim, eles não querem fazer parte dos movimentos de protesto e inclusive desenvolveram toda uma concepção de que todos os movimentos dão "azar" e que ao invés de ajudarem atrapalham, e que o problema brasileiro não é bem este, que se vários indivíduos lograrem êxitos então a coletividade como um todo redefine sua posição social. É uma réplica da idéia do branco de que a solução do problema racial deva ser gradual e que a longo prazo no Brasil não terá problema algum. Então aí há um aspecto negativo e principalmente no uso que um regime ditatorial possa fazer. Os negros que apoiam este regime estão afinados com as elites de poder. São indivíduos que levaram o negro, por exemplo, neste período de ditadura, a ser um dos grupos que deu base popular ao Golpe Militar de 64 com a manifestação do dia 13 de Maio que contou com umas 5 mil pessoas.

Porisso o problema que se apresenta ao movimento negro é não isolar estes elementos, eles tem que ser recuperados através de uma educação política. Não adianta nada hostilizar estes elementos e jogá-los do lado da reação dos brancos. O problema é criar uma consciência de responsabilidade, para que estes elementos vejam de outra forma a sua importância para o meio negro, para que eles aceitem um ônus real pela luta de igualdade racial, porque na verdade, eles

aproveitam as chances mas não estão lutando por uma autêntica democracia racial. Se eles realmente fossem conquistados pelo movimento negro e este movimento tivesse envergadura para absorver negros de classes diferentes e a raça sendo o denominador comum, eles teriam papéis eficientes e importantes. Inclusive, todos eles tem frustrações graves, o que eles não conseguem é converter estas frustrações numa linguagem política e esta função que o movimento de protesto tem que realizar. Dentro dele os grupos que podem exercer uma liderança intelectual tem de estar calibrados para equacionar os mais variados tipos de problemas.

"Hostilizar a classe média negra e jogá-la para o lado da reação"

- Como você vê a dificuldade de caracterização do negro brasileiro, já que a miscigenação é um dos impeditivos que dificultam a consciência racial no Brasil?

- Numa pesquisa que fiz há muitos anos, encontrei uma grande ambiguidade porque o negro e o mulato não aceitavam serem chamados de negros ou mulatos. Foi um progresso muito grande no Brasil, desde então - e tudo como consequência das reviravoltas que ocorreram por causa das revoluções africanas, dos movimentos negros dos EUA e África do Sul - quer dizer, que o orgulho de ser negro acabou se redefinindo e se disseminando pelo mundo. Mas na década que fizemos a pesquisa certas pessoas até reagiam mal se disséssemos que era um negro, mesmo que fosse em termos de fenotipo. Não podíamos chamar de negro, mas de "homem de cor". Havia também pessoas que, dentro das representações sociológicas brasileiras, e com uma maior tolerância dos brancos, seriam incluídas neste grupo mas que queriam ser consideradas negras. São aqueles que os brancos chamam de "prêtos disfarçado".

Agora do meu ponto de vista, como nós não temos um referencial claro eu preferi usar as palavras negro e mulato. Se o preconceito no Brasil fosse um preconceito mais definido e assumisse a forma que assume nos EUA e África do Sul, o termo negro seria aceito por toda a população negra e mestiça. O ideal de um movimento político é esta unificação, embora o mulato no Brasil não está subjetivamente preparado para isto. Objetivamente, porém, a participação do negro e do mulato na desigualdade é desigual.

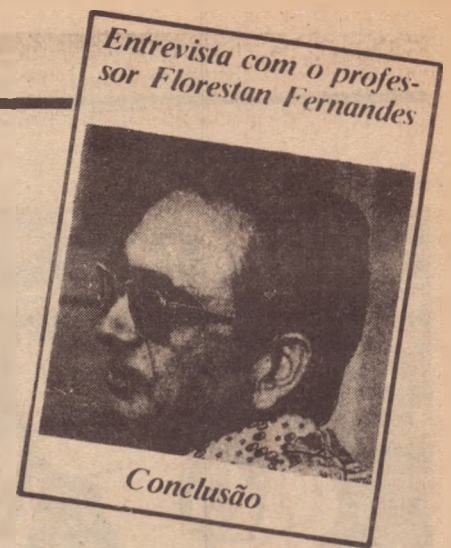
Se considerarmos as estatísticas da população economicamente ativa, por exemplo, ao nível do empregador, vamos encontrar uma proporção maior de mulatos que de negros. Isto não só em São Paulo, mas na Bahia e em outros Estados. A mesma coisa acontece nas oportunidades educa-

cionais, apesar do mulato sofrer uma violenta discriminação do branco quando se compara especificamente negros e mulatos, há uma discriminação em favor do mulato.

É interessante ver como que na preferência por cônjuges isto surge. Tanto a mulher quanto o homem, entre negros e mulatos preferem casar com brancos, a segunda escolha com mulato e a terceira escolha com negro e isto de uma maneira que até dá origem a padrões estabelecidos. No meu trabalho uso dados estatísticos que mostram isto, não só a preferência nos interessamentos se definindo nesta linha. As alternativas de escolha fazem com que para o negro às vezes seja difícil ter uma mulher branca, então ele fica com uma mulata. Só em último caso é que ele vai preferir uma negra.

O que o professor Roger Bastide chamava de "linhas de competição pelo sexo" em termos de cor, eles se reproduzem em várias direções. Porisso, dentro da população negra e mestiça não há homogeneidade. Criar esta homogeneidade é um problema preliminarmente político, de levar o mulato a se identificar não com o branco, não com a rejeição à luta contra o preconceito, mas levá-lo a aceitar a sua condição de negro e fazer com que sejam negros todos que possuam caracteres de origem. Isto seria um elemento importante, mas acontece que não ocorre. Na nossa pesquisa, os problemas psicológicos que nós encontramos ou foram de mulatos que tinham pânico de ter descoberto que eles não possuíam a situação racial que aparentavam ou então de mulatos que enfrentavam atritos muito violentos por causa da diferença de cor do pai, da mãe ou mesmo dos filhos. Dramas pessoais graves, incríveis. Indivíduo que deixa de se relacionar com a mãe, ou então que na rua caminha afastado da família. Vários problemas familiares como a rejeição do filho mais escuro, identificação com o filho mais claro, a idéia da purificação que é uma maneira de absorver as avaliações do meio branco.

Portanto, não posso dizer que o negro e o mulato vivem o mesmo drama, mas posso dizer que o mesmo drama cabe aos dois. Subjetivamente o mulato pode não absorver este componente dramático de sua vida, mas objetivamente ele leva uma vantagem em relação ao negro, isto ele leva. Se eu pegar algumas estatísticas poderemos ver por exemplo, que no que se refere às oportunidades educacionais, no item dos diplomados, fica patente um nível de competição mais definido. Vê-se que, quando se passa do ensino primário ao de nível médio as diferenças entre negros e mulatos aumentam e principalmente quando se passa do nível médio ao nível superior. Ou seja, as oportunidades são distribuídas desigualmente favorecendo mais o mulato dando-lhe meios de competição e de ascensão que o



grosso da população negra e mulata não possui. Tudo isto cria um problema político aos movimentos de protestos: como fazer para reeducar o mulato, como levá-lo a sair de um comportamento egoístico e individualista? Como levá-lo a ter uma visão mais responsável do problema do negro e do mulato no Brasil?

"Levar o mulato a aceitar sua condição de negro é uma questão política"

É preciso ver que, em todas as sociedades racialmente heterogêneas, o mulato tem uma importância relativamente grande porque ele vive o drama da marginalidade racial de uma forma mais intensa e isto faz com que ele oscile muito. No Brasil, por exemplo as acusações recíprocas de negros e mulatos atestam isto. O mulato diz que não se pode confiar no negro porque ele é ignorante; e o negro diz não poder confiar no mulato porque na hora H ele tira o corpo fora. Apesar disto, as análises psicológicas e sociológicas demonstraram que o mulato vive mais intensamente a marginalidade racial e ele aponta com mais profundidade os problemas que afetam as populações discriminadas.

Por isto é importante o desenraizamento do mulato, ele sai mais facilmente da condição isolada e tradicional de grande parte da população negra, já que esta não possui as mesmas oportunidades de ressocialização. Um professor norte-americano, que andou fazendo pesquisas aqui no Brasil sobre o uso de palavras para descrever os mestiços, encontrou um número enorme de palavras. Eu não concordo com as conclusões que ele chegou, mas a existência deste número enorme de palavras indica que há uma ambivalência muito grande. Quando utilizo as palavras "negro e mulato" eu sei que os problemas não são iguais, ambos participam dos mesmos problemas mas em intensidades diferentes.

É preciso que os movimentos negros de protesto consigam criar certas percepções básicas que valessem universalmente, superando assim este dilema.

Estamos preparando novo

catálogo, com os últimos

lançamentos nas áreas de

sociologia e política, literatura,

assuntos brasileiros, educação

e psicologia, cinema, teatro

e televisão.

Se você ainda não é nosso

cliente, mande seu nome e

endereço para receber também

um exemplar gratuito desse

catálogo.

Livraria Zupate

Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285 222 2861 SP



Leia e assine as revistas
"El Viejo Topo" e "Transición"
(Espanha)

Não é necessário qualquer pagamento antecipado. O assinante pagará cada revista mensalmente, quando recebê-la através do reembolso postal.

Preço: Cr\$ 150,00 cada exemplar.

Escreva para:

EDITORA COMBATE SOCIALISTA
Rua Jerônimo Coelho, 206 - Caixa Postal 10.319
90.000 - Porto Alegre - RS

O movimento feminista na universidade

Embora tenha conquistado um crescimento significativo, expresso nos debates realizados no 8 de março e nas campanhas que se esboçam, o movimento feminista no Rio Grande do Sul esbarra em alguns problemas fundamentais. Os grupos que já têm alguma discussão acumulada, programa e planos de ação já esboçados, não apresentam canais de participação que permitam à grande maioria das mulheres interessadas no feminismo, sejam trabalhadoras, donas-de-casa, ou estudantes, se integrar de forma militante.

Existe um espaço entre os grandes debates públicos (e mistos) e as reuniões fechadas de cada grupo, que deve ser preenchido com formas organizativas mais dinâmicas e massivas, como por exemplo, sub-grupos de trabalho em vilas, fábricas, bairros e escolas. É dessa forma que as grandes campanhas que estão por vir, como a luta por creches e pela contracepção livre e gratuita, encontrarão um avanço concreto.

Outro problema a ser resolvido é a necessidade de que a discussão realizada no interior do movimento não se feche nos estreitos limites de cada grupo ou entre os grupos mas se popularize e enriqueça sendo veiculada ao grande público através de boletins, uso mais intenso da grande imprensa e imprensa alternativa e até mesmo a elaboração de um jornal próprio.

É na tentativa de contribuir para a solução destes problemas que surge na UFRGS um grupo de mulheres estudantes. Sua primeira intervenção se deu na organização da "entrada coletiva de mulheres" na Casa do Estudante Universitário levantando a bandeira de fim à discriminação sexual e chamando todos os estudantes à discussão sobre a questão da mulher (a entrada de mulheres na casa era proibida pela reitoria!). Com poucos meses de existência e uma discussão muito incipiente, o grupo edita o primeiro número de seu jornal "LIBERTA" que traz questões como: educação da criança, sexualidade, feminilidade, creche na universidade. Aglutinando mulheres de diversas escolas, o pessoal do "LIBERTA" se propõe a encaminhar lutas específicas na universidade e a intervir nas campanhas unificadas, locais e nacionais, na perspectiva de construção de um movimento feminista forte, autônomo, independente de partidos ou entidades.

Apesar de sua juventude o "LIBERTA" já é um exemplo a ser seguido pelas universitárias de todo o país, colocando para nós algumas interrogações sobre as potencialidades de expansão do feminismo no meio universitário.

Não é de se desprezar os departamentos femininos que existem em algumas entidades no país (ex. DCE-UFBA), é possível que dentro deles se possa encaminhar algumas reivindicações específicas de cunho feminista.

Isso significa que na luta por creches, por exemplo, além da questão material, se levante os pontos que tocam especificamente às mulheres.

Não existe, porém, uma politização das lutas encaminhadas no sentido de vinculá-las a um contexto de luta pela libertação da mulher da opressão na família, do trabalho doméstico, do papel da educadora dos filhos, enfim, uma crítica global à opressão da mulher inerente ao sistema capitalista.

Não basta que expludam algumas lutas aqui e ali se não existe algo que as unifique e ascoloque dentro de um eixo claro de intervenção, que faça

Pega-prá-capá na questão racial

O artigo de Mário José Maestri Filho (número 109 do EM TEMPO), *analisando o livro de Abdias do Nascimento, O Quilombismo*, me faz lembrar de que análises se fizeram e se fazem em nome de Marx e muitas vezes com a benção da esquerda!

Explico antes: não conheço sequer o livro de Abdias. Mas o que ressalta da leitura do comentário de Maestri é o fato de que o autor se lança num "grande pega-prá-capá (palavras utilizadas pelo autor no texto) contra a posição de Abdias, a partir de uma fundamentação "marxista" (luta de classes, base econômica, etc.) e acusando assim a este (negro) de ser racista.

Fato "destacável"!

Como se os brancos aqui não tivessem sido (e se beneficiado) racistas durante séculos e até hoje o sigam sendo (ou o autor acredita ainda no conto de carochinha da "democracia racial")?

Mas para Maestri uma análise mais profunda da história do país não importa muito. O fundamental é que todos sejam oprimidos e os demais opressores. É nisto que vê o central.

Como o mesmo autor afirma: "Finalmente o afro-brasileiro não se encontra mais isolado", ou seja, ele agora teria a classe operária ao seu lado. Grande consolo! Deveriam também os

negros dos EUA ou da África do Sul serem "tranquilizados" pelo mesmo argumento?

E a partir desta visão, o que é que faz o autor no seu artigo, num estilo literário de "representante-da-classe-operária", senão o mesmo de que acusa Abdias, ou seja, tentar dividir (no caso do movimento negro)?

Vejamos com suas próprias palavras: "Outro caminho seria o do mulato, quase gigante, que há poucos anos nos deixou sejam quais forem nossas divergências com sua concepção - o seu nome marcado a ferro vivo nos corações da esquerda e vanguardas populares brasileiras. Um outro caminho, mas sofrido, divergente".

O autor se refere a Mari-gheia. Mas está tão ciente de seu jogo que se envergonha de mencionar o nome. Empregando um tom de oratória e um estilo discursivo "glorioso" (ao bom gosto "soviético") faz recurso ao "herói" para passar a sua idéia.

Ainda que não conheça "O Quilombismo", posso deduzir pelas citações que faz Maestri, que a posição de Abdias seja realmente racista-ao-revés. Mas no momento o problema não está aí. Senão no fato de como o autor opõe à "concepção racista do negro em Abdias" uma determinada concep-

ção marxista da realidade, passando de fato assim a um outro nível de problema, sem reconhecer (ainda que Abdias seja racista) a existência de uma situação específica de opressão "enquanto negro".

Tudo vai se reduzir a uma apologia do "mulato" que escolheu o caminho da liberação nacional, que é um problema maior, um "caminho divergente".

Como se hoje não houvesse uma série de movimentos negros no Brasil, existindo e lutando, cada um a partir de sua própria experiência e elaboração. E que não se caracterizam em primeiro lugar por tentarem "unir os negros à classe operária" (este seria o desejo de Maestri), mas por "levarem a cabo a luta dos negros".

Me parece que Maestri se esqueceu de que, se Marx nos entrega elementos para analisar (e transformar) a realidade, é necessário antes observar esta realidade. Do contrário a teoria de Marx se torna um discurso válido para qualquer "pega-prá-capá".

Aí vai pois minha crítica a Maestri e ao mesmo tempo uma pergunta aos companheiros(as) do jornal que fizeram o comentário de que o artigo é "uma crítica radical às teses de Abdias".

Que se entenda aí por "radical"?

(J.C. - São Paulo)

com que as diversas reivindicações específicas sejam parte de um corpo vivo e dinâmico que, ao mesmo tempo, estimule o despontar de novas lutas e amplie a participação das mulheres.

Para que isso ocorra, é questão de princípio a autonomia do movimento. Ou seja, que ele surja, se organize e encaminhe as lutas dentro de uma dinâmica própria, sem nenhuma subordinação a entidades ou tendências.

Na sua universidade, o movimento adquire um ritmo próprio.

Se fôssemos caracterizar a mulher universitária, diríamos que ela é jovem, sem uma inserção econômica no mercado de trabalho definida vivenciando todas as contradições que o ensino nos coloca hoje, predisposta a encontrar um papel na sociedade que não o de dona-de-casa e mãe, dependente do marido, submissa e alienada. A universidade é um local onde a produção intelectual se desenvolve com mais facilidade e as universitárias convivem diariamente com uma carga de informação e discussão bastante grande. Se, por um lado, a escola é um reproduzidor da moral e

ideologia dominante, por outro é também no meio universitário que explodem as maiores contradições nesse campo e onde se encontra nas jovens um grande potencial de revolta e busca de novas formas de relacionamento. Ainda poderíamos citar a existência de um movimento estudantil bastante explosivo que contribui em muito para a politização das mulheres.

Podemos afirmar que o movimento feminista adquire na universidade um ritmo muito dinâmico, podendo se construir com relativa facilidade e rapidez e servindo como um importante pólo de impulso do m.f. como um todo.

Os grupos feministas estudantis não devem se voltar apenas para o trabalho no interior da escola, mas também buscar e levar as informações e os conhecimentos de que dispõem para as mulheres nas vilas, bairros e fábricas. Estarão assim fornecendo instrumentos de luta para o setor mais importante do movimento, aquelas que são as mais exploradas e oprimidas, as mulheres trabalhadoras.

(Sônia Maluf e Dinah Lemos, Porto Alegre)

"A Espoliação Urbana"

"A Espoliação Urbana" é o título do livro que acaba de ser lançado pela Editora Paz e Terra. Seu autor, Lucio Kowarick, é hoje um dos grandes especialistas brasileiros na análise da Questão Urbana.

São Paulo é, hoje, a maior concentração urbana da América Latina. Para nossos generais isso deve ser um motivo de orgulho, de ufanismo. Um verdadeiro cartão de visita do Brasil Potência Emergente, da ilha de tranquilidade social em que se converteu nosso país e que deve servir de modelo aos demais países do continente.

Mesmo frente aos recentes conflitos sociais estes generais se negam a ver que o enorme aglomerado urbano de que falam é formado por seres humanos que, em grande maioria, vivem sua condição de miséria em um mundo aparentemente caótico, mas cuja lógica da desordem é a lógica da exploração capitalista. Ao lado da exploração do trabalhador na fábrica, no emprego, existe um outro processo: A ESPOLIAÇÃO URBANA, ou seja, as formas pelas quais o trabalhador se vê usurpado dos seus direitos básicos como cidadão tais como o direito à moradia, aos equipamentos urbanos de consumo coletivo. LUCIO KOWARICK, neste livro que acaba de lançar, analisa de maneira clara e exemplificada a relação entre a opressão política e as péssimas condições em que vive a classe trabalhadora. Para esta metrópole tornar-se o que é hoje foi necessária uma ditadura que silenciasse a classe trabalhadora, mantivesse-a amordaçada, incapaz de qualquer reação. Mas o autor, doutor em Ciência Política e pesquisador há longos anos das questões urbanas, não se satisfaz com uma denúncia. Através de ensaios ricos em dados e exemplos colhidos em pesquisas LUCIO KOWARICK reconstrói os processos pelos quais se materializa a exploração do trabalhador pela burguesia e como o Estado é o principal instrumento deste processo de espoliação. Esta coletânea de ensaios é um exemplo de como se conjugam fatos históricos concretos e conceitos que desnudam as relações capital trabalho numa análise sobre a situação dos trabalhadores nas favelas, na periferia, enfim, em seus locais de trabalho.

(Silvio Caccia Bava)

"Teoria Leninista da organização"

de Ernest Mandel

À venda no EM TEMPO e nas melhores livrarias.

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Heider, Antonio Jorge, Carlos Tiburcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Preira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadal, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte.
Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.
DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tiburcio, José Luiz Nadal, Marco Aurélio Garcia, Robinson Aires.
EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.
DIR. RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Sérgio Papi.
SUCURSAIS:
BELO HORIZONTE: Av. Cristóvão Colombo, 550 - Tel.: 224-0127.
PORTO ALEGRE: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. RIO DE JANEIRO: Caixa Postal 4680.
SALVADOR: Av. Joana Angélica, 8 - sala 44. FORTALEZA: R. Castro e Silva, 1169 - Tel.: 226-804.
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.
R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP: 05414 - Tel.: 852-8880.
COMPOSIÇÃO E FOTOLITO: Editora LETRA Ltda.
R. Artur de Azevedo, 1977 - loja 1 - Tel.: 212-5061.

Agora, em livro

PC Linha Leste

de Antônio Carlos Felix Nunes

Editorial Livramento
A venda nas livrarias

Um apanhado de vários capítulos da série "Luta Operária na Zona Leste de São Paulo", lançada no ano passado pelo jornal EM TEMPO.



"Certas idéias são maiores que os homens. Mas certos homens são tão grandes quanto suas idéias"



Com a frase acima o Comitê Brasileiro pela Anistia, há tempos, lançou a luta pelo esclarecimento da situação dos mortos e desaparecidos, vítimas da repressão política no Brasil desde 1964, bem como julgamento e punição dos responsáveis por estes crimes. O CBA/SP dando continuidade à campanha - importante principalmente neste momento em que a anistia restrita de Figueiredo para alguns vai ficando como a solução definitiva do problema - solicita aos órgãos de imprensa comprometidos com a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita para que, a cada mês, recordem e cobrem justiça pelos mortos e desaparecidos, através da publicação da lista dos nomes de todos aqueles cujo final trágico ocorreu no mesmo mês em curso.

A primeira lista, referente aos meses de abril e maio, foi publicada em nossa edição n.º 108. Agora, o CBA/SP acaba de nos entregar a segunda lista daqueles que desapareceram ao longo dos últimos anos, nos meses de junho e julho.

A todos estes que tombaram, nossa homenagem e o compromisso de levarmos a luta até o fim.

Mortos e desaparecidos de Junho

ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Light. Sequestrado no Rio de Janeiro em junho de 1975 pelos órgãos de segurança daquele Estado. Conforme denúncias de diversos presos políticos Armando Frutuoso foi torturado nas dependências do DOPS RJ, DOI-CODIs do RJ e SP, tendo sido assassinado, sob tortura, no início do mês de setembro no DOI-CODI RJ. (desaparecido)

JOSÉ GOMES TEIXEIRA - militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Preso em 11 de junho de 1971 pelo Centro de Informações da Aeronáutica - CISA, teve sua morte comunicada, pelos órgãos de segurança, em nota oficial datada de 23 de junho de 1971.

MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA - (desaparecida), militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Professora primária em São Paulo, deslocou-se para o Araguaia em 1970. Combatente da Guerrilha do Araguaia onde era conhecida como Maria, integrando o destacamento C. Morta a tiros na quinzena de junho de 1972.

ANA MARIA NACINOVIC CORRÊA - militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Fuzilada em uma emboscada no dia 14 de junho de 1972, no Restaurante Varella, na Mooca, em São Paulo, por agentes do DOI-CODI SP, juntamente com Iuri Xavier Pereira e Marcos Nonato da Fonseca.

IURI XAVIER PEREIRA - dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN). Fuzilado em uma emboscada no dia 14 de junho de 1972, no Restaurante Varella, na Mooca, em São Paulo, por agentes do DOI-CODI SP, juntamente com Ana Maria Nacinovic Corrêa e Marcos Nonato da Fonseca.

MARCOS NONATO DA FONSECA - militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Fuzilado, juntamente com Ana Maria Nacinovic Corrêa e Iuri Xavier Pereira, em uma emboscada no dia 14 de junho de 1972.

LUIS DE ALMEIDA ARAÚJO - (desaparecido), militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Professor de história e estudante de Sociologia da PUC-SP. Foi preso no dia 20 de junho de 1971, na Av. Angélica, em São Paulo.

FERNANDO DA SILVA LOBO - morto a tiros em 21 de junho de 1968, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, durante manifestações de rua contrárias ao governo.

MARIA ÂNGELA RIBEIRO - morta a tiros, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1968, quando da repressão às manifestações de rua, contrárias ao governo.

CARLOS ROBERTO ZANIRATO - militante da Vanguarda popular Revolucionária (VPR). Preso em 23 de junho de 1968 pelo DOPS paulista. No dia 25 de junho, para por fim às torturas que vinha sofrendo, conduziu os policiais a um encontro inexistente e jogou-se contra um ônibus em movimento, vindo a morrer em seguida.

REINALDO SILVEIRA PIMENTA - dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). No dia 27 de junho de 1969 o apartamento onde morava, à rua Bolívar, em Copacabana, Rio de Janeiro, foi invadido por agentes do CENIMAR para prendê-lo. Na fuga que tentou empreender pela janela do apartamento Reinaldo acabou pendurado no parapeito segurando-se com as mãos. A partir daí os agentes passaram a desferir golpes com a coronha de suas armas sobre os dedos de Reinaldo, que acabou por despencar do 5.º andar, morrendo instantaneamente.

Mortos e desaparecidos de Julho

JOSÉ MAXIMINIANO DE ANDRADE NETO - Coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo, expurgado em 1964. Preso em julho de 1975 por agentes do DOI-CODI-SP, em São Paulo, sob a acusação de ser militante do Partido Comunista Brasileiro. Um dia após ter sido libertado, José morreu no Hospital Clinico, em Campinas, em virtude de um enfarte do miocárdio, certamente provocado pelas torturas sofridas na prisão.

IDALISIO SOARES ARANHA FILHO - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia, onde era conhecido pelo nome de Aparício. Deslocou-se para o Araguaia em fevereiro de 1971, onde integrava o Destacamento B, comandado por Osvaldo Orlando da Costa. Em julho de 1972, o destacamento entrou em combate com uma patrulha do exército, perto da Grota Vermelha, em decorrência do qual Idalísio perdeu-se do grupo, sendo descoberto e morto no dia seguinte.

EIRALDO PALHA FREIRE - Militante antifascista. Assassinado no dia 1.º de julho de 1970, no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, por tropas da Aeronáutica, quando tentava sequestrar um avião de passageiros.

JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA - Líder camponês da revolta na região de Trombas de Formoso. Preso na Fazenda Rivelião Angelical,

no Maranhão, em 1972, ficando preso em Brasília. Foi solto no dia 7 de Julho de 1973. Neste dia, José Porfírio almoçou com sua advogada Elizabeth Diniz, e dirigiu-se à rodoviária de Brasília, para embarcar no ônibus que o levaria até Goiânia. Depois desse encontro, José Porfírio nunca mais foi visto.

PAULO COSTA RIBEIRO BASTOS - Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Engenheiro Civil. Preso junto com Sergio Landulfo Furtado em 10 de Julho de 1972, por agentes do DOI CODI-RJ (desaparecido).

SERGIO LANDULFO FURTADO - Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Estudante de Economia na Bahia. Preso junto com Paulo Ribeiro Bastos no dia 10 de Julho de 1972 por agentes do DOI/CODI-RJ, para onde foi levado e torturado. Sua morte é assumida por um general estreitamente ligado ao aparelho repressivo em entrevista ao Jornal "Folha de São Paulo" em 28 de Janeiro de 1979.

WALTER RIBEIRO NOVAES - Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Preso no bairro da Penha no Rio de Janeiro, em 12 de Julho de 1971. (desaparecido)

PAULO DE TARSO CELESTINO DA SILVA - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Advogado. Preso no Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1971, juntamente com Eleni Guariba. (desaparecido)

ELENI TELES PEREIRA GUARIBA - Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Professora Universitária. Presa no Rio de Janeiro no dia 12 de Julho de 1971, por agentes do DOI/CODI-RJ. (desaparecida)

JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA - Oficial da Polícia Militar de São Paulo, onde ocupava o posto de tenente-coronel. Preso no dia 7 de Julho de 1975, acusado de ser militante do Partido Comunista Brasileiro, e morto no dia seguinte sob tortura. Segundo versão oficial, José Ferreira, teria se enforcado em sua cela. As circunstâncias da morte de José são idênticas às de Wladimir Herzog, assassinado no DOI CODI-SP a 25 de outubro do mesmo ano.

NORBERTO ARMANDO HABEGER - Cidadão Argentino. Secretário Geral da Juventude Democrata Cristã na Argentina em 1964. Jornalista. Fundador do Partido Peronista Autentico, braço político do movimento clandestino Montoneros. A 30 de Julho de 1978, usando passaporte em nome de Hector Esteban Cuello, embarcou na cidade do México, às 14 horas, em vôo da Panam, passando pelo Rio de Janeiro no dia seguinte. Seu desembarque no Rio de Janeiro em 31 de Julho foi confirmado por carta de Oswaldo Camchion, embaixador da Argentina no Brasil afirmando estar registrado a entrada no País de uma pessoa com o nome de Hector Esteban Cuello. Desde então Norberto não mais foi visto, tendo seu sequestro ocorrido entre 31 de Julho e 3 de agosto, período em que permaneceria no Brasil. Gestões junto às autoridades brasileiras nada esclareceram sobre o paradeiro de Norberto, constando que teria sido "trocado" com o governo argentino por um brasileiro preso naquele país.

SEVERINO ELIAS DE MELO - Militância política desconhecida, comerciante. Preso para averiguações por oficiais da Aeronáutica, todos à paisana e portando metralhadoras, foi conduzido para a Base Aérea do Galeão. Lá permaneceu incomunicável por um dia, ao fim do qual foi dado como morto, em consequência de suicídio. Segundo nota oficial divulgada pelos órgãos de segurança, Elias teria se enforcado com um lençol, no dia 30 de Julho de 1965.

FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA - Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES). Líder estudantil na USP, onde cursava Filosofia. Assassinado no dia 30 de Julho de 1969, em São Paulo, no largo da Banana, por agentes do Departamento de Investigações Criminais - DEIC, que montaram uma emboscada para prendê-lo. A emboscada resultou no assassinato de Fernando e na prisão de João Domingos da Silva, morto posteriormente sob torturas.

JOÃO DOMINGOS DA SILVA - Dirigente da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES). Operário, e um dos líderes das greves realizadas em Osasco (SP) durante o ano de 1968, desde quando passou a ser constantemente ameaçado de prisão e de morte. João Domingos, apesar de ferido gravemente, conseguiu escapar, indo para a casa de sua irmã, em Osasco, onde foi preso ainda no mesmo dia. Os agentes do DEIC transportaram João para o Hospital das Clínicas de São Paulo, onde recebeu assistência médica. No momento em que ficou constatado que João não corria mais risco de vida, os agentes do DEIC transportaram-no para o Hospital Geral do Exército, em São Paulo, onde iniciaram um processo de interrogatório e torturas que culminou com sua morte, 53 dias após a prisão. Seu corpo além de hematomas e cortes profundos, apresentava quatro perfurações, produzidas por arma de fogo. A evidência do assassinato fica constatada ao comprovar-se que, ao ser retirado do Hospital das Clínicas, João apresentava apenas 1 (um) ferimento produzido por arma de fogo.

LUIS JOSÉ DA CUNHA - Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN). Fuzilado pela equipe do Grupo Especial do DOI CODI-SP chefiado pelo agente conhecido como "Capitão Nei" e tenente da PM "Lott", na altura do n.º 2200, da Av. Santo Amaro, em São Paulo, no dia 13 de Julho de 1970. A versão oficial divulgada pelos assassinos de Luis José afirma que ele ao ser abordado em virtude de sua atitude suspeita, teria reagido a tiros, procurando fugir ao tentar tomar, à força, um carro dentro do qual havia duas moças. Segundo testemunho de numerosos populares que assistiram a cena, Luis José realmente tentou tomar o carro, mas antes de ter qualquer chance de defesa foi atingido mortalmente pelas costas.

PADRE RUDOLF LUNKENBEIN - Missionário salesiano assassinado junto com o Índio Simão Cristino durante a invasão da missão Merure, em Mato Grosso, pela Polícia Militar e jagunços dos fazendeiros da região.

SIMÃO CRISTINO (BORORO) - Índio fuzilado juntamente com o Padre Rudolf Lunkembein na Missão Merure, em Mato Grosso, no dia 15 de Julho de 1976.

LUIS EDUARDO DA ROCHA MERLINO - Militante do Partido Operário Comunista (POC). Jornalista de "O Estado de São Paulo". Foi preso no dia 15 de Julho de 1971, 5 dias após sua chegada ao Brasil. Levado de imediato ao DOI CODI-SP, onde passou a ser barbaramente torturado.

No dia 20, os presos do DOI CODI-SP foram informados pelo PM Gabriel que Merlino havia morrido por problemas de coração.

HEIBER HOSE GOMES GOULART - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Preso e torturado até a morte pelos agentes do DOI CODI-SP.

KLEBER LEMOS DA SILVA - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia, onde era conhecido como Quelé ou Carlito e integrava o Destacamento C. Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Preso ferido em princípios de Julho de 1972 foi torturado até a morte.